



1.ª REVISÃO DO PDM DE FERREIRA DO ALENTEJO

VOLUME XI

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

RELATÓRIO AMBIENTAL

Versão Para Discussão Pública

Ferreira do Alentejo, junho de 2024

FICHA TÉCNICA

Coordenação Geral:

Dr. Luís António Pita Ameixa (Presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo)

Apoio Técnico CM Ferreira do Alentejo

Álvaro Ramos (Eng.º Civil)

Diretor Executivo e coordenador técnico

Ricardo Tomé (Geógrafo Físico, Msc.)

Gestão de projeto

Ana Isabel Rodrigues (Geógrafa)

Colaboradores Técnicos:

Andreia Filipe (Geógrafa)

Bogdan Jaranovic (Geógrafo)

Catarina Tação (Geógrafa)

Fernando Cabrita (Geógrafo)

Isabel Moraes Cardoso (Jurista)

João Marcelino (Geógrafo)

Luísa Adelino (Geógrafa)

Mónica Sagreiro (Geógrafa)

Tiago Sousa (Geógrafo)

ESTRUTURA DO PLANO

VOLUME I

Do contexto, ambição e estrutura ao enquadramento territorial e quadro estratégico do PDM

VOLUME II

O conhecimento biofísico e o ordenamento do território

VOLUME III

O sistema demográfico e socioeconómico

VOLUME IV

Sistema urbano e linhas estruturantes

VOLUME V

O património

VOLUME VI

Do estado do ordenamento do território a uma estratégia de desenvolvimento

VOLUME VII

Planeamento, ordenamento e desenvolvimento do território – condicionantes

VOLUME VIII

Planeamento, ordenamento e desenvolvimento do território – ordenamento

VOLUME IX

Regulamento do PDM de Ferreira do Alentejo

VOLUME X

Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão

VOLUME XI

Avaliação Ambiental Estratégica. Relatório Ambiental

VOLUME XII

Avaliação Ambiental Estratégica. Resumo Não Técnico

VOLUME XIII

Anexos

ÍNDICE GERAL DO PLANO

VOLUME I. DO CONTEXTO, AMBIÇÃO E ESTRUTURA AO ENQUADRAMENTO TERRITORIAL E QUADRO ESTRATÉGICO DO PDM

PARTE I. DA POLÍTICA DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE FERREIRA DO ALENTEJO

- I.1. Planeamento e Ordenamento do Território. Instrumentos para o Desenvolvimento numa Sociedade Democrática e Justa
- I.2. O PDM de Ferreira do Alentejo. Da Dinâmica ao Procedimento de Revisão
- I.3. O PDM de Ferreira do Alentejo de 2.ª Geração. O alcance
- I.4. Metodologia e estrutura do PDM
- I.5. Bibliografia

PARTE II. DO ENQUADRAMENTO TERRITORIAL AO QUADRO DE REFERÊNCIA

- II.1. Enquadramento territorial
- II.2. Quadro de referência

VOLUME II. O CONHECIMENTO BIOFÍSICO E O ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

PARTE III. SISTEMA BIOFÍSICO E AMBIENTAL

- III.1. O Conhecimento Biofísico e Ordenamento do Território
- III.2. O Clima e o PDM de Ferreira do Alentejo
- III.3. Geomorfologia. Do quadro morfoestrutural aos fenómenos perigosos

- III.4. Hidrogeologia
- III.5. Hidrografia e hidrologia
- III.6. Solos. Famílias e tipos
- III.7. Ocupação do solo no concelho de Ferreira do Alentejo
- III.8. Valores naturais
- III.9. Fenómenos perigosos – Uma análise integrada

VOLUME III. O SISTEMA DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO

PARTE IV. DA DEMOGRAFIA À SOCIOECONOMIA

- IV.1. População
- IV.2. Natalidade, mortalidade e crescimento natural
- IV.3. Saldo migratório e crescimento efetivo
- IV.4. Principais estruturas demográficas
- IV.5. As atividades económicas no planeamento e desenvolvimento
- IV.6. A situação económica local e o contexto da sub-região
- IV.7. As empresas e os principais indicadores económicos
- IV.8. O turismo no contexto económico local e regional
- IV.9. As atividades agrícolas

VOLUME IV. SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES

PARTE V. SISTEMA URBANO E LINHAS ESTRUTURANTES

- V.1. Sistema de povoamento e sistema urbano
- V.2. Equipamentos
- V.3. Infraestruturas
- V.4. Acessibilidades e mobilidade territorial
- V.5. Ruído

VOLUME V. O PATRIMÓNIO

PARTE VI. PATRIMÓNIO

- VI.1. Fundamentos da análise
- VI.2. Quadro de referência
- VI.3. Património material
- VI.4. Património imaterial
- VI.5. Aspectos reter

VOLUME VI. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO A UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

PARTE VII. DO ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO A UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

- VII.1. Os IGT. Da caracterização à dinâmica
 - VII.1.1. Nota introdutória
 - VII.1.2. O PDM de Ferreira do Alentejo. Do quadro de referência e conteúdo à execução
 - VII.1.3. O Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas
- VII.2. O pano de fundo para a concretização da estratégia para o desenvolvimento
 - VII.2.1. Um diagnóstico da situação existente
 - VII.2.2. Síntese do diagnóstico: tendências pesadas do desenvolvimento
 - VII.2.3. A estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho
 - VII.2.4. A concretização da estratégia num modelo de desenvolvimento territorial

VOLUME VII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO – CONDICIONANTES

PARTE VIII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO

- VIII.1. As condicionantes ao uso do solo

VOLUME VIII. PLANEAMENTO, ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO – ORDENAMENTO

- VIII.2. Proposta de ordenamento

VIII.3. Compatibilidade e conformidade da proposta de plano com os IGT eficazes

VIII.4. Programação, execução, plano de financiamento e monitorização

VOLUME IX. REGULAMENTO DO PDM DE FERREIRA DO ALENTEJO

PARTE IX. REGULAMENTO

VOLUME X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RELATÓRIO DOS FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

PARTE X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

X.1. Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão

VOLUME XI. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RELATÓRIO AMBIENTAL

X.2. Relatório ambiental

VOLUME XII. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA. RESUMO NÃO TÉCNICO

X.3. Resumo Não Técnico

VOLUME XIII. ANEXOS

PARTE XI. ELEMENTOS COMPLEMENTARES

ÍNDICE

PARTE X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	11
X.2. Relatório Ambiental	12
X.2.1. Contextualização.....	13
X.2.2. Objeto de avaliação	16
X.2.3. Fatores críticos para a decisão (FCD).....	19
X.2.4. Análise e Avaliação ambiental Estratégica do Modelo Territorial por FCD	33
X.2.4.1. Enquadramento	33
X.2.4.2. FCD1. Preservação de Valores naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos	40
Análise de Tendências.....	40
Análise e Avaliação do Modelo de Desenvolvimento Territorial	56
X.2.4.3. FCD2. População e Desenvolvimento Sustentável	65
ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	65
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	78
X.2.4.4. FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico	83
ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	83
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	96
X.2.4.5. FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território.....	101
Análise de tendências.....	101
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	105
X.2.4.6. FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança.....	109
Análise de tendências.....	109
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	119
X.2.4.7. Aspetos a reter /síntese.....	124
X.2.5. Diretrizes para o Seguimento	125
X.2.5.1. Diretrizes de planeamento e gestão	126
X.2.5.2. Diretrizes de monitorização	138
X.2.5.3. Diretrizes de Governança.....	160
X.2.6. Considerações finais	165

X.2.7.	Bibliografia.....	169
	LEGISLAÇÃO	172
	OUTRAS FONTES	180
X.2.8.	Anexo I - Quadro síntese da avaliação das questões estratégicas do PDMFA para os cinco FCD	181
X.2.9.	Anexo II – Ponderação dos pareceres das ERAE ao RFCD (Elementos iniciais)	183
X.2.10.	Anexo III – Ponderação dos pareceres das ERAE ao RA (1.ª CC).....	190
X.2.1.	Anexo III – Ponderação dos pareceres das ERAE ao RA (2.ª CC).....	195

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro X.2.1.	Objetivos dos Fatores Críticos para a Decisão	21
Quadro X.2.2.	Matriz dos Eixos de Intervenção e Objetivos Estratégicos para cada Fator Crítico de Decisão.....	22
Quadro X.2.3.	Matriz do Quadro de Referência Estratégica por Fator Crítico de Decisão	25
Quadro X.2.4.	Questões Ambientais e de Sustentabilidade por cada Fator Crítico de Decisão	27
Quadro X.2.5.	Critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD	29
Quadro X.2.6.	Consumos de água para rega por cultura.....	34
Quadro X.2.7.	SWOT para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos	51
Quadro X.2.8.	Análise de tendências do FCD1. Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos.....	54
Quadro X.2.9.	Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos.....	56
Quadro X.2.10.	Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos.....	61
Quadro X.2.11.	SWOT para o FCD2. Bem-estar da População, Qualificação do Sistema Urbano, Ambiente e Sustentabilidade do Território	74
Quadro X.2.12.	Análise de tendências do FCD2. Bem-estar da População, Qualificação do Sistema Urbano, Ambiente e Sustentabilidade do Território	77

Quadro X.2.13. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD2 População e Desenvolvimento Sustentável.....	78
Quadro X.2.14. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD2 População e Desenvolvimento Sustentável.....	80
Quadro X.2.15. SWOT para o FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico	92
Quadro X.2.16. Análise de tendências do FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico	94
Quadro X.2.17. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico .	96
Quadro X.2.18. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD3 Desenvolvimento Socioeconómico	99
Quadro X.2.19. SWOT para o FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	103
Quadro X.2.20. Análise de tendências do FCD4 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	104
Quadro X.2.21. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	105
Quadro X.2.22. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD4 Estruturação, qualificação e promoção do território	106
Quadro X.2.23. SWOT para o FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança	115
Quadro X.2.24. Análise de tendências do FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança.....	118
Quadro X.2.25. Avaliação Estratégica face ao QRE para o do FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança	119
Quadro X.2.26. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança	122
Quadro X.2.27. Indicadores de monitorização para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos	139
Quadro X.2.28. Indicadores de monitorização para o FCD2. População e Desenvolvimento Sustentável	147
Quadro X.2.29. Indicadores de monitorização para o FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico	152
Quadro X.2.30. Indicadores de monitorização para o FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	155
Quadro XI.2.31. Indicadores de monitorização para o FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança .	157

PARTE X. AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

X.2. RELATÓRIO AMBIENTAL

X.2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

A avaliação ambiental de planos ou programas, vulgarmente denominada por Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), é um processo contínuo, integrado, participado e sistemático que visa garantir que todas as alternativas estratégicas de desenvolvimento são equacionadas previamente à tomada de decisão. Assim, a AAE consiste na “identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final” (cf. alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual).

Neste contexto, considera-se que a AAE corresponde a um instrumento de natureza estratégica, concebido como uma estrutura flexível de elementos essenciais, que atua com um papel facilitador no processo de decisão, acrescentando valor a esse processo (PARTIDÁRIO, 2012). A AAE deve, assim, ter flexibilidade em relação ao processo de decisão, acompanhando os seus ciclos desde o início. Deve abranger questões biofísicas, sociais, institucionais, económicas, mantendo o foco estratégico nos temas fulcrais.

O objetivo principal da AAE passa pela avaliação das oportunidades e riscos ambientais e de sustentabilidade das opções estratégicas, tendo sempre como finalidade orientar o desenvolvimento no sentido da sustentabilidade e assegurar o envolvimento dos agentes interessados através do diálogo e de processos colaborativos, promovendo a redução de conflitos entre as entidades (PARTIDÁRIO, 2012).

A AAE é composta por quatro partes essenciais: o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), o **Relatório Ambiental (RA)** e o Resumo não Técnico (RNT), a Declaração Ambiental e o Seguimento.

A AAE consubstancia-se na consulta das entidades com responsabilidades ambientais específicas e do público em geral, cujo resultado será ponderado e integrado na versão final do Relatório Ambiental (RA), o qual se encontra, igualmente, previsto no n.º 2 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJGT), na atual redação, e que corresponde à segunda fase metodológica do procedimento de AAE, tendo como objetivo a avaliação dos efeitos ambientais da proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo (PDMFA), a partir dos Fatores Críticos para a Decisão identificados no RFCD (*vd.* X.1. Relatório de Fatores Críticos para a Decisão).

O RA que se apresenta no âmbito da revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo (PDMFA) materializa-se, na prática, na **avaliação das opções estratégicas** e sua concretização no modelo territorial proposto pelo PDMFA, destinando-se ainda, complementarmente, a informar a equipa responsável pela revisão do PDMFA, à luz das questões relevantes expressas no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), sobre **oportunidades e riscos** de índole estratégica resultantes da proposta de plano, e também indicar **diretrizes** com vista à integração de questões ambientais e de sustentabilidade nas fases de planeamento, nomeadamente na finalização da proposta e sua implementação.

A definição de **diretrizes** para planeamento, gestão e monitorização, constituem as bases para um programa de seguimento do PDMFA, incluindo um quadro de governança institucional, indicativo de envolvimento, e níveis de responsabilidade institucional no seguimento do plano.

Deste modo, o RA estrutura-se em onze capítulos, nomeadamente:

1. o primeiro que diz respeito à contextualização, desde a importância e quadro legal até aos objetivos e metodologia;
2. o segundo, respeitante ao objeto de avaliação;
3. o terceiro, onde se apresentam os fatores críticos para a decisão e as suas relações com as Questões Estratégicas, Questões ambientais para a Sustentabilidade e com o Quadro de Referência Estratégico;
4. o quarto, com a avaliação ambiental estratégica por FCD, compreendendo a análise da situação atual, das oportunidades e riscos e as tendências de evolução sem a proposta de revisão do Plano;
5. o quinto, referente às diretrizes para o seguimento, no âmbito do planeamento e gestão, da monitorização e da governança;
6. o sexto dedicado às notas finais;
7. o sétimo, com as referências bibliográficas;
8. o oitavo, com o Quadro síntese da avaliação das questões estratégicas do PDMFA para os cinco FCD;
9. o nono, com a ponderação dos pareceres das ERAE ao RFCD emitidos aos elementos iniciais;
10. o décimo, com a ponderação dos pareceres das ERAE ao RA emitidos na primeira reunião da Comissão Consultiva;
11. e, o décimo primeiro, com a ponderação dos pareceres das ERAE ao RA emitidos na segunda reunião da Comissão Consultiva.

X.2.2. OBJETO DE AVALIAÇÃO

O objeto de avaliação do presente Relatório Ambiental é a estratégia e a proposta de Plano elaboradas no âmbito da revisão do PDM de Ferreira do Alentejo. A estratégia concretizada no modelo territorial materializa-se, em **cinco grandes eixos de intervenção estratégica** (EAE), que interagem entre si e influenciam-se mutuamente, desdobrando-se em **22 objetivos estratégicos** (OE), nomeadamente os seguintes (*vd.* capítulo VII.2.3.2):

EAE 1. QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO

Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território

OE.1. Valorizar e incrementar a qualidade das paisagens produtivas, entendidas enquanto importante recurso da região do Alentejo, por um lado, valorizando as suas características tradicionais e/ou distintivas e, por outro lado, promovendo a sua sustentabilidade e uma maior diversidade paisagística.

OE.2. Estimular a inovação e a experimentação no domínio ambiental, assim como a adoção de tecnologias mais sustentáveis, contribuindo para uma gradual melhoria da qualidade dos solos, das águas e da atmosfera e para um uso mais racional dos recursos.

OE.3. Valorizar os recursos naturais, promover a biodiversidade, aumento da consciência ambiental dos diferentes agentes locais e incentivar a economia circular e investimentos ambientalmente sustentáveis.

OE.4. Melhorar a qualidade urbana dos aglomerados do concelho, reforçando a sua atratividade residencial, de visitação e de atividades, e valorizar a relação entre o espaço urbano e rural, contribuindo para o ordenamento do território e para a preservação e valorização da paisagem.

OE.5. Garantir bons níveis de conectividade em todo o território, quer do ponto de vista das conexões viárias (mobilidade e acessibilidade), quer ao nível da infraestruturação do território

relativamente às TIC, contribuindo para a qualidade de vida à população e a competitividade do território.

EAE 2. COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social

OE.1. Fixar a população jovem e aumentar a capacidade de atração e de acolhimento de novos residentes, incluindo de população imigrante, contribuindo para atenuar o envelhecimento e declínio demográfico.

OE.2. Promover a autonomia e os direitos básicos de cidadania dos grupos socialmente mais vulneráveis, como as crianças e jovens, idosos, famílias prioritárias, migrantes.

OE.3. Promover a oferta de soluções de habitação para toda a população, garantir o acesso generalizado da população a serviços públicos de proximidade qualificados e adequados às necessidades, e melhorar a qualidade dos serviços coletivos disponíveis.

OE.4. Criar um contexto favorável para o incremento dos níveis de escolaridade da população e para a sua valorização, e fomentar a capacitação da população ativa e a promoção da sua empregabilidade.

OE.5. Promover o acesso à saúde e a adoção de estilos de vida saudáveis pela população.

EAE 3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, INOVAÇÃO E EMPREGO

Fortalecer a competitividade económica, promover a inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego

OE.1. Valorizar e completar a fileira agroalimentar (agricultura e pecuária; agroindústria; comercialização e gastronomia) e, simultaneamente, fomentar a diversificação da base económica local, apoiando, entre outras atividades, o turismo e atividades conexas.

OE.2. Promover a captação de investimentos e de iniciativas empresariais de carácter diferenciador, inovador e sustentável, e incentivar a economia circular.

OE.3. Desenvolver uma base económica mais equilibrada, resiliente e sustentável, respeitadora do território e com maior compromisso para com as comunidades residentes.

OE.4. Garantir bons níveis de conectividade e infraestruturas adequadas ao acolhimento de iniciativas empresariais e dotar o concelho de serviços de apoio às empresas e ao empreendedorismo e de ligação às unidades de investigação e conhecimento.

OE.5. Promover a oferta de empregos de qualidade e de qualificação profissional ajustada às necessidades de desenvolvimento do território.

EAE 4. IDENTIDADE E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos

OE.1. Valorizar a identidade local e elementos identitários e distintivos e, simultaneamente, potenciar a ligação das comunidades ao território e o seu envolvimento na estratégia de desenvolvimento.

OE.2. Promover o território, reforçando a sua visibilidade e atratividade, a diversos domínios, e qualificar e valorizar os seus valores e recursos endógenos no exterior, tirando partido da associação ao concelho de produções específicas, como o azeite e as uvas, e a produtos de elevada qualidade

OE.3. Fortalecer e promover a criatividade, cultura e tradições locais, enquanto elemento-chave da revitalização urbana das localidades, facilitar o acesso de população local a eventos culturais, e tirar partido do potencial turístico, contribuindo para a diversificação da economia, a qualidade de vida das populações residentes e para a promoção da imagem do Município no exterior.

EAE 5. COOPERAÇÃO E CIDADANIA

Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania e mobilização da sociedade civil

OE.1. Reforçar a cooperação entre parceiros estratégicos em torno de temas e objetivos comuns, através das redes nacionais e internacionais existentes e a criar, e efetivar a cultura de cooperação ativa e a operacionalização de parcerias estratégicas.

OE.2. Transmitir claramente a importância do papel do Município enquanto elemento aglutinador das diferentes forças locais e de representante de todos os munícipes.

OE.3. Promover a apropriação coletiva da estratégia de desenvolvimento e fomentar o empenho e envolvimento da sociedade local na sua operacionalização.

OE.4. Vencer a pequena escala e ampliar a capacidade de afirmação no exterior, fomentando a articulação com os concelhos vizinhos e com a Região, e desenvolvendo abordagens integradas intermunicipais.

Ainda no contexto da referida avaliação são também considerados os seguintes elementos da **Proposta de Plano**:

1. Estudos de caracterização e diagnóstico;
2. Relatório da Proposta;
3. Planta de Ordenamento - a qual se desdobra em – Classificação e qualificação do solo, Estrutura Ecológica Municipal, Outras limitações ao regime de uso e Património;
4. Planta de Condicionantes geral e Planta de condicionantes – recursos florestais;
5. Regulamento.

X.2.3. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)

A AAE da revisão do PDM de Ferreira do Alentejo será suportada em cinco Fatores Críticos para a Decisão (FCD), que se consideram decisivos para o desenvolvimento da análise:

FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos;

FCD2. População e Desenvolvimento Sustentável;

FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico;

FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território;

FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança.

Em conformidade com Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (Capítulo X.1.), a identificação dos FCD resultou de uma análise integrada dos elementos de base estratégica, que incluem as Questões Estratégicas (QE) para o PDM de Ferreira do Alentejo (*vd.* capítulo X.1.5), o Quadro de Referência Estratégico (QRE) (*vd.* capítulo X.1.6), que apresenta as macropolíticas relevantes, bem como os planos e programas, na esfera ambiental, e articulação/convergência deste com as QE do PDMFA, e ainda as Questões Ambientais e de Sustentabilidade (QAS) relevantes (*vd.* capítulo X.1.7), que refletem os aspetos críticos ambientais, a abordar.

O Quadro X.2.1 sintetiza a justificação da pertinência dos FCD selecionados para a AAE da revisão do PDM de Ferreira do Alentejo

A relação entre as QE do PDM de Ferreira do Alentejo e os FCD encontra-se no Quadro X.2.2 e permite concluir sobre a existência de relações fortes entre:

- a QE 1 e os FCD1, FCD2 e FCD4;
- a QE 2 e os FCD1 e FCD2;
- a QE 3 e o FCD3;
- a QE 4 e os FCD1 e FCD4;
- a QE 5 e o FCD5,

relações estas, que traduzem a possibilidade de uma avaliação ajustada às propostas definidas no PDMFA.

Quadro X.2.1. Objetivos dos Fatores Críticos para a Decisão

<p>FCD1 Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos</p>	<p>Pretende avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PDM respeitará a salvaguarda e incrementará a valorização dos recursos naturais e da paisagem, bem como os efeitos da mesma na qualidade do ambiente, designadamente ao nível da conservação da natureza e da biodiversidade, no ambiente sonoro, qualidade do ar, água e solo. Simultaneamente, permite aferir o contributo do Plano para a minimização dos riscos naturais e tecnológicos e para a promoção da resiliência do território às alterações climáticas, a par da dinamização da economia verde e da promoção de território seguro e saudável.</p>
<p>FCD2 População e desenvolvimento sustentável</p>	<p>Pretende avaliar em que medida as propostas definidas no PDM contribuem para o fomento da coesão, do equilíbrio e da qualificação do ambiente, que possam assegurar a reabilitação e regeneração dos espaços urbanos, possibilitando o acesso da população a uma habitação condigna, a acessibilidades e mobilidade para todos e aos modos suaves de transporte, que aposte nas energias alternativas e na eficiência energética, contribuindo de forma eficaz para o bem-estar da população e para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p>FCD3 Desenvolvimento socioeconómico</p>	<p>Pretende avaliar em que medida as propostas definidas no PDM contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente através da aposta na inovação e no conhecimento de forma a diversificar a economia, do reforço do incremento da competitividade das atividades de transformação do setor primário, da captação de investimento e da criação de uma oferta turística diversificada, sustentável e diferenciadora, que crie melhor e mais qualificado emprego e condições para atrair residentes e investimento, aumentando a qualidade de vida das populações.</p>
<p>FCD4 Estruturação e qualificação e promoção do território</p>	<p>Pretende avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PDM contribui para a qualificação do sistema territorial, para a recuperação e promoção dos valores naturais e culturais do território, bem como para a valorização dos seus produtos, recursos e paisagens.</p>
<p>FCD5 Inclusão, coesão social e governança</p>	<p>Pretende avaliar em que medida as propostas definidas no PDM promovem a aproximação da população à decisão, ou seja, uma cidadania ativa, e a definição de soluções para o desenvolvimento, que assegurem a saúde, a inclusão e a coesão social e que potenciem e valorizem as pessoas, essencialmente através da sua qualificação. Pretende também avaliar a adequação do modelo de governança proposto para o Plano face às necessidades de aumento da eficiência das estruturas de decisão e à sua articulação interinstitucional, intersetorial e territorial.</p>

Quadro X.2.2. Matriz dos Eixos de Intervenção e Objetivos Estratégicos para cada Fator Crítico de Decisão

Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	FCD1 Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos	FCD2 População e desenvolvimento sustentável	FCD3 Desenvolvimento socio-económico	FCD4 Estruturação, qualificação e promoção do território	FCD5 Inclusão, coesão social e governança
Questões e Objetivos Estratégicos (QE)					
EAE 1. QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO - Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território.					
OE.1 Valorizar e incrementar a qualidade das paisagens produtivas, entendidas enquanto importante recurso da região do Alentejo, por um lado, valorizando as suas características tradicionais e/ou distintivas e, por outro lado, promovendo a sua sustentabilidade e uma maior diversidade paisagística.					
OE.2 Estimular a inovação e a experimentação no domínio ambiental, assim como a adoção de tecnologias mais sustentáveis, contribuindo para uma gradual melhoria da qualidade dos solos, das águas e da atmosfera e para um uso mais racional dos recursos.					
OE.3. Valorizar os recursos naturais, promover a biodiversidade, aumento da consciência ambiental dos diferentes agentes locais e incentivar a economia circular e investimentos ambientalmente sustentáveis.					
OE.4 Melhorar a qualidade urbana dos aglomerados do concelho, reforçando a sua atratividade residencial, de visitação e de atividades, e valorizar a rela�o entre o espaço urbano e rural, contribuindo para o ordenamento do território e para a preserva�o e valoriza�o da paisagem.					
OE.5 Garantir bons níveis de conectividade em todo o território, quer do ponto de vista das conexões viárias (mobilidade e acessibilidade), quer ao nível da infraestruturac�o do território relativamente às TIC, contribuindo para a qualidade de vida da popula�o e a competitividade do território.					
EAE 2. COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA - Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social.					
OE.1. Fixar a popula�o jovem e aumentar a capacidade de atra�o e de acolhimento de novos residentes, incluindo de popula�o imigrante, contribuindo para atenuar o envelhecimento e declínio demográfico.					
OE.2. Promover a autonomia e os direitos básicos de cidadania dos grupos socialmente mais vulneráveis, como as crianças e jovens, idosos, famílias prioritárias, migrantes.					
OE.3. Promover a oferta de solu�es de habita�o para toda a popula�o, garantir o acesso generalizado da popula�o a serviços públicos de proximidade qualificados e adequados às necessidades, e melhorar a qualidade dos serviços coletivos disponíveis.					

Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	FCD1 Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos	FCD2 População e desenvolvimento sustentável	FCD3 Desenvolvimento socio-económico	FCD4 Estruturação qualificação e promoção do território	FCD5 Inclusão, coesão social e governança
Questões e Objetivos Estratégicos (QE)					
OE.4. Criar um contexto favorável para o incremento dos níveis de escolaridade da população e para a sua valorização, e fomentar a capacitação da população ativa e a promoção da sua empregabilidade.					
OE.5. Promover o acesso à saúde e a adoção de estilos de vida saudáveis pela população.					
EAE 3. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, INOVAÇÃO E EMPREGO - Fortalecer a competitividade económica, promover a inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego.					
OE.1. Valorizar e completar a fileira agroalimentar, fomentar a diversificação da base económica local, apoiando, entre outras atividades, o turismo e atividades conexas.					
OE.2. Promover a captação de investimentos e de iniciativas empresariais de carácter diferenciador, inovador e sustentável, e incentivar a economia circular.					
OE.3. Desenvolver uma base económica mais equilibrada, resiliente e sustentável, respeitadora do território e com maior compromisso para com as comunidades residentes.					
OE.4. Garantir bons níveis de conectividade e infraestruturas adequadas ao acolhimento de iniciativas empresariais e dotar o concelho de serviços de apoio às empresas e ao empreendedorismo e de ligação às unidades de investigação e conhecimento.					
OE.5. Promover a oferta de empregos de qualidade e de qualificação profissional ajustada às necessidades de desenvolvimento do território.					
EAE 4. IDENTIDADE E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO - Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos.					
OE.1. Valorizar a identidade local e elementos identitários e distintivos e, potenciar a ligação das comunidades ao território e o seu envolvimento na estratégia de desenvolvimento.					
OE.2. Promover o território, e qualificar e valorizar os seus valores e recursos endógenos no exterior, tirando partido da associação ao concelho de produções específicas, como o azeite e as uvas, e a produtos de elevada qualidade.					
OE.3. Fortalecer e promover a criatividade, cultura e tradições locais, enquanto elemento-chave da revitalização urbana das localidades, facilitar o acesso de população local a eventos culturais, e tirar partido do potencial turístico, contribuindo para a diversificação da economia, a qualidade de vida das populações residentes e para a promoção da imagem do Município no exterior.					

Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	FCD1 Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos	FCD2 População e desenvolvimento sustentável	FCD3 Desenvolvimento socio-económico	FCD4 Estruturação, qualificação e promoção do território	FCD5 Inclusão, coesão social e governança
Questões e Objetivos Estratégicos (QE)					
EAE 5. COOPERAÇÃO E CIDADANIA - Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania e mobilização da sociedade civil.					
OE.1. Reforçar a cooperação entre parceiros estratégicos em torno de temas e objetivos comuns, através das redes nacionais e internacionais existentes e a criar, e efetivar a cultura de cooperação ativa e a operacionalização de parcerias estratégicas.					
OE.2. Transmitir claramente a importância do papel do Município enquanto elemento aglutinador das diferentes forças locais e de representante de todos os municípios.					
OE.3. Promover a apropriação coletiva da estratégia de desenvolvimento e fomentar o empenho e envolvimento da sociedade.					
OE.4. Vencer a pequena escala e ampliar a capacidade de afirmação no exterior, fomentando a articulação com os concelhos vizinhos e com a Região, e desenvolvendo abordagens integradas intermunicipais.					

Relação forte	Relação média	Relação fraca
---------------	---------------	---------------

Fonte: RTGeo, 2021

Por sua vez, o Quadro X.2.3 estabelece a relação entre os documentos estratégicos do QRE e os FCD, enquanto o

Quadro X.2.4 indica as QAS consideradas em cada FCD, assinalando a convergência entre ambos.

Quadro X.2.3. Matriz do Quadro de Referência Estratégica por Fator Crítico de Decisão

QRE \ FCD	FCD1: Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos	FCD2: População e desenvolvimento sustentável	FCD3: Desenvolvimento socioeconómico	FCD4: Estruturação qualificação e promoção do território	FCD5: Inclusão, coesão social e governança
PNPOT	✓	✓	✓	✓	
PROT-Alentejo	✓	✓	✓	✓	
POAO	✓	✓	✓	✓	
PNA	✓	✓	✓		
PGRHSM (RH6)	✓				
PNUEA 2012-2020	✓	✓			
PENSAAR 2020	✓	✓		✓	
PERSU 2030	✓	✓	✓		
ENEAPAI 2030	✓				
PVI 2020			✓		✓
PNI 2030	✓	✓	✓		
ENAR 2020	✓	✓	✓		✓
PNEC 2030	✓		✓	✓	
PNAAS 2008-2013	✓	✓		✓	✓
PRN 2000	✓	✓	✓	✓	
ENCNB 2030					
Regime Jurídico da Conservação da Natureza e Biodiversidade	✓				
ENF	✓		✓		
PANCD	✓				
Política Nacional de Arquitetura e Paisagem	✓	✓	✓	✓	

QRE \ FCD	FCD1: Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos	FCD2: População e desenvolvimento sustentável	FCD3: Desenvolvimento socioeconómico	FCD4: Estruturação qualificação e promoção do território	FCD5: Inclusão, coesão social e governança
PDR 2014-2020			✓		
PNRegadios	✓		✓		
ENAAC 2020	✓	✓	✓	✓	
P-3AC	✓	✓			
Estratégia Turismo 2027 Portugal	✓	✓	✓	✓	
PNTN	✓	✓		✓	
ENMAC 2020-2030	✓	✓	✓		
PROF-Alentejo	✓	✓	✓	✓	
Convenção Europeia da Paisagem	✓		✓	✓	
Convenção de Aarhus					✓
Europa 2030	✓	✓	✓	✓	✓
Estratégia Portugal 2030	✓	✓	✓	✓	✓
Portugal 2030	✓	✓	✓	✓	✓
PRR	✓		✓		✓
EREI 2030	✓		✓	✓	
ERA 2030	✓	✓	✓	✓	✓
Alentejo 2030	✓	✓	✓	✓	✓
PAMUS do Baixo Alentejo	✓	✓	✓	✓	
PIAAC do Baixo Alentejo	✓				
EMAC-FA	✓				
Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Social do concelho de Ferreira do Alentejo para 2019-2022					✓
Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ferreira do Alentejo					✓
Operação de Reabilitação Urbana da vila de Ferreira do Alentejo (até 2030)	✓	✓	✓	✓	

QRE \ FCD	FCD1: Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos	FCD2: População e desenvolvimento sustentável	FCD3: Desenvolvimento socioeconómico	FCD4: Estruturação qualificação e promoção do território	FCD5: Inclusão, coesão social e governança
PMDFCI 2021-2031	✓	✓	✓		
PMEPC	✓				
Resolução da Assembleia da República n.º 279/2018		✓			✓

Instrumentos de Desenvolvimento Territorial	Instrumentos de Natureza Especial	Instrumentos de Política Setorial e Outros Instrumentos
---	-----------------------------------	---

Quadro X.2.4. Questões Ambientais e de Sustentabilidade por cada Fator Crítico de Decisão

FCD	QAS
FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos	Biodiversidade, Fauna, Flora, População, Saúde humana, Solo, Água, Atmosfera, Fatores climáticos, Bens materiais, Património cultural, Paisagem, EEM, REN, RAN, Economia/Competitividade, Emprego/Qualificação, Ocupação e uso do solo, EFMA, Infraestruturas, Equipamentos, Riscos naturais, mistos e tecnológicos, Ruído, Qualidade do ar
FCD2. População e Desenvolvimento Sustentável	População, Saúde humana, Atmosfera, Bens materiais, Economia/Competitividade, Emprego/Qualificação, Sistema Urbano, Infraestruturas, Equipamentos, Ruído, Qualidade do Ar
FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico	População, Bens materiais, Paisagem, RAN, Economia/Competitividade, Emprego/Qualificação, Ocupação e uso do solo, EFMA, Infraestruturas, Equipamentos, Qualidade do Ar, Ruído
FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território	Biodiversidade, Fauna, Flora, População, Bens materiais, RAN, Economia/Competitividade, Emprego/Qualificação, EFMA
FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança	Saúde humana, Bens materiais, Economia/Competitividade, Emprego/Qualificação,

Os quadros anteriormente apresentados evidenciam que todos os FCD estão cobertos pelas Questões Estratégicas, pelo Quadro de Referência Estratégica e pelas Questões Ambientais

e de Sustentabilidade, o que demonstra a importância dos referidos FCD para a sustentabilidade do desenvolvimento do concelho de Ferreira do Alentejo.

Para cada FCD foram definidos critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e os indicadores mais adequados para a sua avaliação (*vd.* Quadro X.2.5). Os critérios especificam o âmbito considerado nos FCD e os indicadores definem um instrumento de medida através de uma dimensão analítica. Desta forma, o Quadro X.2.5 constitui a base de avaliação das propostas de revisão do PDM de Ferreira do Alentejo. Em simultâneo, os indicadores identificados servirão de referência para a fase de seguimento da AAE, na monitorização da evolução e concretização das propostas do Plano.

Contudo, esta análise não se limita apenas ao apresentado no Quadro X.2.5, sendo admissível que, nas fases subsequentes, possam surgir novos indicadores ou sejam revistos os atualmente propostos, numa perspetiva dinâmica e de melhoria contínua da AAE, a que o Plano se encontra sujeito.

Quadro X.2.5. Critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD

FCD 1. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS			
Critérios	Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade	Indicadores de avaliação	Unidade
<p>Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a melhoria e proteção da qualidade física e química dos fatores ambientais água, ar e solo, bem como para assegurar a qualidade do ambiente sonoro.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Proteger, melhorar e recuperar o estado químico, físico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas, de modo a alcançar o seu "Bom estado"; Identificação das fontes de poluição existentes no concelho; Reduzir o desperdício de água e apostar na sua eficiente utilização; Promover a reutilização de água; Garantir reservas estratégicas de solo e água (em quantidade e qualidade) para o futuro; Promover práticas de gestão agroflorestais sustentáveis; Identificação e eliminação/recuperação de solos potencialmente contaminados; Cumprimento dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar; Incremento da utilização de energias renováveis; Diminuição da exposição da população ao ruído e cumprimento dos valores limite legais. 	<p>Massas de água em "Bom Estado"</p> <p>Fontes de poluição identificadas, por tipologia</p> <p>Volumes extraídos das captações de água (superficiais e subterrâneas)</p> <p>Ações de sensibilização para o uso eficiente da água</p> <p>Volume de água reciclada utilizado</p> <p>Total de área de solos degradados e ou contaminados que pode ser recuperada (eg. Pedreiras, lixeiras a céu aberto)</p> <p>Valor de solo impermeabilizado</p> <p>Total de área de solos potencialmente contaminados recuperada</p> <p>Incumprimentos dos valores limites legais estabelecidos para os parâmetros de qualidade do ar</p> <p>Total de área de pedreiras recuperada nas quais é possível a implantação de infraestruturas de produção de energia renovável (solar fotovoltaica e/ou eólica)</p> <p>Produção de energia a partir de fontes renováveis</p> <p>População a viver em zonas de conflito</p>	<p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>m³</p> <p>N.º</p> <p>m³</p> <p>ha</p> <p>ha - %</p> <p>ha</p> <p>N.º</p> <p>ha</p> <p>ha</p> <p>kV/ano</p> <p>%</p>
<p>Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a conservação da natureza e da biodiversidade, para a preservação e valorização da paisagem e dos elementos geográficos de referência do concelho e para a manutenção da identidade da paisagem.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Preservar e valorizar os locais com interesse de conservação; Promover a conservação e divulgação dos valores naturais e paisagísticos; Evitar a fragmentação de habitats; Prevenir a erosão e desertificação dos solos Promover a criação integrada de recursos turísticos baseados no património natural e na paisagem. 	<p>Locais com interesse conservacionista identificados e respetiva área</p> <p>Estado de conservação dos locais</p> <p>Locais com interesse conservacionista intercetados pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e outras infraestruturas</p> <p>Índice de suscetibilidade dos solos à desertificação</p> <p>Revestimento florestal como redutor de risco de erosão</p> <p>Alteração do uso do solo nas áreas com interesse conservacionista</p> <p>Medidas implementadas por tipo e alvo de intervenção (ex.: fauna, flora, recuperação de habitats, e espécies prioritárias, controlo de espécies invasoras, património, etc.)</p> <p>Valor da Estrutura Ecológica Municipal (EEM)</p> <p>Variação da área agroflorestal</p> <p>Ações de divulgação (por tipo) do património natural e paisagístico</p> <p>Empreendimentos turísticos reconhecidos como turismo de natureza</p> <p>Empresas reconhecidas como turismo de natureza</p> <p>Percursos/rotas criadas para promoção dos recursos naturais e da paisagem</p>	<p>N.º - ha</p> <p>ha</p> <p>N.º</p> <p>%</p> <p>ha</p> <p>%</p> <p>N.º</p> <p>%</p> <p>ha - %</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>km</p>
<p>Alterações Climáticas</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para uma inversão da tendência de aumento da emissão de gases de efeito de estufa (GEE) que se constitui como um dos principais responsáveis pelas alterações climáticas, bem como as respetivas medidas de adaptação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> Sensibilização para as alterações climáticas; Políticas e medidas de mitigação; Adaptação às alterações climáticas. 	<p>Campanhas de sensibilização e esclarecimento relativas às alterações climáticas nomeadamente no que respeita às ondas de calor e aos efeitos das secas</p> <p>Redução dos GEE</p> <p>Medidas de mitigação adotadas</p> <p>Medidas de adaptação às alterações climáticas implementadas</p>	<p>N.º</p> <p>%/ano</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p>
<p>Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a prevenção e minimização de riscos naturais (ex.: risco de cheias), de riscos mistos (e.g.: erosão hídrica do solo, risco de incêndio) e riscos tecnológicos (e.g.: acidentes rodoviários e ferroviários, cheias e inundações por rutura de barragem, acidentes em áreas e parques industriais e incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional).</p>	<ol style="list-style-type: none"> Minimizar o grau de vulnerabilidade da população aos riscos naturais, mistos e tecnológicos a que está sujeita; Proteger as populações dos fenómenos perigosos; Sensibilização para os fenómenos perigosos. 	<p>Ocorrências verificadas anualmente, por tipologia;</p> <p>Habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco)</p> <p>Medidas e ações desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos</p> <p>Ações de sensibilização para os fenómenos perigosos</p>	<p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p>

<p>Preservação e Valorização do Património Cultural</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a salvaguarda, preservação e recuperação do património, bem como de revitalização e de animação dos equipamentos culturais, proporcionando a fruição artística, facilitando a pesquisa e o estudo, sustentando a qualidade de vida das populações. Avaliar também, no domínio da cultura, a produção e a receção das atividades culturais, incentivando a preservação da identidade cultural e proporcionando mecanismos de sociabilidade.</p> <p>Identificar e avaliar os efeitos negativos das propostas do Plano no património cultural, em especial no património arqueológico, situação que se coloca particularmente em relação à ampliação dos espaços empresariais e industriais para zona de elevada sensibilidade arqueológica e que coincide, parcialmente, com um troço da ZP do Povoado do Porto Torrão, em vias de classificação.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a valorização e divulgação do património arqueológico, histórico e cultural do concelho 2. Conservar e valorizar o património arqueológico, cultural e edificado do concelho 	<p>Sítios arqueológicos classificados ou em vias de classificação</p> <p>Circuitos históricos e culturais</p> <p>Visitantes dos museus</p> <p>Eventos culturais</p> <p>Imoveis classificados</p> <p>Intervenções de valorização paisagística/ambiental</p> <p>Sítios arqueológicos preservados / valorizados</p> <p>Ações/medidas de minimização de impactes sobre sítios arqueológicos</p> <p>Sítios arqueológicos afetados</p>	<p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p>
FCD 2. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
<p>Bem-estar da População</p> <p>Avaliar o contributo da revisão do PDM na reabilitação dos edifícios degradados e/ou devolutos possibilitando o acesso da população a uma habitação condigna, no fomento de novas construções (de iniciativa pública-habitação social ou iniciativa privada) para venda/arrendamento a custos controlados/rendas acessíveis, permitindo às famílias aceder a outros bens e serviços que contribuam para melhorar a sua qualidade de vida.</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM na proteção da população no que respeita à poluição ambiental, em particular à qualidade do ar, da água e do ambiente sonoro por forma a garantir à população uma vida mais saudável e sustentável.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a reabilitação ou requalificação dos edifícios públicos e de particulares; 2. Promover o acesso da população à habitação a custos controlados/rendas acessíveis, sobretudo da mais desfavorecida; 3. Criar parcerias com entidades privadas para a construção de habitação social; 4. Dinamizar, junto da população, informação/campanhas de sensibilização para a adoção de uma vida mais saudável e sustentável; 5. Promover a realização de campanhas de avaliação da qualidade do ambiente e aplicar medidas de combate à poluição ambiental. 	<p>Edifícios requalificados ou reabilitados</p> <p>Empresas localizadas em locais reabilitados</p> <p>População residente em locais reabilitados</p> <p>Alojamentos sociais</p> <p>Alojamentos com rendas acessíveis</p> <p>Lotes destinados à construção de habitação social</p> <p>Campanhas de sensibilização que informem sobre os benefícios de uma alimentação saudável, prática de desporto</p> <p>Ações de informação sobre poupança de energia e reciclagem</p> <p>Campanhas de avaliação da qualidade do ambiente realizadas anualmente</p> <p>Ações de monitorização dos resultados obtidos</p>	<p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º - %</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p>
<p>Qualificação do Sistema Urbano</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas de reabilitação e reestruturação urbana, da valorização das infraestruturas, equipamentos e espaço público, das condições de mobilidade e acessibilidade para todos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Qualificar o espaço urbano público; 2. Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, residuais domésticas, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência; 3. Garantir uma oferta de equipamentos coletivos superiores e equilibrada no território, numa lógica de complementaridade; 4. Promover a qualificação e otimização dos equipamentos coletivos existentes; 5. Tornar o concelho acessível para todos, na lógica do <i>design for all</i>, com enfoque nos espaços urbanos e turísticos (públicos e privados); 6. Promover a generalização do acesso às TIC como veículo de comunicação. 	<p>Intervenções de qualificação do espaço urbano público</p> <p>Cobertura das infraestruturas básicas</p> <p>Intervenções realizadas para a melhoria da eficiência das redes</p> <p>Tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados</p> <p>Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva;</p> <p>Eventos realizados em equipamentos culturais, por tipologia</p> <p>Intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos</p> <p>Formação em TIC para adultos ativos</p>	<p>N.º</p> <p>%</p> <p>N.</p> <p>N.º</p> <p>%</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º horas</p>
<p>Ambiente e Sustentabilidade do Território</p> <p>Avaliar o contributo da revisão do PDM na promoção das energias alternativas, da eficiência energética, da utilização do transporte público e dos modos suaves de transporte e na contenção da alteração ao uso do solo, evitando ou reduzindo significativamente a emissão de gases com efeito de estufa.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover os modos de mobilidade suave; 2. Promover a aquisição de automóveis elétricos; 3. Reordenar o tráfego no interior dos aglomerados, reduzindo o seu volume; 4. Promover a utilização do transporte público para deslocações pendulares; 5. Potenciar uma Administração acessível. 	<p>Ciclovias e/ou percursos pedonais criados</p> <p>Postos de carregamento instalados</p> <p>Níveis de ruído no interior dos aglomerados</p> <p>Monitorização da qualidade do ar</p> <p>Passageiros/dia nos transportes públicos, por carreira</p> <p>Ações de sensibilização ambiental promovidas pela Administração junto da população em geral</p> <p>Campanhas de divulgação sobre a necessidade de separação dos resíduos</p> <p>Ações dirigidas às crianças e jovens sobre a importância de preservar os recursos naturais e da política dos 5 R</p>	<p>N.º - km</p> <p>N.º</p> <p>dB</p> <p>N.º</p> <p>campanhas</p> <p>N.º médio</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p>

<p>Promoção do Território</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a criação de uma imagem de marca forte, ancorada no património natural e cultural, que divulgue e valorize o concelho à escala nacional e internacional.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criar uma imagem de marca forte, ancorada na valorização dos produtos endógenos, património natural e construído, na paisagem e na acessibilidade para todos; 2. Criação/recriação de produtos, incluindo os turísticos; 3. Aumentar a procura turística nacional e internacional. 	<p>Ações do plano de marketing territorial desenvolvidas</p> <p>Volume de negócios</p> <p>N.º de eventos de promoção turística do concelho</p> <p>Crescimento do n.º de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico</p>	<p>N.º</p> <p>€/ano</p> <p>N.º</p> <p>%/ano</p>
FCD.5 INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA			
<p>Melhoria dos Serviços de Saúde e fomento dos Mecanismos de Proteção Social</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a melhoria das respostas nos serviços de saúde, ao combate à pobreza, isolamento e exclusão social. Avaliar a promoção do arrendamento social e criação de programas de apoio às famílias mais desfavorecidas.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Melhorar a oferta de serviços, nas áreas do apoio social e da saúde, adaptando-os às necessidades existentes; 2. Promover a equidade social e o apoio municipal às populações desfavorecidas; 3. Promover a inclusão da comunidade migrante; 4. Assegurar o bem-estar dos migrantes e em particular das crianças e jovens, no que respeita ao acesso a uma habitação condigna, à escola e aos cuidados de saúde 	<p>Rácios de médicos por habitante e enfermeiros por habitante</p> <p>Ocupação dos centros de saúde, lares e centros de dia para idosos</p> <p>Resposta dos serviços de saúde</p> <p>Acessibilidade da população aos serviços de saúde</p> <p>Programas de apoio às famílias mais desfavorecidas</p> <p>Contratos de arrendamento social</p> <p>Ações de formação para a aprendizagem do português</p> <p>Ações de acompanhamento escolar das crianças e jovens migrantes</p> <p>Consultas médicas prestadas à comunidade migrante</p> <p>Ações desenvolvidas com o objetivo de avaliar as condições de habitabilidade da população migrante</p>	<p>%</p> <p>%</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>consultas -tempo espera</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p>
<p>Elevação dos Níveis de Qualificação da População</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a qualificação dos atores locais, a promoção de educação e formação para todos ao longo da vida e a contribuição para a redução de taxas de insucesso e abandono escolar.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover a criação de emprego qualificado nas empresas; 2. Identificar, avaliar e promover incentivos específicos para a atração e fixação de população qualificada. 	<p>Ações de formações disponibilizadas/ano</p> <p>Inscritos em formações</p> <p>Horas de formação/inscrito</p> <p>Investimento em atividades de investigação</p> <p>Evolução do abandono e insucesso escolar</p>	<p>Nº</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>€</p> <p>%/ano</p>
<p>Modernização da Administração Pública</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que potenciem a modernização das entidades públicas, a transparência e facilidade de acesso à informação, como premissas para uma governação qualificada e maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Modernizar as entidades públicas, melhorando a eficiência e qualidade dos serviços públicos; 2. Aperfeiçoar a articulação e a cooperação com a administração central e regional. 	<p>Serviços <i>online</i> criados pelas entidades públicas</p> <p>Utilização dos serviços <i>online</i></p> <p>Duração dos procedimentos administrativos e número de entidades envolvidas</p>	<p>N.º</p> <p>%</p> <p>N.º dias</p> <p>N.º</p>
<p>Participação Pública</p> <p>Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que assegurem a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como a mobilização e incentivo da sociedade civil, nomeadamente ao nível da promoção do uso de novas tecnologias.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Promover o uso de novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos; 2. Assegurar a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil para os assuntos locais; 3. Fomentar a cooperação entre os agentes do território. 	<p>Participação pública online</p> <p>Participação em Fóruns de acompanhamento da execução do PDM/ sessões da Assembleia Municipal</p> <p>Ações de sensibilização;</p> <p>Participantes em consultas públicas</p> <p>Associações locais</p> <p>Entidades associadas</p>	<p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p> <p>N.º</p>

Fonte: RTGeo, 2021

X.2.4. ANÁLISE E AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO MODELO TERRITORIAL POR FCD

X.2.4.1. ENQUADRAMENTO

A AAE da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Alentejo contempla os aspetos mais importantes, por FCD, atendendo aos critérios e indicadores estabelecidos no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD). Esta abordagem vai ao encontro do disposto nas alíneas b), c), e) e g), do n.º 1, do artigo 6.º do DL 232/2007, alterado pelo DL 58/2011, que enumeram os elementos que devem constar do Relatório Ambiental, nomeadamente:

1. as características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não for aplicado o Plano;
2. os problemas ambientais pertinentes para o Plano;
3. os eventuais efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação do Plano;
4. uma síntese das razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação.

As condições naturais do concelho de Ferreira do Alentejo, em termos de clima, horas de sol e disponibilidade de solos, que, em traços gerais são favoráveis à produção agrícola, foram fortemente beneficiadas pelos investimentos no Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA) e o consequente aumento da disponibilidade de água para regadio. Como resultado, o concelho, cuja base económica sempre esteve ligada às atividades do setor primário, recebeu, nos últimos anos, avultados investimentos agrícolas, sobretudo em práticas de produção intensiva e superintensiva de regadio que se materializaram na

plantação, numa primeira fase, sobretudo de olival, ao qual, posteriormente, se veio juntar a uva, para vinho e para mesa, o amendoal e as produções frutícolas, entre outras.

Às empresas agrícolas associaram-se outras, de dimensão variável, de ramos de atividade agroindustrial (como os lagares de azeite ou as unidades de transformação do bagaço da azeitona) ou ainda de serviços para a agricultura.

A escassez e a irregularidade das disponibilidades hídricas caracterizam este recurso na região do Alentejo. Assim, a salvaguarda e valorização dos recursos hídricos é um elemento fundamental da sustentabilidade, enquanto componente essencial dos ecossistemas e dos ciclos naturais, como elemento de suporte às atividades e, ainda, como fator valorizador da paisagem. Em cenário de alterações climáticas, espera-se um acentuar da assimetria sazonal nas disponibilidades hídricas, com reduções significativas no escoamento médio anual.

Os consumos de água para rega pelas culturas presentes no perímetro de rega do Alqueva variam entre um máximo de 9.500m³/ha para o arroz e os 1.500 m³/ha para a figueira da índia. O olival, a uva e a amêndoa, apresentam valores intermédios de consumo de água por hectare (*vd.* Quadro X.2.6), mas ocupam, em conjunto, cerca de 89.705 ha (75%) da área total atual do EFMA, o que se traduz em elevados consumos de água anuais.

Quadro X.2.6. Consumos de água para rega por cultura

Cultura	Rega m ³ /ha ((ano médio)
Arroz	+/-9500
Luzerna	+/-8500
Milho Grão	7000 a 7500
Citrosos/ Maçã/ Pêssego/ Nectarina/Tomate/ Alho	6000 a 7000
Damasco/ Alperce/ Ameixa/ Pereira	-6500
Sorgo	+/-6000
Batata	4000 a 5000
Olival/ Uva	3000 a 5000

Amêndoa/ Abóbora	4500 a 5500
Nogueira/ Aveleira	6000 a 7000
Figueira da Índia	1000 a 1500
Pastagens e forragens/ Azevém/ Colza	+/-3000
Couve-Brócolo	2600 a 3000
Cevada/ Tremocilha	+/-2500
Trigo e Triticale	+/-3000
Grão-de-bico	2500 a 3000
Girassol	3500 a 4500

Fonte: EDIA (2020)

A monocultura intensiva/superintensiva tem, igualmente, associados impactes negativos na qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, bem como contribui para a erosão e contaminação dos solos, a perda de habitats e consequente redução da biodiversidade.

No que respeita à população, a atividade agrícola, não obstante tenha contribuído para a criação de emprego, é, simultaneamente, responsável pela degradação da sua qualidade de vida e bem-estar em virtude da má qualidade do ar resultante da transformação do bagaço de azeitona e do avanço das áreas agrícolas até ao limite dos núcleos urbanos, comprometendo o equilíbrio na relação do povoamento com a envolvente rural.

Assim, se, por um lado, o crescimento da atividade agrícola e agroindustrial contribui para incrementar a dinâmica económica do concelho, por outro, estas atividades, e em particular a monocultura intensiva/superintensiva, induziram fortes alterações na paisagem, com consequências na perda de habitats e de biodiversidade, às quais se associam os impactes ambientais que comprometem a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade de vida da população.

Importa ainda salientar que a expansão prevista dos espaços empresariais e industriais pode traduzir-se num impacte negativo pela afetação de sítios arqueológicos, nomeadamente na zona de elevada sensibilidade arqueológica que coincide, parcialmente, com um troço da ZP do Povoado do Porto Torrão, em vias de classificação. Neste sentido, haverá que definir ações e medidas de minimização destes potenciais impactes.

Focada na preservação e na sustentabilidade ambiental, a AAE integrou estas preocupações na determinação dos FCD, contribuindo de forma decisiva para que as mesmas fossem absorvidas pela proposta de revisão do PDMFA. Neste contexto importa destacar como medidas mais significativas que integram a proposta de revisão do PDMFA as seguintes:

- **A criação de uma Estrutura Ecológica Municipal (EEM)**

A EEM corresponde ao conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos.

Neste sentido, a EEM de Ferreira do Alentejo pretende constituir uma estrutura agregadora de elementos estruturantes para a proteção e conservação de espaços naturais com o objetivo de permitir um entrosamento natural entre os espaços rurais e urbanos, em respeito pelos valores e garantindo a sustentabilidade entre e intrassistemas. Ocupa uma superfície de cerca de 48,7% do território concelhio, acompanhando as principais linhas de água como sejam: o rio Sado, a ribeira de Figueira e a ribeira de Odivelas, concentrando-se sobretudo na zona mais plana correspondente, *grosso modo*, ao setor oeste do território concelhio e incluindo também a Serra do Mira.

No que respeita aos elementos que compõem a EEM, destacam-se, pela área ocupada, o montado (39,8%), as áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de

aquíferos (28,5%), os corredores ecológicos (16,1%) e ainda que ocupando uma área reduzida (1,18%) do concelho, destaca-se a serra do Mira, uma vez que nesta se concentra a maior ocorrência de núcleos da espécie endémica *Linária ricardo*¹, bem como de outras espécies endémicas.

Assim, todas as ocupações e utilizações do solo permitidas nas áreas que integram a EEM devem assegurar a compatibilização das funções de proteção, regulação, enquadramento e promoção dos sistemas ecológicos com os usos produtivos, o recreio e o bem-estar das populações, numa ótica de sustentabilidade do território.

- **Criação de faixas de salvaguarda aos perímetros urbanos**

A criação destas faixas tem como objetivo sustentar o limite das culturas intensivas/superintensivas, na sua maioria olival e amendoal, a uma distância de 250 m dos perímetros urbanos e vai ao encontro do número 6 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2021, de 27 de julho que determina:

“Proceder, à alteração à Lei n.º 26/2013, de 11 de abril, na sua redação atual, estabelecendo medidas adicionais de redução do risco para a saúde humana, associado ao uso de produtos fitofarmacêuticos em parcelas agrícolas ou florestais próximas de habitações ou outras estruturas com ocupação humana, nomeadamente através da fixação de uma distância mínima de proteção.”

Neste sentido a proposta de Plano integra como limitação ao regime de uso uma **faixa de proteção sanitária e paisagística com a largura de 250 m contada a partir do limite do perímetro urbano**, onde é interdita a instalação de novas culturas agrícolas permanentes ou renovação das existentes, com densidade igual ou superior a 400 árvores, bem como a instalação de estufas. Nas explorações agrícolas existentes à data

¹ Segundo a Diretiva Habitats esta espécie é classificada como “Prioritária” e em Portugal está classificada com “em Perigo”.

de publicação do PDM, com densidade igual ou superior a 400 árvores, é obrigatória a instalação de sebes de compartimentação que sirvam de barreira de proteção aos aglomerados urbanos. A instalação das sebes referidas no número anterior, é da responsabilidade dos proprietários dos prédios abrangidos e está sujeita a comunicação prévia à câmara municipal respetiva, devendo obedecer às seguintes características gerais:

- a) funcionar como forma de quebra da homogeneização da paisagem, permitindo a proteção aos aglomerados urbanos e a conectividade entre os ecossistemas agrícolas e naturais. Estas sebes deverão ter altura e volumetria suficiente para servirem de barreira de proteção contra a pulverização de produtos químicos e de natureza orgânica, permitirem o estabelecimento da continuidade entre ecossistemas diversos, atuando como corredores para espécies, como quebra vento e protegendo a cultura e as populações de efeitos adversos da aplicação de fitofármacos;
- b) ter uma largura mínima de 10 metros, ser colocadas no limite da propriedade, junto ao perímetro urbano, constituídas por espécies arbóreas e arbustivas autóctones e adaptadas às condições edafoclimáticas.

Relativamente aos aspetos sociais do concelho de Ferreira do Alentejo, a AAE centrou-se e refletiu nos FCD, essencialmente, os que respeitam ao despovoamento do concelho¹, ao envelhecimento, à escolaridade e à necessidade de atrair e fixar população jovem e mais qualificada providenciando, por exemplo, o acesso à habitação, à saúde e a melhor e mais qualificado emprego. Regista-se ainda a preocupação em incrementar a inclusão da população migrante, bem com reduzir a sazonalidade do trabalho agrícola.

¹ Os dados preliminares do Censos 2021 (INE) revelam um decréscimo da população de 7%, ou seja, o concelho perdeu 579 indivíduos, passando de 8255 para 6676 indivíduos.

Ao nível económico, a AAE aponta a diversificação da economia local como o principal objetivo, o qual se reflete, essencialmente, no FCD3, como se explicita em ponto próprio. Assim, para além do setor agrícola e agroindustrial é imperativa a aposta noutros setores de atividade, sobretudo em cenário de alterações climáticas, como sejam: o turismo associado aos valores naturais e patrimoniais do concelho, a recuperação do setor industrial e ainda a revitalização da atividade comercial. Acresce salientar que o desenvolvimento o turismo associado aos valores patrimoniais, bem como as atividades empresariais/comerciais e ainda o setor industrial (agroindústrias) deverão ser compatíveis com a preservação, valorização e conservação do património arqueológico, histórico e cultural de Ferreira do Alentejo.

Considera-se que a interação entre a AAE e a proposta de Plano foi muito significativa tendo sido integrados os aspetos mais relevantes contemplados nos FCD selecionados, sendo assim expectável que os FCD identificados no capítulo anterior sejam utilizados para medir a avaliação ambiental da proposta de revisão do PDMFA, que se estrutura de uma forma padronizada e sequencial, nomeadamente através de:

1. **análise de tendências** desenvolvida com base nos critérios de avaliação e indicadores identificados para cada um dos FCD considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE (*vd.* capítulo X.2.3). A identificação das principais tendências e respetivos problemas ambientais tem por base a análise tendencial, realizada para os FCD e respetivos critérios de avaliação. A **matriz SWOT** (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) para os FCD identificados resume os principais aspetos identificados na análise tendencial e esta é sintetizada numa matriz que apresenta uma avaliação qualitativa da situação atual, bem como no futuro, com e sem a implementação do Plano;
2. **análise dos efeitos decorrentes do modelo de desenvolvimento territorial**, apresentada no Anexo I, nomeadamente:
 - i. das **oportunidades** decorrentes das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM, em termos de sustentabilidade ambiental, na qual é avaliada a sua

- contribuição para a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos no QRE, bem como para a resolução dos problemas ambientais identificados anteriormente;
- ii. dos **riscos** das questões estratégicas da proposta de revisão do PDM, para a sustentabilidade, na qual são avaliados potenciais efeitos negativos decorrentes da implementação daquela estratégia.

Com efeito, a AAE da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Alentejo contempla os aspetos mais importantes, por FCD, considerando os critérios e indicadores estabelecidos no RFCD e estrutura-se em dois aspetos principais: análise de tendências, complementada com a matriz SWOT e avaliação de riscos e oportunidades.

X.2.4.2.FCD1. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

O **FCD1** tem como objetivos avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PDM respeitará a salvaguarda e incrementará a valorização dos recursos naturais e da paisagem, bem como os efeitos da mesma na qualidade do ambiente, designadamente ao nível da conservação da natureza e da biodiversidade, no ambiente sonoro, qualidade do ar, água e solo. Simultaneamente, permite aferir o contributo do Plano para a minimização dos riscos naturais e tecnológicos e para a promoção da resiliência do território às alterações climáticas, a par da dinamização da economia verde e da promoção de território seguro e saudável.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências para o **FCD1** recai sobre os seguintes cinco critérios: **Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro, Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem,**

Alterações Climáticas, Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos e Preservação e Valorização do Património Cultural.

Critério - Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a melhoria e proteção da qualidade física e química dos fatores ambientais água, ar e solo, bem como para assegurar a qualidade do ambiente sonoro.

Principais tendências:

1. O **estado global das massas de água superficiais**¹, para a categoria rios, é “Bom ou Superior”, embora a percentagem de massas de água com este estado tenha diminuído muito ligeiramente (de 37% para 36%).
2. As **albufeiras** registaram uma melhoria do estado, verificando-se um aumento de 68% para 86% de massas de água com estado “Bom e Superior” (APA, 2016).
3. Relativamente ao **estado químico** apenas o rio Sado se encontra em estado “Insuficiente”, encontrando-se as principais ribeiras afluentes em estado “Bom” (é desconhecido o estado químico das ribeiras de menores dimensões ou o setor montante dos principais cursos de água).
4. O **estado ecológico dos cursos de água** encontra-se fortemente afetado, dado que, todos os cursos de água do concelho se encontram em estado ecológico “Razoável ou inferior”, destacando-se a ribeira da Figueira e os seus afluentes que são classificados como em “Mau” estado ecológico. Esta classificação deve-se, essencialmente, ao desenvolvimento da agricultura intensiva que frequentemente necessita de alterar

¹ O estado global das massas de água superficiais é definido através da análise do estado ecológico e do estado químico. O estado ecológico corresponde a uma estimativa do grau de alteração da estrutura e função do ecossistema devido às diferentes pressões antropogénicas e integra a avaliação de elementos de qualidade biológica e dos elementos de suporte aos elementos biológicos, isto é, químicos, físico-químicos e hidromorfológicos. A classificação final do estado/potencial ecológico resulta da pior classificação obtida para cada elemento de qualidade. O estado químico define a presença de substâncias químicas que em condições naturais não estariam presentes ou que estariam presentes em concentrações reduzidas. Estas substâncias são suscetíveis de causar danos significativos para o ambiente aquático, para a saúde humana e para a fauna e flora, devido às suas características de persistência, toxicidade e bioacumulação (APA, 2016).

artificialmente os leitos e as margens dos cursos de água de forma beneficiar a exploração.

5. No que se refere à **qualidade da água subterrânea**, os aquíferos Gabros de Beja e a Bacia de Alvalade apresentam valores de contaminação significativos. A água dos Gabros de Beja apresenta elevados valores de concentração de nitratos¹ sulfatos e magnésio. A água do aquífero da Bacia de Alvalade também apresenta qualidade fraca, quer para abastecimento, quer para regadio.
6. Segundo os Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas (do Sado e Mira – RH6 e do Guadiana – RH 7) verifica-se um **bom estado global² das massas de água subterrâneas** da Bacia de Alvalade e um medíocre estado global do aquífero Gabros de Beja.
7. À exceção dos Gabros de Beja, o território do concelho de Ferreira do Alentejo é caracterizado por possuir massas de água subterrânea de boa qualidade.
8. As áreas definidas como **de “elevada” suscetibilidade à contaminação** devem ser acompanhadas de forma a evitar a sua degradação, dado que, segundo as suas características físicas, são mais suscetíveis à contaminação.
9. No **Bloco de Rega de Alfundão**, observa-se uma qualidade **Medíocre**, dado que é excedido o valor critério para os parâmetros condutividade e cloretos.
10. O **Bloco de Rega de Ferreira e Valbom** obtém uma qualidade **Medíocre**, dado que é excedido o valor critério para o parâmetro nitratos (dos quatro pontos de referência, três excedem os valores critério e limite).
11. **Degradação da qualidade das massas de água** devido à concentração de nitratos e ao aumento da salinização demonstrado pela elevada condutividade e pela presença de cloretos. Esta degradação deriva, possivelmente, das práticas agrícolas utilizadas na área, resultantes do excedente de azoto aplicado na agricultura, sob a forma de azoto

¹ O aquífero dos Gabros de Beja localiza-se na Zona Vulnerável de Beja, conforme Portaria n.º 164/2010, de 16 de março, Anexo I e Portaria n.º 259/2012 de 28 de agosto, Anexo I.

² O estado global das massas de água subterrânea resulta da combinação da avaliação do estado quantitativo e do estado químico (APA, 2016).

- amoniacoal e outros componentes azotados, demonstrando que ocorrem perdas importantes de azoto do sistema solo-planta para o meio freático.
12. Note-se que a **recuperação das massas de água subterrâneas é um processo moroso** que depende das taxas de recarga de cada aquífero e das respetivas características físicas. Assim, deve ser planeado para um longo período temporal, procurando atingir o conceito de desenvolvimento sustentável.
 13. A qualidade da **água para abastecimento público** no concelho, distribuída pelo sistema de abastecimento da rede em baixa, garante os critérios de qualidade estabelecidos pela ERSAR.
 14. **Os solos argiluviosos** pouco insaturados constituem 42,2% do território concelhio. Estes são solos evoluídos, que se desenvolvem em climas caracteristicamente mediterrâneos, e apresentam capacidade para o desenvolvimento da agricultura.
 15. No que respeita à **capacidade de uso do solo**, o concelho de Ferreira do Alentejo apresenta uma importante dissemelhança entre o setor norte, onde dominam áreas de baixa capacidade de uso dos solos, e o setor a sul da ribeira da Figueira onde dominam as mais elevadas capacidades de uso do solo.
 16. Constata-se que o mosaico **de ocupação atual do solo**, no concelho, é dominada pela agricultura (53%), destacando-se as **culturas temporárias de sequeiro e regadio** (53%). Destas culturas destaca-se o olival (38%). O olival regado, nomeadamente de práticas intensivas, que se concentram em todo o setor este do concelho, estando cada vez mais próximos das povoações, ocupa (2019) cerca de 60% do total da área regada.
 17. Nos **sistemas agroflorestais** dominam o sobreiro e a azinheira (21%) e nas florestas dominando o sobreiro e o pinheiro manso (13%).
 18. A **degradação da qualidade do ar** é sentida essencialmente na área de Fortes, sendo as fontes emissoras as chaminés (secadoras e de caldeira), mas também as fontes emissoras difusas como as pilhas de matéria-prima, lagoas e outras, que fazem parte do processo industrial (APA, 2018). Contudo, podem ser verificadas significativas diferenças

na qualidade do ar em 2018 e em 2019, não sendo identificados, em 2019, dias com valores de poluentes superiores aos permitidos legalmente (APA, 2019).

19. A **análise ao ruído** no concelho de Ferreira do Alentejo evidencia que (CMFA, 2012) a área estudada pode ser considerada como “acusticamente calma”, com níveis de ruído ambiente que se podem considerar baixos, sendo que a principal fonte de ruído, quer qualitativa quer quantitativamente, é o tráfego rodoviário. As estradas geradoras de mais ruído são, como seria previsível, atualmente a A2 e futuramente a A26.
20. Relativamente ao **ruído industrial**, verificou-se que as emissões sonoras derivadas desta fonte não são, de acordo com os resultados obtidos, suscetíveis de ocasionarem situações de conflito assinaláveis. Contudo, no Parque Industrial de Penique (localizado a sul do lugar de Odivelas, junto à ER2) os valores do L_{den} ultrapassam os 70 dB (A).

Critério - Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a conservação da natureza e da biodiversidade, para a preservação e valorização da paisagem e dos elementos geográficos de referência do concelho e para a manutenção da identidade da paisagem.

Principais tendências:

1. O concelho não é abrangido por qualquer área classificada ao abrigo do **Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)**.
2. Os principais cursos de água do concelho, nomeadamente, o rio Sado, a ribeira da Figueira e a ribeira de Odivelas, assim como os principais afluentes devem ser considerados como de elevada importância para a presença de **habitats e espécies de flora e fauna únicas**.
3. O planalto de Gasparões, entre a Ribeira de Canhestros e a Ribeira do Roxo, constitui zona de **alimentação para aves aquáticas e carnívoros e local de reprodução de anfíbios, crustáceos de água doce e libélulas**.
4. Ocorrência de lagoas temporárias - **“Charcos temporários mediterrânicos”** - protegidas pela Diretiva Habitats.

5. O **montado**, em termos faunísticos, considerando apenas os vertebrados terrestres, exibe uma elevada biodiversidade, com 71 espécies de mamíferos terrestres (voadores e não voadores) referidas como presentes em território continental, sendo que mais de 95% ocorrem em montados.
6. Ao nível da flora destaca-se o **endemismo lusitânico** *Linaria ricardoi* - espécie protegida, classificada como muito rara, cujo decréscimo populacional aparenta estar associado à generalização do uso de herbicidas decorrente da intensificação agrícola.
Esta espécie ocorre em pequenos núcleos na serra do Mira.
7. No que se refere à **paisagem** do concelho de Ferreira do Alentejo, verifica-se uma tendência de **transformação de áreas outrora ocupadas por culturas de cereais para plantações de olival**.
8. Destaca-se a **importância do EFMA para a alteração da paisagem do concelho** de Ferreira do Alentejo, em virtude do aumento da área de regadio.
9. O **forte crescimento das culturas de regadio** terá reflexo sobre a perda de biodiversidade em geral, com impactes ao nível da criação de barreiras à conectividade e diminuição da qualidade ambiental dos recursos hídricos.
10. Valor ecológico das áreas onde se pratica agricultura de sequeiro, que albergam fauna com estatuto especial de conservação, como a abetarda, o sisão, o francelho-das-torres (peneireiro) e a águia de Bonelli.
11. São áreas com elevado interesse natural e paisagístico as zonas ribeirinhas, nomeadamente: o leito e as margens do rio Sado, a ribeira da Figueira, a ribeira de Odivelas, a envolvente da albufeira de Odivelas, alguns pauis no sul do concelho e a Lagoa dos Patos (lagoa de águas públicas).

Critério - Alterações Climáticas

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para uma inversão da tendência de aumento da emissão de gases de efeito de estufa (GEE) que se constitui como um dos principais responsáveis pelas alterações climáticas, bem como as respetivas medidas de adaptação.

Principais Tendências:

1. No Baixo Alentejo, foram registadas nove secas no período entre 2007 e 2017, ocorrendo em 2009 e 2012 mais do que uma seca por ano.
2. No concelho de Ferreira do Alentejo **a suscetibilidade a secas é elevada e muito elevada**. Esta característica prende-se diretamente com a baixa precipitação anual que ocorre no concelho (próxima dos 500 mm por ano), sendo agravada no quadro das alterações climáticas, que para o concelho de Ferreira do Alentejo, determinam decréscimo da precipitação anual e subida da temperatura.
3. O concelho de Ferreira do Alentejo, encontra-se numa área de **dominantemente elevada suscetibilidade a ondas de calor**, sendo apenas o extremo oeste considerado como uma área de moderada suscetibilidade, devido à proximidade oceânica e ao seu efeito amenizador.
4. Participação do concelho no **projeto piloto ClimaAdaPT** (2015 e 2016) e no **Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo** (2018).
5. Dos **cenários avaliados** são projetados: o aumento da temperatura média anual, em todos os cenários previstos, a redução da precipitação, o aumento da ocorrência de incêndios florestais, o aumento das cheias rápidas e inundações em meio urbano, aumento dos danos nos equipamentos, infraestruturas e vias de comunicação e intensificação dos danos para a saúde.

Critério - Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a prevenção e minimização de riscos naturais (ex.: risco de cheias), de riscos mistos (e.g.: erosão hídrica do solo, risco de incêndio) e riscos tecnológicos (e.g.: acidentes rodoviários e ferroviários, cheias e inundações por rutura de barragem, acidentes em áreas e parques industriais e incêndios e colapsos em centros históricos e em edifícios com elevada concentração populacional).

Principais Tendências:

1. No concelho de Ferreira do Alentejo a **suscetibilidade a secas é elevada e muito elevada**.
2. O concelho de Ferreira do Alentejo, encontra-se numa área de predominantemente **elevada suscetibilidade a ondas de calor**.
3. **Alteração da morfologia** acelerando processos de sedimentação ou, pelo contrário, processos erosivos, canalizando e regularizando linhas de água, modificando os caudais dos cursos de água e o transporte de sedimentos de onde decorrem alterações profundas no ciclo hidrológico, pedológico, no albedo das superfícies com consequências, algumas desconhecidas, sobre o equilíbrio do sistema biofísico.
4. Relativamente à **perigosidade à erosão hídrica do solo**, o concelho de Ferreira do Alentejo encontra-se na classe de suscetibilidade “muito baixa” (61,1%).
5. A **perigosidade sísmica** do concelho, é de um modo geral baixa, sobretudo no setor central e nascente do concelho. Verifica-se, contudo, áreas com elevada perigosidade sísmica, coincidentes com formações não consolidadas, no setor poente do concelho.
6. **As áreas de perigosidade sísmica elevada** ocorrem fundamentalmente em duas áreas – uma no setor poente de Ferreira do Alentejo, e outra no sul do concelho, em ambos os casos, as formações litológicas dominantes são as areias, as cascalheiras, os depósitos de vertentes, os terraços fluviais e os arenitos. Nestas áreas podem destacar-se numerosas construções (e.g., Figueira de Cavaleiros ou Canhestros), ou ainda, são de destacar as estradas que atravessam áreas com perigosidade sísmica D.
7. No concelho a **intensidade sísmica é moderada**, apesar da existência de algumas áreas de maior perigosidade devido às características litológicas.
8. Considerando que o concelho de Ferreira do Alentejo é pouco declivoso, com rochas de elevada dureza e com fraca pressão urbanística, a **ocorrência de movimentos de massa** em vertentes não se regista com frequência.
9. São identificadas **duas áreas com exploração de massas minerais**. A exploração de areia a oeste de Santa Margarida e a pedreira de doleritos a SE de Peroguarda. São ainda de destacar áreas potenciais para exploração de rochas e minerais não metálicos.

10. Necessidade de reabilitação de todas as áreas onde se verificou exploração de recursos geológicos.
11. Foram apenas registadas **quatro ocorrências de cheias e inundações**, não sendo assim, um território com elevada propensão para a sua ocorrência. Ainda assim, uma vez que as cheias e as inundações podem ser provocadas por eventos de precipitação intensa (em períodos de tempo mais ou menos prolongados), a possibilidade de ocorrência deste evento danoso não deve ser descurada.
12. As áreas de **elevada perigosidade para a ocorrência de cheias e inundações** correspondem fundamentalmente aos setores marginais do rio Sado, da ribeira de Odivelas e da ribeira da Figueira.
13. No que se refere ao **risco de ocorrência de cheias e inundações** as áreas que apresentam os valores mais elevados são Santa Margarida, Canhestros, Peroguarda, Alfundão e Odivelas.
14. Segundo o PMDFCI de Ferreira do Alentejo (CMFA, 2018) o **concelho apresenta um baixo número de incêndios rurais** (relativamente a outros concelhos de Portugal), com uma **tendência generalizada de decréscimo**.
15. No que se refere à **perigosidade a incêndios rurais**, o concelho de Ferreira do Alentejo, em termos gerais, **tem muito baixa perigosidade**, essencialmente devido ao baixo declive do território e à elevada ocupação de espaços agrícolas, em contraste com as áreas florestais que apresentam baixa ocupação.
16. As áreas de **elevada e muito elevada perigosidade** estão associadas as áreas de elevado declive dos vales dos principais cursos de água e aos relevos residuais dos setores SE do concelho.
17. Consideram-se como principais riscos associados às áreas urbanas, os **incêndios urbanos e o colapso de estruturas**. Fatores como a concentração de população, a densidade da malha urbana, degradação do edificado, arruamentos estreitos, *etc.*, potenciam a ocorrência dos riscos supracitados.

18. No concelho de Ferreira do Alentejo, consideraram-se, enquanto estruturas vulneráveis, todas as pontes, barragem, edifícios em ruínas e edifícios em mau estado de conservação. É **na sede de concelho que se registam mais edifícios em ruínas** (seguido de Alfundão) e barragens. As pontes e viadutos são muito mais frequentes nos trajetos da ER2 e do IP1/A2.
19. Quanto aos **incêndios urbanos**, no concelho de Ferreira do Alentejo, estes são potenciados pelo edificado com materiais de construção de má qualidade, edifícios degradados e abandonados, instalações elétricas e de gás sem condições adequadas, e até a existência de sótãos.
20. Em Ferreira do Alentejo (concelho) **a facilidade de propagação de um incêndio urbano** é favorecida pela proximidade dos edifícios que, frequentemente, se encontram adossados, partilhando a mesma parede de empena.
21. A **vulnerabilidade** é também fomentada pelas condições de acesso, uma vez que a escassa largura das vias e o estacionamento indevido condicionam o tempo de resposta dos serviços de emergência.
22. O aglomerado urbano menos vulnerável à **ocorrência de incêndios** é Figueira de Cavaleiros, onde o estado de conservação dos edifícios não é preocupante e também por possuir poucas infraestruturas indutoras.
23. A sede de concelho, bem como toda a freguesia de Ferreira do Alentejo e Canhestros, são os locais mais vulneráveis ao **risco de incêndios urbanos**, devido à concentração de edifícios em mau estado de conservação e elementos indutores.
24. A maioria das **vias** (nacionais e municipais) encontram-se em **mau estado de conservação**. A crescente degradação do pavimento deve-se, sobretudo, ao aumento do tráfego de veículos pesados (+1,17%) intimamente ligados à atividade agrícola e agroindustrial.
25. Desde 2016 que, **o número de acidentes com vítimas** nas estradas de Ferreira do Alentejo tem vindo a aumentar, simultaneamente a **gravidade** dos mesmos tem

registado significativas diminuições. As vias que registam um maior número de acidentes são a EN121, o IP1/A2 e a ER2.

26. Segundo dados da APA (2019), no concelho de Ferreira do Alentejo não existem **estabelecimentos integrados no regime de prevenção de acidentes graves** (Decreto-Lei n.º 150/2015), no entanto existem seis postos de abastecimento combustível, três armazéns de botijas de gás, seis depósitos de gás e seis depósitos de combustível.
27. No município de Ferreira do Alentejo as **vias mais suscetíveis a acidentes no transporte de matérias perigosas** são a EN121, ER2 e EN259/IP8.
28. Grande parte do concelho de Ferreira do Alentejo é moderadamente suscetível a **acidentes aéreos** com aeronaves comerciais.

Critério - Preservação e Valorização do Património Cultural

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a salvaguarda, preservação e recuperação do património, bem como de revitalização e de animação dos equipamentos culturais, proporcionando a fruição artística, facilitando a pesquisa e o estudo, sustentando a qualidade de vida das populações. Avaliar também, no domínio da cultura, a produção e a receção das atividades culturais, incentivando a preservação da identidade cultural e proporcionando mecanismos de sociabilidade.

Identificar e avaliar os efeitos negativos das propostas do Plano no património cultural, em especial no património arqueológico, situação que se coloca particularmente em relação à ampliação dos espaços empresariais e industriais para zona de elevada sensibilidade arqueológica e que coincide, parcialmente, com um troço da ZP do Povoado do Porto Torrão, em vias de classificação.

Principais Tendências:

1. No concelho de Ferreira do Alentejo foram identificados **396 elementos patrimoniais**, dos quais 16 estão classificados e sete em vias de classificação, nomeadamente o povoado do Porto Torrão e a *Villa Romana* do Monte da Chaminé.
2. Dos restantes 373 elementos de valor patrimonial, 90,3% (337) pertence a património de valor arqueológico e apenas 9,7% (36) diz respeito a bens de valor arquitetónico.
3. Relativamente ao **património cultural imaterial**, o **Cante Alentejano** está classificado como **Património Cultural Imaterial da Humanidade**.

4. No entanto, no município são identificados outros elementos patrimoniais de relevo, com potencial único, dos quais se destacam a arte de trabalhar o **ferro forjado**, a **mobília tradicional alentejana** de Ferreira do Alentejo e a **gastronomia** local.
5. Das **festividades cíclicas** do concelho, apenas a festa de 5 de março e a feira de setembro são consideradas estruturantes. As festividades dividem-se entre a natureza religiosa e a promoção dos recursos endógenos.

O Quadro X.2.7 corresponde à matriz SWOT do FCD1 Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro X.2.7. SWOT para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos

Critério	Pontos fortes	Pontos fracos
Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Estado global das massas de água superficiais (rios) "Bom ou superior"; ✓ Verifica-se um bom estado global das massas de água subterrâneas da Bacia de Alvalade; ✓ 42,2% do território com solo argiluiados pouco insaturados (solos evoluídos), com capacidade para o desenvolvimento da agricultura; ✓ Níveis de ruído ambiente característicos não configuram, de uma forma geral, situações conflituosas; ✓ Água do abastecimento público garante os critérios de qualidade estabelecidos pela ERSAR; ✓ Boa cobertura da rede de abastecimento de água; ✓ Programa de Ação (Portaria n.º 259/2012, de 28 de agosto) com o objetivo de reduzir a poluição das águas causada ou induzida por nitratos de origem agrícola e impedir a propagação desta poluição nas zonas vulneráveis (Zona vulnerável de Beja, identificada ao abrigo da Portaria n.º 164/2010, de 16 de março). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Medíocre estado global do aquífero Gabros de Beja; ✓ Os aquíferos Gabros de Beja e a Bacia de Alvalade apresentam valores de contaminação significativos; ✓ Degradação dos recursos hídricos superficiais, provavelmente, devido à intensa atividade agrícola (nitratos e cloretos); ✓ Ribeira da Figueira e os seus afluentes que são classificados como em "Mau" estado ecológico ✓ Redução da vegetação ripícola nas áreas onde se desenvolve agricultura intensiva (artificialização dos leitos e margens dos cursos de água); ✓ Classificação das águas subterrâneas nos blocos de rega de Alfundão e de Ferreira e Valbom, é, de um modo geral, "medíocre"; ✓ Degradação da qualidade do ar sentida essencialmente na área de Fortes; ✓ Ausência de pontos de medição de qualidade do ar; ✓ No Parque Industrial de Penique os valores do Lden ultrapassam os 70 dB (A).

<p>Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A maior diversidade faunística está associada às áreas de montado; ✓ O rio Sado, a ribeira da Figueira e a ribeira de Odivelas, assim como os principais afluentes são de elevada importância para a presença de habitats e espécies de flora e fauna únicas; ✓ O planalto de Gasparões a ocorrência de lagoas temporárias, constituem zonas de alimentação para aves aquáticas e carnívoros e local de reprodução de anfíbios, crustáceos de água doce e libélulas; ✓ Presença do endemismo lusitano <i>Linaria ricardoii</i>; ✓ Áreas de elevado valor natural e paisagístico como o leito e as margens do rio Sado, a Ribeira de Odivelas, a envolvente da albufeira de Odivelas, alguns paus no sul do concelho e a serra do Mira onde se regista a presença de várias espécies endémicas, com destaque para os núcleos de <i>Linaria ricardoii</i>. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inexistência de áreas classificadas ao abrigo do SNAC; ✓ Descaracterização da paisagem do concelho de Ferreira do Alentejo, com a tendência de transformação de áreas outrora ocupadas por culturas de cereais para plantações de olival intensivo e superintensivo. ✓ Forte crescimento das culturas de regadio terá reflexo sobre a perda de biodiversidade e diminuição da qualidade ambiental dos recursos naturais e paisagísticos; ✓ Paisagem marcada pelas culturas de regadio com destaque para o olival intensivo e superintensivo.
<p>Alterações Climáticas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Crescimento da possibilidade de atividade turística não apenas nos meses de verão, reduzindo os efeitos da sazonalidade; ✓ Aumento do potencial de produção elétrica a partir de fontes renováveis; ✓ Reduzida pressão antrópica sobre o território; ✓ Participação do concelho no projeto piloto ClimaAdaPT e no Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo; ✓ Elevado potencial de exploração de energia térmica e fotovoltaica. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do número de dias de calor extremo e de noites tropicais (secas e ondas de calor); ✓ Elevada taxa de utilização de transportes individuais motorizados em vez de transportes públicos e bicicletas; ✓ Dependência da agricultura, atividade bastante vulnerável às alterações climáticas, sobretudo quando apoiada na monocultura intensiva.
<p>Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Reduzida perigosidade sísmica; ✓ Reduzida suscetibilidade a contaminação de águas subterrâneas; ✓ Reduzido número de áreas com elevado risco de cheias e inundações; ✓ Reduzido número de elementos com elevado risco tecnológico; ✓ No concelho de Ferreira do Alentejo não existem estabelecimentos integrados no regime de prevenção de acidentes graves; ✓ Inexistência de registo de acidentes no transporte de mercadorias perigosas; ✓ Baixa probabilidade de ocorrência de movimentos de vertentes e cheias; ✓ Baixo número de incêndios rurais com uma tendência generalizada de decréscimo; ✓ Rede de pontos de água bem consolidada com cerca de 126 pontos de água mistos ou 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Maior parte do território com elevada suscetibilidade e o restante muita elevada suscetibilidade a ondas de calor; ✓ Setores marginais do rio Sado, ribeira de Odivelas e ribeira da Figueira, com elevada perigosidade a cheias e inundações; ✓ Presença de 21 estabelecimentos associados a produtos perigosos (combustíveis), alguns em meio urbano; ✓ Risco de incêndio urbano em associado à concentração de edifícios em mau estado de conservação e elementos indutores; ✓ Possibilidade de rutura de barragens; ✓ Vias nacionais e municipais em mau estado.

	terrestres distribuídos pelo território concelhio, o que permite uma resposta atempada dos meios de prevenção e combate aos incêndios.	
Preservação e valorização do património cultural	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elevado número de elementos do património cultural (373 elementos com valor patrimonial); ✓ Relevante património imaterial: cante alentejano, ferro forjado, a mobília tradicional alentejana de Ferreira do Alentejo e a gastronomia local; ✓ Inventário do património arqueológico atualizado; ✓ Festividades do concelho de Ferreira do Alentejo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Necessidade de reabilitação de elementos do património cultural e em particular do património arqueológico; ✓ O cariz invisível e vulnerável do património arqueológico ✓ Apenas 16 elementos patrimoniais classificados e 7 em vias de classificação.
Critério	Oportunidades	Ameaças
Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aproveitamento dos recursos hídricos superficiais para atividades de recreio e lazer (POAP-Odivelas); ✓ Desenvolvimento tecnológico que permite criar reduzir e controlar a aplicação de produtos fitofármacos e fertilizantes; ✓ Adoção de práticas de rega mais eficientes; ✓ agricultura de produção integrada ou biológica; ✓ Monitorização da qualidade do ar; ✓ Resolução da Assembleia da República n.º 279/2018. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Investimentos que poderão contribuir para a diminuição da qualidade dos recursos naturais; ✓ A recuperação das massas de água subterrâneas é um processo moroso; ✓ Alterações climáticas e respetivos impactes na quantidade e qualidade dos recursos hídricos, solo e ar; ✓ Inexistência de perímetros de proteção para as captações públicas de água subterrânea; ✓ Degradação da qualidade do ar (partículas, fumos e odores); ✓ Incumprimento do Código de Boas Práticas Agrícolas pode contribuir para a degradação dos valores naturais.
Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Realização de estudos que permitam aumentar o conhecimento sobre os principais valores naturais e consequentemente permitir a sua valorização e promoção; ✓ Desenvolvimento de projetos de desenvolvimento turístico associados aos elementos naturais; ✓ Criação e delimitação de uma Estrutura Ecológica Municipal que salvaguarda os valores naturais presentes no concelho; ✓ Reforço da conectividade ecológica com os municípios limítrofes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O aumento do turismo poderá levar à redução da qualidade dos recursos naturais; ✓ Alterações climáticas podem provocar a alteração das condições climáticas essenciais para a fauna e flora, promovendo a sua migração/extinção; ✓ Degradação dos habitats com a implantação de infraestruturas associadas às energias renováveis; ✓ Incumprimento do Código de Boas Práticas Agrícolas pode contribuir para a degradação dos valores naturais.
Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adoção de um conjunto de medidas de adaptação e mitigação das alterações climáticas; ✓ Reabilitação urbana; ✓ Maior preocupação dos agentes internacionais e nacionais com as consequências das alterações climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da frequência e da intensidade de ondas de calor e períodos de secas; ✓ Aumento da frequência e da intensidade de eventos de precipitação extrema; ✓ Diminuição da precipitação; ✓ Diminuição de disponibilidade de água para a agricultura; ✓ Aumento da suscetibilidade à desertificação;

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento da ocorrência de incêndios florestais, e de cheias rápidas e inundações em meio urbano; ✓ Aumento dos danos nos equipamentos, infraestruturas e vias de comunicação e intensificação dos danos para a saúde.
Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementação de medidas que permitem o estudo dos riscos e a sua posterior mitigação ou redução; ✓ Processo de reabilitação urbana que conduz à diminuição da possibilidade de incêndios urbanos, nomeadamente na vila de Ferreira do Alentejo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Intensificação do risco de ocorrência de seca; ✓ Degradação da salubridade dos aquíferos; ✓ Previsão de incremento de fenómenos extremos provocados pelas alterações climáticas com potencial de gerar situações de risco.
Preservação e Valorização do Património Cultural	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atualização da Carta do Património do concelho; ✓ Sinergias entre a administração central e local com privados, na promoção do património local (arqueológico e arquitetónico); ✓ Divulgação do património imaterial com destaque para o Cante Alentejano a arte de trabalhar o ferro forjado, a mobília tradicional alentejana de Ferreira do Alentejo e a gastronomia. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Degradação do património cultural, por abandono ou sobre-exploração; ✓ Expansão e intensificação da atividade agrícola pode colocar em causa a preservação do património arqueológico; ✓ Expansão da zona empresarial e industrial (ZP do Povoado do Porto Torrão, em vias de classificação).

Considerando a evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD1 e a matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro X.2.8, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem a implementação do PDMFA.

Quadro X.2.8. Análise de tendências do FCD1. Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro		↔	↑
	Qualidade Ar	↓	
Conservação da Natureza, Biodiversidade e Paisagem		↔	↑
Alterações climáticas		↔	↑
Riscos naturais, mistos e tecnológicos		↔	↑
Preservação e valorização do património cultural		↔	↔ ↑

Situação de referência:

Tendências de evolução:



Desfavorável	Média	Boa	↓	↔	
			Negativa	Estagnação	Positiva

Considerando a situação diagnosticada, e na ausência das intervenções previstas no âmbito da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Alentejo, é previsível que se mantenham os pontos fracos e as ameaças identificadas (*vd.* Quadro X.2.7), que correspondem, em geral, a uma degradação da qualidade física e química do ambiente e à manutenção, ou acentuar, das situações de risco e de conflito existentes as quais, no atual contexto de alterações climáticas, poderão vir a agravar-se.

Essa evolução, a verificar-se, poderá ter implicações diretas na degradação dos recursos, dos ecossistemas e na perda da biodiversidade e de valores cénicos, potenciando os problemas, já existentes, e que contribuirão para a degradação da qualidade de vida da população e da saúde pública, em particular na povoação de Fortes devido à má qualidade do ar, bem como para a desvalorização socioeconómica do território do concelho de Ferreira do Alentejo.

Em sentido contrário, a implementação dos projetos e ações previstos no âmbito dos objetivos principais da proposta de revisão do PDMFA deverá traduzir-se em oportunidades para a larga maioria dos critérios selecionados para o FCD1. Importa, contudo, salientar que em relação à preservação e valorização do património cultural subsistem ameaças que deverão ser alvo de ações e medidas de minimização dedicadas, pelo que se considera que embora possa ocorrer alguma “estagnação” neste critério de avaliação, esta será de pouca significância se forem correta e atempadamente implementadas as ações e medidas de minimização. Assim sendo é de esperar que a sua tendência futura seja “positiva”.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro X.2.9 sintetiza a avaliação relativa ao FCD1 - Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD.

Quadro X.2.9. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro	EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 PRR PNI 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PNEC 2030 PANCD P-3AC ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PENSAR 2020 PERSU 2030 PNA PNUEA 2012-2020 PGBRH6 POAO PNAAS 2008-2013 ENAR 2020 ENMAC 2020-2030 ENEAPAI 2030 PNRegadios ALENTEJO 2030 ERA 2030 PAMUS-BA PROT-ALENTEJO Resolução da Assembleia da República n.º 279/2018	++	<ul style="list-style-type: none"> Manutenção e o desenvolvimento do respetivo potencial agrícola que conserve as propriedades dos solos, com vista à respetiva valorização económica e à otimização do aproveitamento dos recursos existentes; Sementeira direta ou mobilização na linha; rotação de culturas com diferentes tipos de sistemas radiculares; Enrelvamento da entrelinha nas culturas permanentes; Uso de coberto vegetal nos solos no período mais chuvoso e nas entrelinhas, utilização de efluentes pecuários, de compostos e subprodutos de agroindústrias como matérias fertilizantes; Delimitação de uma Estrutura Ecológica Municipal, que integra os principais valores naturais do concelho; Promover o respeito pelo ambiente no desenvolvimento das práticas agrícolas (e.g. produção integrada, biológica); A proteção dos recursos água e solo, por via de um uso eficiente da água e de uma utilização regrada de fertilizantes e de produtos fitofarmacêuticos; Incorporação de estrumes e compostados, rotações com leguminosas, culturas de cobertura e com sobrantes de origem agrícola ou florestal (provenientes das operações de limpeza ou desmatação); A proteção dos recursos solo e água (montados, sobreirais, azinhais, pastagens permanentes), assegurando a continuidade

			<p>da estrutura verde e proteção da diversidade ecológica;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar e defender os recursos naturais e o património paisagístico; • Assegurar a qualidade da água da albufeira de Odivelas; • Garantir a continuidade do ciclo da água; • Promover a preservação da composição, estrutura e funcionalidade, bem como a manutenção do caudal ecológico da Ribeira de Figueira e Ribeira de Odivelas e respetivos afluentes; • Elaborar um Plano de Redução de Ruído; • Colocar barreiras acústicas e/ou a utilização de obstáculos naturais (e.g. árvores) para obter um efeito barreira desejado, nas áreas de maior conflito (e.g. eixos viários e áreas industriais com destaque para o Parque Industrial de Penique); • Obrigar à redução da velocidade na malha urbana; • Promover a segregação do tráfego no interior da malha urbana; • Atualizar regularmente as cartas de ruído; • Acompanhar e monitorizar a qualidade do ar.
<p>Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem</p>	<p>CEP EUROPA 2030 PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PNPOT PNEC-2030 PANCD P-3AC ESTRATÉGIA TURISMO 2027 ENAR ENF RJCNB ENCNB 2030 PNAP PNA PNUEA 2012-2020 POAO PROT-ALENTEJO PROF-ALENTEJO ERA 2030 ALENTEJO 2030</p>	<p>++</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover o respeito pelo ambiente no desenvolvimento das práticas agrícolas (e.g. produção integrada, biológica); • Promover o desenvolvimento de ações que reduzam as áreas de monocultura contribuindo para a biodiversidade e para a redução do risco de incêndio; • Proceder à substituição das espécies exóticas por espécies adequadas autóctones; • Acautelar o desenvolvimento de espécies invasivas, nomeadamente a <i>acacia sp.</i>, recomendando - se a sua substituição por espécies adequadas; • Implementar os Planos de Recuperação Ambiental de Pedreiras (PRAP); • Elaboração de um plano de conservação dedicado à preservação da <i>linaria ricardoii</i>; • Evitar ou minimizar os impactes paisagísticos produzidos por atividades que promovam a intrusão ou a perda de paisagem e assegurar a permanência de estruturas como as sebes vivas; • Consolidação e recuperação de taludes e margens de linhas de água privilegiando técnicas de engenharia natural; • Reposição/reabilitação da galeria ripícola (plantação e/ou sementeira de espécies autóctones); • Criação de refúgios e corredores ecológicos para espécies vulneráveis da fauna - em ecossistemas agrícolas e florestais

			<p>importantes para anfíbios e répteis, criando pequenas áreas de micro habitats com espécies autóctones nas áreas presentemente ocupadas por monoculturas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover, conservar e valorizar o património genético animal, vegetal e florestal, tendo em vista o aumento da resiliência às alterações climáticas (resistência à seca, às doenças e pragas); • Conservação e reabilitação de cursos de água, com vista à manutenção de caudais ambientais e do contínuo fluvial nas áreas de distribuição das espécies endémicas; • Regular os volumes de água captados para irrigação a partir de pegos que servem de refúgio estival às espécies de peixes dulciaquícolas e migradores vulneráveis • A conservação/recuperação de povoamentos florestais autóctones; • A não introdução de espécies não indígenas; • Contrariar e prevenir a fragmentação de habitats, assegurando a estrutura e dinâmica dos ecossistemas, a preservação da paisagem e da identidade regional; • Delimitação de uma Estrutura Ecológica Municipal, que integra os principais valores naturais do concelho; • Apostar no segmento turístico direcionado para a natureza (TH e TER, atividades de educação ambiental atividades de recreio náutico na albufeira de Odivelas, conforme PEOT).
Alterações Climáticas	<p>EUROPA 2030 PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PNPOT PNEC 2030, ENAAC 2020 P-3AC PANCD, ENF PNAAS 2008-2013 ENAR 2020 ENMAC 2020-2030 ERA 2030 ALENTEJO 2030 PAMUS, PIAAC-BA EMAAC-FA</p>	++	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar o aproveitamento da energia solar; • Implementar um programa de eficiência energética nos edifícios e equipamentos públicos; • Promover a adoção de medidas de eficiência energética com recurso a soluções ambientalmente eficientes e de práticas de discriminação positiva; • Melhorar o nível de capacitação e aconselhamento dos produtores agrícolas, nomeadamente na gestão e utilização eficiente dos recursos (água e energia); • Adoção de boas práticas de gestão de água na agricultura com vista à redução do consumo através de: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Práticas de regadio promotoras do uso mais eficiente e sustentável do recurso água [instalação de sistemas de rega por aspersão, localizada (micro aspersão, gota -a-gota) e instalação de contadores nas captações] e do recurso energia ✓ Melhoria dos sistemas de monitorização das necessidades efetivas de água das culturas ao longo dos ciclos de crescimento

			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Instalação de espécies e variedades melhor adaptadas às mudanças no clima e aos eventos extremos; ✓ Reconversão de culturas para espécies, variedades e cultivares menos exigentes em água (adequar as culturas e variedades às disponibilidades hídricas, privilegiar a instalação de espécies com elevada produtividade da água e resistentes ao stress hídrico) • Adoção de boas práticas de gestão de água na indústria, com vista à redução do consumo: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reutilização de águas residuais na indústria ✓ Instalação de sistemas para o aproveitamento das águas pluviais • Adoção de boas práticas de gestão de água no setor urbano com vista à redução do consumo: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Reabilitação de sistemas de distribuição de água e instalação de sistemas de monitorização de perdas ✓ Sistemas de rega inteligentes, por aspersão, e localizada por micro aspersão ou gota -a-gota em jardins, hortas e outros espaços verdes públicos ✓ Requalificação dos espaços verdes com espécies autóctones e adaptadas às condições edafoclimáticas locais ✓ Utilização de águas pluviais ou residuais tratadas para a limpeza urbana e rega de espaços verdes.
<p>Riscos naturais, Mistos e Tecnológicos</p>	<p>PNPOT ENAAC 2020 P-3AC PIAAC-BA EMAAC-FA PANCD ENF PNAAS 2008-2013 PROT-ALENTEJO PMDFCI PGRH6 PRN 2000 PNI 2030 PAMUS; PMEPC</p>	<p>++</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver ações que reduzam as áreas de monocultura contribuindo para a biodiversidade e para a redução do risco de incêndio; • Minimização da vulnerabilidade ao risco, considerando faixas de segurança, nomeadamente, as zonas ameaçadas pelas cheias; • Prevenir riscos naturais e/ ou antrópicos; • Integração de normas relativas às áreas com perigosidade a cheias e inundações quer em solo rústico quer urbano, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Construção e/ou recuperação de bacias de retenção (escavação e dique); ✓ Reconversão de áreas de superfície impermeáveis (e. g. renaturalização de ecossistemas ribeirinhos, instalação de pavimentação drenante); ✓ Operações de limpeza e regularização das linhas de água; ✓ Recuperação da secção de vazão das passagens hidráulicas e pontões;

			<ul style="list-style-type: none"> ✓ Remoção de estruturas obsoletas e sem função atual; ✓ Utilização de pavimentos permeáveis e de rugosidade em acordo com condições de escoamento adequadas; ✓ Remodelação de redes de drenagem urbana de águas pluviais tendo em vista adequação hidráulica aos caudais em eventos de precipitação intensa particularmente em zonas críticas como pontes, aquedutos e outros estrangulamentos.
<p>Preservação e valorização do património cultural</p>	<p>CEP EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PNAP PROT-ALENTEJO ERA 2030 ALENTEJO 2030 EREI 2030 ORU</p>	<p style="text-align: center;">++</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de percursos/rotas temáticas, centros de interpretação e espaços museológicos; • Elaboração de um plano estratégico e um programa de ação onde seja identificado o património existente, o seu estado de conservação, necessidades e prioridades de intervenção; • Elaboração da Carta Municipal do Património; • Promover ações de divulgação, revitalização, dinamização e animação dos bens culturais e da sua envolvente; • Promover o arranjo exterior da envolvente dos elementos patrimoniais em áreas urbanas e garantir a existência de equipamentos de apoio aos visitantes; • Deverá ser garantido o fácil acesso aos bens culturais e à sua interpretação a todas as pessoas; • Deverá ser desenvolvida sinalética informativa e interpretativa para os principais elementos patrimoniais; • Eliminação das barreiras arquitetónicas existentes, por forma a permitir um acesso fácil e cómodo aos utilizadores; • Para além dos elementos identificados como património arqueológico, estabeleça-se uma área de 50 m na envolvente dos mesmos, desde que localizados em solo rústico, que visa a salvaguarda.

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro X.2.10 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão

do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD1 - Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos.

Quadro X.2.10. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos

Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos	Critérios de avaliação	Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro	Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	Alterações Climáticas	Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos	Preservação e valorização do património cultural
EAE1. Qualidade e Sustentabilidade do Território - Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território	OE.1					
	OE.2					
	OE.3					
	OE.4					
	OE.5					
EAE2. Coesão Social e Qualidade de Vida - Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social	OE.1					
	OE.2					
	OE.3					
	OE.4					
	OE.5					
EAE3. Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego - Fortalecer a competitividade económica, promover a inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego	OE.1					
	OE.2					
	OE.3					
	OE.4					
	OE.5					
EAE4. Identidade e Promoção do Território - Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos	OE.1					
	OE.2					
	OE.3					
EAE5. Cooperação e Cidadania - Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania	OE.1					
	OE.2					
	OE.3					

Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos	Critérios de avaliação	Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro	Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem	Alterações Climáticas	Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos	Preservação e valorização do património cultural
	e mobilização da sociedade civil	OE.4				

OS - Oportunidades significativas; **O** - Oportunidades; **RS** - Riscos significativos; **R** - Riscos; **SR** - Sem relação

OS	O	RS	R	SR
-----------	----------	-----------	----------	-----------

A concretização dos objetivos estratégicos delineados para o **Eixo de Ação Estratégica (EAE) 1 do PDM - Qualidade e Sustentabilidade do Território**, compreende oportunidades, bem como, alguns riscos para o FCD1 Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos.

No que respeita às **oportunidades significativas**, há a salientar as decorrentes da valorização dos recursos, assim como a promoção da sua sustentabilidade e maior diversidade paisagística, o que poderá contribuir para a preservação e valorização do património natural. A adoção de tecnologias mais sustentáveis (rega eficiente, energia fotovoltaica) representa uma gradual melhoria da qualidade dos solos, das águas e da atmosfera, gerando uma melhoria do ambiente, com efeitos na redução do consumo de energia de fonte não renovável e poluente, reduzindo a emissão de gases com efeito de estufa e, por conseguinte, contribuindo para a neutralidade carbónica e para a mitigação de riscos naturais e mistos.

A adoção do teletrabalho, associada às TIC, pode contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, dos níveis de ruído e de eventuais acidentes, uma vez que potencia a redução do volume de tráfego.

A aposta na **valorização dos recursos naturais, na paisagem e na qualidade urbana** constitui uma **oportunidade significativa** para o critério Preservação e Valorização do Património

Cultural, na medida em que potencia o investimento público no património cultural e respetiva preservação e valorização. Por outro lado, a qualidade dos recursos, em particular no que respeita à qualidade do ar, também pode beneficiar da maior parte dos restantes objetivos estratégicos do EAE1, já que a concretização destes pressupõe o respeito e valorização dos recursos endógenos do concelho, assim como a melhoria da qualidade de vida da população, sobretudo ao nível da saúde.

Em relação aos **riscos**, sublinha-se o possível impacte associado à instalação de **painéis fotovoltaicos** para o aproveitamento da energia solar, especialmente ao nível da **paisagem**, apesar do PDMFA limitar este uso aos espaços de exploração de recursos energéticos e geológicos, agrícolas, agrossilvopastoris e florestais de reconversão, não o permitindo nos espaços naturais e paisagísticos, e impondo algumas limitações à respetiva instalação, como sejam um valor máximo para a área ocupada pelas edificações (60% do prédio) e afastamentos mínimos dos centros eletroprodutores de energia solar aos limites do prédio e dos perímetros urbanos de 50 e 250 m, respetivamente.

Refere-se, igualmente, o potencial impacte decorrente do aumento da infraestruturização do território, uma vez que o aumento da acessibilidade e da mobilidade pode, caso não se verifique a adoção de políticas de mobilidade suave, contribuir para a afetação do solo, qualidade do ar, ruído e também para a emissão de gases com efeito de estufa (GEE).

Em síntese, para o EAE1 registam-se, essencialmente, **oportunidades** que traduzem um alinhamento seguro entre os objetivos estratégicos do PDM e os critérios do FCD1, comprometendo a estratégia de desenvolvimento municipal com fortes princípios de sustentabilidade ambiental.

No EAE2 - **Coesão Social e Qualidade de Vida** não se registam riscos para o FCD1. Predominam as situações de **"sem relação"** com os critérios do FCD1, embora se considere

que alguns dos objetivos estratégicos do PDM podem constituir **oportunidades** para este FCD, nomeadamente, as associadas à promoção da escolaridade, sendo que, uma população com maior nível de educação e mais informada, tende a ser mais conhecedora e a estar mais atenta para as questões da conservação da natureza e das alterações climáticas.

No **EAE3 - Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego** predominam as situações de **oportunidades** com os critérios do FCD1 correspondendo à relação entre os objetivos estratégicos do PDM e os critérios do FCD1 no que respeita ao compromisso de desenvolvimento assente na diversificação da economia e sua resiliência, na economia circular e no apoio a iniciativas de cariz sustentável, contribuindo para a proteção dos recursos e do ambiente em geral.

Porém, também se identificam alguns riscos que decorrem da valorização da fileira agroindustrial, caso esta continue a apostar apenas na monocultura intensiva/intensiva de olival e amendoal.

Relativamente ao **EAE4 - Identidade e Promoção do Território** não se verificam riscos para os critérios do FCD1. Destacam-se, contudo, **oportunidades significativas**, no que respeita a promoção do património cultural e das tradições locais, bem como o acesso da população a eventos culturais.

Para o **EAE5 - Cooperação e Cidadania** predominam as situações de “sem relação” com os critérios do FCD1. Porém, é admissível considerar que alguns dos objetivos estratégicos do PDMFA podem constituir oportunidades para o FCD1, nomeadamente os relativos à participação ativa da população nas estratégias de desenvolvimento, na medida em que uma sociedade mais participativa tem tendência para demonstrar uma maior preocupação com as questões ambientais, assim como com as questões relacionadas com a preservação do património cultural.

X.2.4.3. FCD2. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O FCD2 tem como objetivos avaliar em que medida as propostas definidas no PDM contribuem para o fomento da coesão, do equilíbrio e da qualificação do ambiente, que possam assegurar a reabilitação e regeneração dos espaços urbanos, possibilitando o acesso da população a uma habitação condigna, a acessibilidades e mobilidade para todos e aos modos suaves de transporte, que aposte nas energias alternativas e na eficiência energética, contribuindo de forma eficaz para o bem-estar da população e para o desenvolvimento sustentável.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os três principais critérios de avaliação do FCD2: **Bem-estar da População, Qualificação do Sistema Urbano, Ambiente e Sustentabilidade do Território.**

Critério - Bem-estar da População

Avaliar o contributo da revisão do PDM na reabilitação dos edifícios degradados e/ou devolutos possibilitando o acesso da população a uma habitação condigna, no fomento de novas construções (de iniciativa pública-habitação social ou iniciativa privada) para venda/arrendamento a custos controlados/rendas acessíveis, permitindo às famílias aceder a outros bens e serviços que contribuam para melhorar a sua qualidade de vida.

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM na proteção da população no que respeita à poluição ambiental, em particular à qualidade do ar, da água e do ambiente sonoro por forma a garantir à população uma vida mais saudável e sustentável.

Principais Tendências:

1. No âmbito da **ORU da vila de Ferreira do Alentejo**, destacam-se as seguintes ações:
 - reabilitação do edificado adequando-o funcionalmente;
 - multifuncionalidade, privilegiando o uso habitacional, comercial e de serviços;
 - melhoria da qualidade habitacional;

- promoção da reocupação do edificado vago, potenciando um maior dinamismo e integração de novos atores;
 - incentivo à reabilitação do património privado, por parte dos proprietários;
 - remover barreiras arquitetónicas no espaço público;
 - apostar no *design for all*;
 - sinalizar os espaços verdes existentes e aumentar a oferta dos mesmos;
 - reforçar vivências e sociabilidades na vila;
 - promover a intensificação da vivência, e da segurança, da área a reabilitar.
2. Dos **4 873 edifícios do concelho** de Ferreira do Alentejo, cerca de **51% encontra-se na freguesia de Ferreira do Alentejo**.
 3. No que respeita ao edificado, em termos absolutos, **há mais edifícios em ruínas que em mau estado de conservação**, sendo na sede de concelho que se regista o maior número desta tipologia.
 4. Quanto à sua **funcionalidade**, 96,2% dos edifícios do concelho são exclusivamente residenciais e apenas 0,9% não têm a residência como principal função.
 5. Regra geral, o edificado encontra-se **envelhecido**, registando uma média de 51,5 anos, à data dos censos de 2011 (INE), refletindo-se esta antiguidade nos materiais de construção utilizados, havendo uma predominância das **estruturas em betão armado** (31,2%) e dos edifícios com **paredes de alvenaria com placa** (30,8%) em todo o concelho.
 6. Não se verifica uma relação direta entre a idade do edificado e o **grau de conservação** do mesmo, uma vez que as freguesias que apresentam uma maior proporção de edificado muito degradado, são as que possuem edifícios mais recentes.
 7. Dos 5 185 **alojamentos familiares** 62,8% são de primeira habitação e, em média, 20% são destinados a segunda habitação e cerca de 16% encontram-se vagos.
 8. Em relação às condições de habitabilidade (*i.e.* com acesso a redes de saneamento e abastecimento, e acesso a retrete e banho), o concelho tem um grau de cobertura

- satisfatório, ainda que não tenha alcançado a cobertura total dos alojamentos de primeira habitação.
9. Embora com uma proporção de edifícios com acessibilidade através de cadeira de rodas (26,5%) que ultrapassa a média do Baixo Alentejo em 5,7 pontos percentuais, este valor é diminuto face às necessidades da população.
 10. A área do concelho pode ser considerada como “acusticamente calma”, com níveis de ruído ambiente que se podem considerar baixos. Apenas 1% da população para o indicador Ln está em locais com níveis sonoros incompatíveis com zonas mistas.
 11. Regra geral, **os eixos rodoviários com níveis de ruído consideráveis** são os **principais eixos estruturantes e distribuidores**. Estas vias apresentam níveis de poluição sonora elevados, situando-se sempre, **para o período diurno, acima dos 60 dB (A) e superiores a 50 dB(A)** para o período noturno, frequentemente em zonas próximas das localidades, influenciando negativamente o conforto sonoro.
 12. Os eixos com valores de Ln superiores a **60 dB (A)**, que provocam incómodo noturno considerável são os seguintes:
 - Ferreira do Alentejo: Rua General Humberto Delgado, Praça do Comendador Infante Passanha e Rua do Mercado Municipal;
 - Figueira de Cavaleiros e Santa Margarida: troços urbanos da EN 259 (desclassificada);
 - Canhestros: troço urbano da EN 383 (desclassificada) e o acesso ao IP1/A2.
 13. As vias propostas (A26 e IC33) originarão um incremento dos níveis sonoros a nível concelho, contudo não se perspetivam cenários críticos de exposição dos recetores sensíveis a níveis sonoros excessivos (CMFA, 2012).
 14. as **áreas de conflito** (concretamente, cujo Lden é superior a 65 dB(A)) correspondem, sobretudo, às zonas de proximidade das principais vias que intersejam o concelho.
 15. No que diz respeito ao ruído industrial, não apresenta influência significativa sobre alvos sensíveis, devido ao afastamento das fontes de ruído industrial dos recetores sensíveis ao ruído.
 16. Má qualidade do ar (partículas e odores), sobretudo na povoação de Fortes.

17. No que se refere à qualidade do ar, apesar de ser identificada uma melhoria dos resultados das análises (APA, 2018-2019), estes ainda estão longe de gerar conforto para a população.

Critério - Qualificação do Sistema Urbano

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas de reabilitação e reestruturação urbana, da valorização das infraestruturas, equipamentos e espaço público, das condições de mobilidade e acessibilidade para todos.

Principais Tendências:

1. A sede de concelho, bem como toda a freguesia de Ferreira do Alentejo e Canhestros, são as áreas mais vulneráveis ao risco de incêndios urbanos, devido à concentração de edifícios em mau estado de conservação e elementos indutores.
2. Nos aglomerados populacionais, a malha urbana predominante é irregular, predominando ruas estreitas, não obstante a coexistência de malhas mais regulares e de maiores dimensões nas áreas mais recentes.
3. **Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)**, que tem como princípio melhorar o ambiente urbano, revitalizando a vila, promovendo assim a dinâmica económica local com tradução na empregabilidade.
4. Apenas a vila de Ferreira do Alentejo possui uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) e, conseqüentemente, uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) assumidamente sistemática.
5. A **ORU** tem seis objetivos específicos (os quais incorporam diversas ações), nomeadamente:
 - Reabilitar o parque edificado e atrair novos residentes;
 - Requalificar os espaços públicos;
 - Melhorar a mobilidade e a acessibilidade;
 - Melhorar as infraestruturas e promover a eficiência energética;
 - Salvar o património edificado;
 - Potenciar as dinâmicas económicas, sociais e culturais.

6. Necessidade de alargar aos demais centros urbanos concelhios o processo de reabilitação urbana, física e funcional, através da definição de ARU e respetivas ORU.
7. Necessidade de reconversão e intervenções em alguns equipamentos de utilização coletiva, nomeadamente nos equipamentos escolares de Odivelas e Canhestros.
8. No concelho, os lugares considerados possuem equipamentos destinados ao recreio e lazer e, de *grosso modo*, à educação. Também o desporto tem determinada relevância no concelho uma vez que, mais de metade dos lugares têm entre um a cinco equipamentos afetos a este fim.
9. A maioria dos equipamentos de utilização coletiva (59%) concentram-se em apenas três lugares (Ferreira do Alentejo - 39%; Alfundão - 10%; e Figueira de Cavaleiros - 10%).
10. As assimetrias entre os lugares traduzem dependência de algumas funções em relação à sede de concelho. Não obstante, importa valorizar a rede existente, bastante diversificada e complementar entre si.
11. Verifica-se uma boa cobertura dos equipamentos de proximidade, bem como um bom acesso aos serviços públicos de proximidade, não sendo necessária a construção de novos equipamentos administrativos a curto-médio prazo.
12. Considerando o estado de conservação dos equipamentos de culto, à exceção da casa mortuária da Igreja de Figueira de Cavaleiros, não se prevê a necessidade de intervenções nos referidos imóveis.
13. Não obstante a concentração de equipamentos culturais observada na vila de Ferreira do Alentejo, verifica-se que este tipo de equipamento está presente em oito lugares do concelho.
14. No concelho de Ferreira do Alentejo mais de metade dos lugares possuem equipamentos desportivos.
15. No concelho existem nove estabelecimentos de ensino público, que integram desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário e profissional, e duas instituições particulares de solidariedade social (IPSS) com serviço de ensino pré-escolar (*i.e.* Santa Casa da Misericórdia de Ferreira do Alentejo e Centro Paroquial de Odivelas).

16. Oferta variada de equipamentos de recreio e lazer, e não invalidando a maior oferta existente na vila de Ferreira do Alentejo, este tipo de equipamentos está presente em todos os lugares do concelho, o que se traduz numa boa cobertura territorial apesar da sua projeção maioritariamente baixa.
17. Os equipamentos de saúde e de saúde pública concentram-se, maioritariamente, na sede do concelho, fora da vila de Ferreira do Alentejo, obtêm uma baixa projeção, revelando-se como suficiente para a respetiva procura.
18. O território concelhio dispõe apenas de dois equipamentos de segurança pública (*i.e.* Guarda Nacional Republicana e Bombeiros Voluntários), sedeados na vila de Ferreira do Alentejo.
19. Os equipamentos de solidariedade e segurança social têm uma maior concentração na sede de concelho e, no caso do centro de apoio à integração de migrantes está presente apenas nessa localização, ainda que estejam presentes em três outras localidades. À exceção do lar e da residência para idosos, que têm um nível de projeção médio, os restantes equipamentos obtêm baixa projeção.
20. A rede viária presente no concelho pertence (excluindo os arruamentos), maioritariamente, à Rede Rodoviária Nacional (RRN).
21. Rede viária do concelho apresenta uma reduzida densidade por superfície (436 m/km²) e por habitante (cerca de 34 m/hab.).
22. Com o aumento da agricultura intensiva no concelho também se regista um aumento no tráfego de veículos pesados, o que representa uma sobrecarga dos eixos viários, traduzida diretamente na degradação do pavimento. Estas situações assumem maior expressão nas estradas nacionais e municipais.
23. A concretização dos projetos rodoviários previstos incrementará as condições de mobilidade interconcelhia e de segurança, garantindo a ligação de Ferreira do Alentejo à A2, constituindo, assim, uma importante mais-valia para o concelho de Ferreira do Alentejo e para os territórios vizinhos.

24. Encontram-se distribuídas pelo concelho várias antenas de comunicações móveis que conferem uma razoável cobertura territorial, contudo destacam-se as freguesias de Odivelas e Alfundão como os territórios concelhios onde a cobertura das redes móveis é menor.

Critério - Ambiente e Sustentabilidade do Território

Avaliar o contributo da revisão do PDM na promoção das energias alternativas, da eficiência energética, da utilização do transporte público e dos modos suaves de transporte e na contenção da alteração ao uso do solo, evitando ou reduzindo significativamente a emissão de gases com efeito de estufa.

Avaliar o contributo da revisão do PDM na promoção e dinamização de ações que fomentem a redução, reutilização e reciclagem dos resíduos, bem como em ações que promovam a respetiva separação e ainda para a gestão sustentável da exploração dos recursos naturais e salvaguarda da biodiversidade.

Principais Tendências:

1. No território do concelho de Ferreira do Alentejo encontram-se presentes, e em funcionamento, **quatro centrais de energia fotovoltaica e uma central hídrica.**
2. No âmbito da **ORU da vila de Ferreira do Alentejo**, destacam-se as seguintes ações:
 - incentivo à eficiência energética do edificado;
 - substituição de luminárias;
 - iluminação mais eficiente, tanto ao nível de eficiência energética como ao nível de qualidade ambiental, com a introdução de sistemas LED;
 - intervenções de melhoria na eficiência energética do edificado público
 - medidas de gestão de acesso automóvel;
 - requalificar os eixos de circulação (automóvel e pedonal);
 - apostar no *design for all*;
 - adaptação dos espaços públicos às condições de mobilidade e acessibilidade da população;
 - soluções inovadoras para a mobilidade interurbana.
3. Apesar do concelho de Ferreira do Alentejo ser um território de meios urbanos de pequena dimensão, verifica-se um **uso elevado do automóvel.**

4. Em Ferreira do Alentejo a oferta de estacionamento é escassa quer para o estacionamento ao longo da via pública, quer por existirem apenas dois parques de estacionamento, bastante próximos e associados à utilização de equipamentos coletivos.
5. A ausência de estacionamento, não só compromete a fluidez do tráfego, como também fragiliza a circulação segura de peões, velocípedes e até a operacionalização de manobras de emergência.
6. O concelho de Ferreira do Alentejo apresenta uma **fraca cobertura da rede de transportes** de acesso público, o que obriga a população a recorrer ao transporte particular, tanto nas deslocações intramunicipais como intermunicipais.
7. O Município de Ferreira do Alentejo assinou, o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do serviço público de transporte de passageiros com a CIMBAL.
8. Ainda que no concelho de Ferreira do Alentejo não existam **redes pedonais** promotoras de deslocações pendulares, é de salientar as potencialidades de uma via pedonal e ciclável ao longo da EM524, no troço que liga Alfundão e Peroguarda, numa extensão de 2,8 km.
9. Quanto às vias pedonais e cicláveis associadas ao recreio e lazer, verifica-se que, no decorrer de 2019, deu-se início à execução da "Grande Rota Ciclável" (75 Km), que percorre estradas de nível hierárquico inferior em cenários de montado, vinha e olivais. Está em desenvolvimento a definição de um conjunto de rotas pedestres e cicláveis que abrangem todas as localidades do concelho. Já em funcionamento estão diversas ciclovias/percursos pedestres, como seja a que se distribui entre a povoação de Odivelas e a albufeira da barragem de Odivelas.
10. Importa ainda destacar as mais valias de trajetos pedonais e cicláveis de menor extensão como, por exemplo, a implementação de uma ecovia entre Odivelas e a albufeira.
11. O município de Ferreira do Alentejo não dispõe de um plano de mobilidade urbana.

12. Em conformidade com o PAMUS, um dos objetivos da ORU do Município é, promover o uso de modos suaves através da criação de plataformas intermodais e a aproximação ao consumidor por plataformas digitais.
13. No ano de 2019 o concelho de Ferreira do Alentejo realizou todas as análises à qualidade da água obrigatórias, tendo-se verificado que **97,49% da água é segura** para consumo humano.
14. Ao nível da sustentabilidade ambiental do serviço de abastecimento de água regista-se um volume de perdas reais de água de 192 l/ (ramal.dia) sendo considerado como insatisfatório. Não existe informação suficiente para calcular a eficiência energética das instalações elevatórias.
15. No que respeita à sustentabilidade da rede de saneamento do concelho a mesma é considerada ambientalmente mediana, marcada por uma boa acessibilidade física ao tratamento (100%). Contudo, regista um desempenho insatisfatório no cumprimento de licenças de descarga (34%).
16. Relativamente à sustentabilidade ambiental do serviço de recolha de resíduos urbanos, os indicadores analisados mostram um bom desempenho, nomeadamente a utilização de recursos energéticos e emissão de gases com efeito de estufa da recolha indiferenciada.
17. No concelho de Ferreira do Alentejo, entre 2014 e 2018, houve um ligeiro aumento do volume de resíduos urbanos recolhidos (2,4%), tendo-se passado das 4 224,91 toneladas em 2014, para as 4 326,18 toneladas em 2018.
18. No concelho, em 2015, o volume de resíduos entregues para eliminação era superior aos destinados à valorização, apenas 2,91% do total de resíduos tinham como destino final a valorização, enquanto em 2017, os resíduos para valorização representaram cerca de 66,1% do total de resíduos entregues. Já em 2018 verificou-se uma quebra no volume de resíduos entregues para valorização, com apenas 52,9% do total recolhido.
19. O Sistema de Gestão de Resíduos Urbanos (SGRU) de Ferreira do Alentejo tem como missão implementar estratégias para a promoção e alcance das medidas definidas para

a respetiva SGRU. A AMBILITAL, entidade da qual o município de Ferreira do Alentejo faz parte, atingiu todas as metas definidas para o ano de 2017, sendo que relativamente às metas definidas para 2020 a que está mais próxima de ser alcançada é a meta de 48 kg *per capita* de retomas de recolha seletiva.

O Quadro X.2.11 corresponde à matriz SWOT do FCD2. **Bem-estar da População, Qualificação do Sistema Urbano, Ambiente e Sustentabilidade do Território.**, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro X.2.11. SWOT para o FCD2. Bem-estar da População, Qualificação do Sistema Urbano, Ambiente e Sustentabilidade do Território

Critério	Pontos fortes	Pontos fracos
Bem-estar da População	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A ORU da vila de Ferreira do Alentejo integra variadas ações que contribuirão para o bem-estar da população, como sejam, entre outras as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> ✓ reabilitação do edificado adequando-o funcionalmente; ✓ melhoria da qualidade habitacional; ✓ promoção da reocupação do edificado vago; ✓ promoção dos modos suaves de mobilidade; ✓ reforçar vivências e sociabilidades na vila. ✓ Edificado com acesso satisfatório às redes de saneamento e abastecimento, público; ✓ A área do Concelho pode ser considerada como “acusticamente calma”, com níveis de ruído ambiente que se podem considerar baixos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Há mais edifícios em ruínas que em mau estado de conservação, sendo na sede de concelho que se regista o maior número desta tipologia; ✓ O edificado encontra-se envelhecido, registando uma média de 51,5 anos, à data dos censos de 2011; ✓ Ausência de cobertura total das redes de abastecimento e saneamento aos alojamentos de primeira habitação; ✓ As áreas de conflito, (concretamente, cujo Lden é superior a 65 dB(A)) correspondem, sobretudo, às zonas de proximidade das principais vias que interseam o concelho; ✓ Má qualidade do ar (partículas e odores), sobretudo na povoação de Fortes.
Qualificação do Sistema Urbano	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência de um Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) e respetivas ARU e ORU; ✓ Implementação da ORU da vila de Ferreira do Alentejo; ✓ As condições de habitabilidade (<i>i.e.</i> com acesso a redes de saneamento e abastecimento, e acesso a retrete e banho) no concelho têm um grau de cobertura satisfatório; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A freguesia de Ferreira do Alentejo e Canhestros, são as áreas mais vulneráveis ao risco de incêndios urbanos, devido à concentração de edifícios em mau estado de conservação e elementos indutores; ✓ As redes de abastecimento e saneamento ainda não tenham alcançado a cobertura total dos alojamentos de primeira habitação;

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Boa cobertura, diversidade e complementaridade de equipamentos de utilização coletiva; ✓ Estado razoável de conservação da rede viária. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Concentração de equipamentos de utilização coletiva na sede do Concelho; ✓ Apenas a vila de Ferreira do Alentejo possui uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) e, conseqüentemente, uma Operação de Reabilitação Urbana (ORU) ✓ Necessidade de reconversão e intervenções em alguns equipamentos de utilização coletiva, nomeadamente nos equipamentos escolares de Odivelas e Canhestros e na casa mortuária da Igreja de Figueira de Cavaleiros; ✓ Apenas se registam dois equipamentos de segurança pública (<i>i.e.</i> Guarda Nacional Republicana e Bombeiros Voluntários), sedeados na vila de Ferreira do Alentejo; ✓ A rede viária do concelho apresenta uma reduzida densidade por superfície (436 m/km²) e por habitante (cerca de 34 m/hab.); ✓ Cobertura da rede móvel razoável, à exceção das freguesias de Odivelas e Alfundão.
Ambiente e Sustentabilidade do Território	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Presença de fontes de energia renovável (fotovoltaica e hídrica); ✓ ORU da vila de Ferreira do Alentejo contempla várias ações com vista à eficiência energética, à mobilidade e acessibilidade; ✓ Aposta no <i>design for all</i>; ✓ A qualidade da água para consumo é segura; ✓ A sustentabilidade da rede de saneamento do concelho é mediana marcada por uma boa acessibilidade física ao tratamento (100%); ✓ A sustentabilidade ambiental do serviço de recolha de resíduos urbanos, mostra um bom desempenho, nomeadamente ao nível da utilização de recursos energéticos e emissão de gases com efeito de estufa da recolha indiferenciada; ✓ A AMBILITAL, atingiu todas as metas definidas para o ano de 2017, sendo que relativamente às metas definidas para 2020 a que está mais próxima de ser alcançada é a meta de 48 kg per capita de retomas de recolha seletiva 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O serviço rodoviário revela-se insuficiente, devido à limitada carga horária e à escassa oferta de destinos, quer nas deslocações intramunicipais quer intermunicipais; ✓ Não dispõe ainda de qualquer via pedonal e ciclável em meio urbano; ✓ Verifica-se um uso elevado do automóvel; ✓ A oferta de estacionamento no concelho é escassa/ausente, pelo que compromete a fluidez do tráfego, fragiliza a circulação segura de peões, velocípedes e a operacionalização de manobras de emergência; ✓ A taxa de cobertura do serviço de abastecimento de água (91,1%) não cumpre a meta do PENSEAAR (95%); ✓ A sustentabilidade ambiental do serviço de abastecimento de água é insatisfatória em virtude do volume de perdas na rede; ✓ A sustentabilidade da rede de saneamento do concelho regista um desempenho insatisfatório no cumprimento de licenças de descarga (34%).
Critério	Oportunidades	Ameaças

<p>Bem-estar da População</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Implementação das ações previstas na ORU da vila de Ferreira do Alentejo; ✓ Ligeira melhoria da qualidade do ar. ✓ Implementar medidas para melhorar a qualidade do ar; ✓ Monitorizar regularmente a qualidade do ar; ✓ Manter atualizados os mapas de ruído do concelho. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dos alojamentos familiares, em média, 20% são destinados a segunda habitação e cerca de 16% encontram-se vagos, potenciando a sua degradação; ✓ 1% da população para o indicador Ln está em locais com níveis sonoros incompatíveis com zonas mistas; ✓ As vias propostas (A26 e IC33) originarão um incremento dos níveis sonoros a nível concelhio; ✓ Apesar de ser identificada uma melhoria dos resultados das análises da qualidade do ar em Fortes (APA, 2018), estes ainda estão longe de gerar conforto para a população.
<p>Qualificação do Sistema Urbano</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Necessidade de alargar aos demais centros urbanos concelhios o processo de reabilitação urbana, física e funcional, através da definição de ARU e respetivas ORU; ✓ A concretização dos projetos rodoviários previstos incrementará as condições de mobilidade interconcelhia e de segurança, garantindo a ligação de Ferreira do Alentejo à A2 constituindo, assim, uma importante mais-valia para o concelho de Ferreira do Alentejo e para os territórios vizinhos. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Degradação urbana – malha urbana envelhecida; ✓ Degradação de equipamentos de utilização coletiva; ✓ Inexistência de oferta de habitação; ✓ Regista-se um aumento no tráfego de veículos pesados, o que representa uma sobrecarga dos eixos viários, traduzida diretamente na degradação do pavimento. Estas situações assumem maior expressão nas estradas nacionais e municipais.
<p>Ambiente e Sustentabilidade do Território</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existe a potencialidade de criar uma via pedonal e ciclável ao longo da EM524, no troço que liga Alfundão e Peroguarda, numa extensão de 2,8 km; ✓ Em 2019, deu-se início à execução da “Grande Rota Ciclável” (75 km), que percorre estradas de nível hierárquico inferior em cenários de montado, vinha e olivais; ✓ Está em desenvolvimento a definição de um conjunto de rotas pedestres e cicláveis que abrangem todas as localidades do concelho; ✓ A ecovia entre Odivelas e a albufeira; ✓ Em conformidade com o PAMUS, o grande objetivo para o Município é, promover o uso de modos suaves através da criação de plataformas intermodais e a aproximação ao consumidor por plataformas digitais. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Ausência de um plano de mobilidade e acessibilidade ao nível do concelho; ✓ Ainda não existem, no concelho de Ferreira do Alentejo, redes pedonais promotoras de deslocações pendulares; ✓ Em 2018 verificou-se uma quebra no volume de resíduos entregues para valorização, com apenas 52,9% do total recolhido.

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD2 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro X.2.12, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro X.2.12. Análise de tendências do FCD2. Bem-estar da População, Qualificação do Sistema Urbano, Ambiente e Sustentabilidade do Território

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Bem-estar da População		↔	↑
Qualificação do sistema urbano		↔	↑
Ambiente e Sustentabilidade do Território		↔	↑

Situação de referência:

Desfavorável	Média	Boa

Tendências de evolução:

↓	↔	↑
Negativa	Estagnação	Positiva

Considerando a ausência das intervenções previstas no âmbito da revisão do PDMFA, é previsível que haja lugar à manutenção dos pontos fracos e ameaças identificadas (*vd.* Quadro X.2.11), dos quais se salientam: a incapacidade para ultrapassar os problemas decorrentes da degradação de edifícios de habitação e de outras áreas urbanas, bem como na dificuldade em encontrar habitação condigna a preços acessíveis à população; a degradação da qualidade do ar, que se traduz no desconforto da população e, naturalmente, na sua saúde; a redução dos níveis de ruído nas áreas de atravessamento das localidades pela manutenção de valores de tráfego elevado e sobretudo tráfego de pesados.

Estes aspetos, entre outros, também contribuirão para reduzir a capacidade de atrair e fixar população, ou mesmo acentuar a estagnação do número de visitantes e turistas, fatores que se podem refletir no decréscimo do bem-estar da população residente.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro X.2.13 sintetiza a avaliação relativa ao FCD2. **População e Desenvolvimento Sustentável**, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD.

Quadro X.2.13. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD2 População e Desenvolvimento Sustentável

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
Bem-estar da População	EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PRR PNEC 2030 ENAAC 2020 P-3AC PNI 2030 PRN2000 PNAAS 2008-2013 PROT-ALENTEJO PMDFCI POAO PROF-ALENTEJO ERA 2030 EREI 2030 ALENTEJO 2030 PAMUS-BA ORU ENAR 2020 ENMAC 2020-2030	++	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Redução de Ruído que integre o estudo de medidas que promovam a redução dos índices de ruído, como sejam, por exemplo: <ul style="list-style-type: none"> colocação de barreiras acústicas e/ ou a utilização de obstáculos naturais (e.g. árvores) para obter um efeito barreira desejado nas áreas de maior conflito (e.g. eixos viários); promoção da redução da velocidade no interior da malha urbana, nomeadamente através de sinalética, introdução de “zonas 30” (de limitação de velocidade máxima a 30 km/h), reperfilamento funcional de algumas vias ou criação de obstáculos específicos (bandas/lombas/obstáculos para a redução da velocidade), que funcionem como dissuasores da circulação automóvel no interior dos aglomerados ou que incentivem a opção por modos suaves de mobilidade, especialmente, dos espaços centrais; substituição do pavimento por outro menos ruidoso; promoção da segregação do tráfego no interior da malha urbana, por tipo de veículo e suas funções. Proibição da edificação dispersa como princípio fundamental, sendo a edificação em solo rústico admitida apenas a título excepcional. A colmatação da malha urbana e a requalificação dos espaços intersticiais degradados ou devolutos; a requalificação e manutenção dos espaços verdes (públicos e privados), e a criação de outros com escala e valor de centralidade local constituem alguns dos objetivos de ordenamento e gestão do solo urbano. Acompanhamento e monitorização da qualidade do ar. Criação de faixas de salvaguarda aos perímetros urbanos com uma largura de 250 m, nas quais é interdita a prática de agricultura intensiva;

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
			<ul style="list-style-type: none"> • Ações de comunicação, divulgação, educação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas e medidas de adaptação; • Criação de sistemas de previsão, alerta e resposta, incluindo modelos de previsão climática de fenómenos extremos e mecanismos de aviso às populações; • Ações de sensibilização para a população em geral e camadas mais vulneráveis para fazer face às ondas de calor; • Criação de zonas de sombreamento (incluindo ações de arborização e instalação de palas ou toldos exteriores entre edifícios); • Criação de corredores de ventilação; • Instalação ou reconversão de equipamentos de sombreamento/ refrigeração em: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Infraestruturas de transporte urbano e material circulante (veículos, paragens, estações, estacionamento); ✓ Edifícios públicos (prioritariamente escolas, hospitais e centros de saúde); ✓ IPSS de apoio a crianças e idosos.
Qualificação do sistema urbano	EDEC EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PNI 2030 ENDS 2005-2015 PNEC 2030 ENAAC 2020 PENSAAR 2020 PERSU 2030 PNA PNUEA 2012-2020 PNAAS 2008-2013 ENAR 2020 PROT-ALENTEJO ERA 2030 EREI 2030 ALENTEJO 2030 PAMUS-BA ORU ENMAC 2020-2030	++	<ul style="list-style-type: none"> • A conservação, a reabilitação e a regeneração do edificado existente, através da melhoria das condições de habitabilidade, da recuperação das fachadas e da eliminação de infraestruturas ou elementos dissonantes; a requalificação e valorização do espaço público, inclusivo, sustentável e acessível a todos. • A acessibilidade para todos, entendida como uma abordagem inclusiva, segura e confortável para todos e a materialização no terreno do conceito de <i>design for all</i>. • Promover a regeneração urbana através de planos, programas e outros instrumentos que valorizem o espaço e potenciem a sua atratividade económica e a fixação de população. • Promover a salvaguarda do traçado arquitetónico tradicional no caso de novas construções assim como a utilização de materiais, revestimentos e elementos tipológicos característicos da região. • No solo urbano é obrigatória, em todas as obras de construção, reconstrução e ampliação, a ligação aos sistemas municipais de abastecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais.
Ambiente e Sustentabilidade do Território	EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030	++	<ul style="list-style-type: none"> • Redefinição dos perímetros urbanos em função dos critérios aplicáveis à classificação do solo como urbano e, por conseguinte, eliminação do solo urbanizável (redução da especulação).

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
	PNI 2030 PNAP ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PENSAAR 2020 PROT-ALENTEJO ERA 2030 EREI 2030 ALENTEJO 2030 PNTN		<ul style="list-style-type: none"> • Criação de faixas de proteção com 250 m na envolvente dos aglomerados populacionais nas quais não são permitidas as culturas intensivas. • Criação de áreas de proteção às captações de água subterrânea. • Criação de uma Estrutura Ecológica Municipal. • Salvar e promover o património arqueológico e arquitetónico existente, incluindo-o na Planta de ordenamento e aplicando-lhe normas específicas. • Criar rotas temáticas acessíveis a todos, privilegiando a natureza, o espaço rural, a gastronomia, a história e o património. • Apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural.

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro X.2.14 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD2. **População e Desenvolvimento Sustentável.**

Quadro X.2.14. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD2 População e Desenvolvimento Sustentável

Critérios de avaliação		BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO	AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO
Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos	EAE1.Qualidade e Sustentabilidade do Território - Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território	OE.1		
		OE.2		
		OE.3		
		OE.4		

	OE.5	OS	OS	OS
EAE2. Coesão Social e Qualidade de Vida - Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social	OE.1	OS	SR	SR
	OE.2	OS	SR	SR
	OE.3	OS	OS	SR
	OE.4	OS	SR	SR
	OE.5	OS	OS	OS
EAE3.Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego - Fortalecer a competitividade económica, promover a inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego	OE.1	OS	R	OS
	OE.2	OS	SR	OS
	OE.3	OS	SR	OS
	OE.4	SR	SR	SR
	OE.5	OS	SR	SR
EAE4.Identidade e Promoção do Território - Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos	OE.1	OS	SR	SR
	OE.2	OS	SR	SR
	OE.3	OS	SR	SR
EAE5.Cooperação e Cidadania - Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania e mobilização da sociedade civil	OE.1	SR	SR	SR
	OE.2	SR	SR	SR
	OE.3	SR	SR	SR
	OE.4	SR	SR	SR

OS - Oportunidades significativas; O - Oportunidades; RS - Riscos significativos; R - Riscos; SR - Sem relação

OS	O	RS	R	SR
----	---	----	---	----

A concretização dos objetivos estratégicos delineados para o **Eixo de Ação Estratégica (EAE) 1 do PDM - Qualidade e Sustentabilidade do Território** integra um conjunto de **oportunidades significativas** para o FCD2 População e Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente ao nível da melhoria que se pretende garantir na qualidade urbana e na mobilidade e acessibilidade, possibilitando a aproximação entre as áreas rurais e as urbanas, mas ao mesmo tempo assegurando, por um lado, a qualificação do sistema urbano e, por outro, a sustentabilidade do território no que concerne aos seus recursos naturais.

No **EAE2 - Coesão Social e Qualidade de Vida** é evidente a sintonia com o critério Bem-estar da População do FCD2 em todos os objetivos estratégicos do PDM, revelando esta sintonia **oportunidades significativas**. Para os restantes critérios do FCD2 predominam as situações de “**sem relação**”, embora se possa destacar como **oportunidades** as que podem contribuir para qualificar o sistema urbano.

Relativamente ao **EAE3 - Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego** predomina uma relação de equilíbrio entre as **oportunidades** e as situações de “**sem relação**” com os critérios do FCD2. Contudo, é de salientar como **oportunidade significativa** a que está associada aos objetivos estratégicos do PDM que promovem o bem-estar da população, nomeadamente ao nível do emprego e da qualificação profissional. Como **oportunidades** salientam-se ainda as que induzem a sustentabilidade do território. São ainda de sublinhar os riscos associados à promoção da fileira agroalimentar, se a diversificação da base económica local não for efetiva.

No **EAE4 - Identidade e Promoção do Território**, predominam as situações de “**sem relação**” com os critérios do FCD2, embora se considere que três dos objetivos estratégicos do PDM podem constituir **oportunidades** para este FCD, nomeadamente, as associadas à ligação das comunidades ao território e o seu envolvimento na estratégia de desenvolvimento, bem com as que promovem a cultura e tradições locais e o acesso da população local a eventos culturais, uma vez que estas ações podem contribuir para a presença de uma população mais interessada pelo concelho e pelas atividades que o mesmo promove.

No **EAE5 - Cooperação e Cidadania**, registam-se apenas as situações de “**sem relação**” com os critérios do FCD2.

Em síntese, regista-se uma correlação entre os critérios do FCD2 e os objetivos fundamentais da revisão do PDMFA, que se baseiam em aspetos que respeitam, essencialmente, ao bem-

estar da população, proporcionando à mesma a possibilidade de acesso a uma habitação condigna e acessível e, simultaneamente, garantindo que esta população poderá viver num concelho de elevada qualidade ambiental.

X.2.4.4. FCD3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

O **FCD3** tem como objetivos avaliar em que medida as propostas definidas no PDM contribuem para o desenvolvimento socioeconómico do concelho, designadamente através da aposta na inovação e no conhecimento de forma a diversificar a economia, do reforço do incremento da competitividade das atividades de transformação do setor primário, da captação de investimento e da criação de uma oferta turística diversificada, sustentável e diferenciadora, que crie melhor e emprego mais qualificado e condições para atrair residentes e investimento, aumentando a qualidade de vida das populações.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os três principais critérios de avaliação deste FCD: **Dinâmica Económica, Emprego/Emprego Qualificado e Fixação de População e Melhoria da Qualidade de Vida.**

Critério - Dinâmica Económica

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que permitam potenciar o crescimento da economia local, através do aumento da competitividade das empresas locais e do respetivo valor acrescentado, tendo em consideração a promoção das atividades económicas ambientalmente sustentáveis, a criação de novas oportunidades de investimento e negócio em atividades relacionadas com o turismo, ambiente, recreio e lazer e em atividades apoiadas nas características e especificidades locais, a diversificação de mercados, assegurando a compatibilidade dos diversos usos previstos para o território e, simultaneamente criando condições para a fixação de novas empresas no concelho.

Principais Tendências:

1. A análise do volume de negócios gerado pelas empresas existentes no concelho de Ferreira do Alentejo é um importante indicador da dinâmica económica. Verificou-se uma dinâmica de crescimento nos últimos oito anos (2008/2016), tendo o volume de negócios, variado de 118 milhões de euros, em 2008, para 196 milhões em 2016, o que significa um aumento de 65%.
2. O concelho de Ferreira do Alentejo encontra-se dotado de diversas infraestruturas de acolhimento e apoio às empresas e ao empreendedorismo, nomeadamente o Parque de Empresas de Ferreira do Alentejo, o Ninho de Empresas, o Centro de Transferência de Tecnologia e o Parque Agroindustrial do Penique.
3. Em 2016 existiam 397 empresas ligadas às atividades agrícolas, sendo que a maioria (386-97,2%) se dedicavam à agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados. No âmbito das indústrias agroalimentares, existiam 19 empresas alimentares e 2 empresas de bebidas num universo de 46 empresas ligadas à indústria transformadora.
4. Entre 2008/2016 o número de empresas que desenvolve as suas atividades ligadas ao setor primário veio a crescer, acompanhando a tendência verificada no Baixo Alentejo, afirmando-se, cada vez mais, como uma região de produção agrícola e que tem vindo a explorar o potencial do regadio.
5. O volume de negócios do setor agroalimentar ascendeu, em 2016, a 103 milhões de euros, ou seja, 53% do total do concelho de Ferreira do Alentejo. Este número é demonstrativo do peso que esta indústria tem para o concelho. Repartindo por divisão do CAE, a área de produção agrícola e afins é responsável por 90,4 milhões e a indústria alimentar por 11,7 milhões de euros.
6. A **indústria agroalimentar** tem recebido avultados investimentos, também por parte de entidades privadas e estrangeiras, particularmente na produção frutícola, no olival e na vinha, concentrando o território de Ferreira do Alentejo algumas das empresas de referência do setor.

7. Os **novos investimentos agrícolas** de vulto são sobretudo na área do regadio, assentes numa produção intensiva e superintensiva e numa exploração mecanizada. Na área da olivicultura as plantações têm sido acompanhadas de um investimento crescente em lagares tecnologicamente evoluídos, com capacidade de processamento de muitas toneladas de azeitona, parte dela obtida fora do concelho. O mesmo acontece na área dos frutos secos.
8. Importância do setor agrícola (olival, pomares com destaque para o amendoal e uva de mesa) para o crescimento e desenvolvimento económico do concelho, resultante da atração de investimento nacional e estrangeiro e da concretização do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA).
9. Rejuvenescimento da atividade agrícola.
10. Intensificação e especialização agrícola e conversão de culturas de sequeiro em culturas permanentes regadas (o olival que passou de 9 850 ha em 2009 para 13 071 ha em 2018 e os pomares que ocupavam 1 488 ha em 2018, a que correspondeu um aumento de 276% face a 2009).
11. Em 2017, no concelho o valor para a densidade de empresas (1,6 empresas/km²), era inferior ao da subregião (1,8 empresas/km²). Contudo, apresentava uma baixa proporção de empresas individuais (69,9%), bem como de empresas com menos de 10 pessoas ao serviço (96,9%), o que releva uma maior representatividade das sociedades e, tendencialmente, uma maior robustez das empresas.
12. À data, Ferreira do Alentejo evidenciava o valor mais elevado em termos de pessoal ao serviço por empresa (2,4), assim como baixos valores em sede de concentração do volume de negócios das quatro maiores empresas (28,8 %) e concentração do VAB das quatro maiores empresas (22,9%), evidenciando uma saudável diversidade do tecido empresarial e, concomitantemente, uma menor exposição à dependência de um conjunto restrito de empresas.
13. Entre 2010 e 2017 registou-se uma evolução muito positiva dos valores referentes à taxa de sobrevivência das empresas sediadas no concelho, sendo o valor em 2017

(60,0%) apenas inferior aos de Barrancos (63,9%) e de Alvito (62,3%). Considerando a evolução, constata-se que houve uma enorme recuperação desde 2012, com o valor em 2017 a ser já superior aos de Portugal, Alentejo e Baixo Alentejo, o que evidencia um cariz fortemente resiliente face ao contexto extremamente adverso dos anos 2008/2013.

14. Entre 2004/2017, o ganho médio mensal cresceu 35,7%, embora este acréscimo se tenha ficado a dever apenas ao período 2004/2011, sendo claramente evidente que o concelho de Ferreira do Alentejo foi, no contexto da subregião, o que mais dificuldades sentiu no período crítico de 2011/2015. Em 2017 o ganho médio mensal em Ferreira do Alentejo situava-se nos 924,6 euros. Poder-se-á considerar um valor francamente positivo, na medida em que é o 4º mais elevado de todo o Baixo Alentejo.
15. No período compreendido entre 2014/2019 o número de desempregados inscritos no IIEFP do concelho diminuiu substancialmente, os valores médios para os três primeiros trimestres de 2019 representam menos de metade dos valores homólogos de 2014.
16. Regista-se entre 2008 e 2017 uma profunda transformação na dinâmica económica do concelho, na qual o setor primário assume um papel primordial ao nível do aumento do número de estabelecimentos, pessoal ao serviço, volume de negócios e VAB.
17. O bom desempenho da economia que passa, fundamentalmente, pelas atividades primárias, não parece ser acompanhado ao mesmo nível pelas atividades secundárias e terciárias.
18. A dinâmica do setor agrícola concelhio é, naturalmente, indissociável da grande infraestrutura do Alqueva, mais propriamente do EFMA, que tem vindo sucessivamente, com especial ênfase nos últimos 10 anos, a criar sistemas de mini-hídricas, a alargar os perímetros de rega existentes e a instalar novos, com extensões territoriais consideráveis.
19. Estagnação e falta de dinamismo dos serviços, nomeadamente dos serviços intensivos em conhecimento.

20. A oferta turística no concelho de Ferreira do Alentejo é muito reduzida, com muito pouca expressão, em termos de unidades e de capacidade de alojamento, no contexto da subregião.
21. O número de dormidas foi praticamente constante entre 2002 e 2013 (com uma média de 3 500 dormidas). Nos dois anos seguintes registou-se, um notório crescimento: em apenas dois anos o número de dormidas sextuplicou. Desde então (2015), o valor aparenta ter estabilizado, embora com ligeiras diminuições, em redor de pouco mais de 20.000 dormidas/ano para, em 2019 ter ascendido às 23.194.
22. A procura é maioritariamente nacional. Assim, as dormidas de cidadãos nacionais em 2013 representavam 87,6% e em 2018 correspondiam a 84,7% do total da procura. Esta realidade demonstra o potencial ainda a explorar no que respeita a mercados emissores externos.

Critério - Emprego/Emprego Qualificado

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que promovam a criação de emprego e a qualificação técnica dos recursos humanos e dos serviços, bem como o empreendedorismo.

Principais Tendências:

1. Ferreira do Alentejo é dos concelhos, do distrito de Beja, com menor percentagem de desempregados inscritos nos centros de emprego e formação profissional, segundo dados 2017 (PORDATA). Depois de uma taxa de desemprego, que atingiu valores máximos nos anos de 2012 e 2013 (11,5%), a partir de 2014, a situação melhorou de forma consistente até ao ano de 2017, que registou o valor mais baixo (5,9%), inferior aos registados em Portugal (6,5%) e no Baixo Alentejo (7,9%).
2. É nos meses de junho, julho e agosto que se regista um menor número de desempregados inscritos. Por oposição, os meses de março e abril tiveram o maior número de inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP, outubro

- 2018), situação que expressa a sazonalidade associada ao mercado de trabalho em Ferreira do Alentejo.
3. Por sexo, na mesma data, verificava-se que no concelho existiam mais mulheres desempregadas (61,6%) do que homens (38,4%).
 4. Verificava-se, igualmente, que os inscritos no IEFP tinham menos de um ano de inscrição (56,3%).
 5. Entre 1991 e 2011 a taxa de atividade registou um crescimento contínuo dos valores em Ferreira do Alentejo (de 41,2% em 1991 para 44,8% em 2011). Com exceção do ano de 2001, o valor da taxa de atividade no concelho é sempre superior à do Baixo Alentejo.
 6. Aumento da taxa de atividade feminina entre 2001 e 2011.
 7. Em 2011, Ferreira do Alentejo apresentava a 3ª mais elevada taxa de atividade dos 13 concelhos do Baixo Alentejo com um valor (44,8%) superior ao da subregião (43,6%) e apenas inferior aos de Beja e Castro Verde.
 8. O concelho de Ferreira do Alentejo apresentava também, em 2011, a mais elevada taxa de atividade do sexo masculino em todo o Baixo Alentejo e a terceira mais elevada taxa de atividade do sexo feminino.
 9. Em 2011 destaca-se o valor muito elevado dos ativos no setor primário (24,8%). É o valor mais elevado dos 13 concelhos da subregião e é também mais do que duas vezes superior ao da subregião (12,3%).
 10. O valor da percentagem dos ativos no secundário situa-se nos 18,0%, um valor ligeiramente inferior ao da subregião (18,8%). Já a percentagem de ativos do concelho no setor terciário (57,1%) é a mais reduzida dos 13 concelhos do Baixo Alentejo e está, assim, muito abaixo do valor global para a mesma (68,9%)
 11. A taxa de retenção e desistência no ensino básico da população estudantil do concelho que apresentou uma tendência de diminuição dos valores registada entre os anos letivos 2012/13 e 2015/16, sofreu nos últimos três anos letivos (2016/18) uma inflexão para valores superiores aos valores do Baixo Alentejo e, sobretudo, do País. No ano letivo

(2018/19), o concelho de Ferreira detinha o quarto valor (9,7%) mais elevado para a taxa de retenção e desistência no ensino básico entre os 13 concelhos da subregião.

12. Nos últimos 16 anos, o valor para a taxa de transição/conclusão no ensino secundário no concelho aumentou de forma muito substantiva (de 49,5 para 91,9%). Desta forma, é em 2018/2019 superior aos valores para o Baixo Alentejo e para o País, o que não sucedia em 2003/2004.

Critério - Fixação da População e Melhoria da Qualidade de Vida

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que permitam atrair residentes e melhorar a qualidade de vida.

Principais Tendências:

1. Crescimento da população muito acentuado na primeira metade do século XX em que a população quase duplicou, registando um crescimento de 86,1%.
2. Nos últimos 50 anos (Censos 1950-2011) o concelho de Ferreira do Alentejo perde 47,2% da população.
3. Concentração da população residente na sede de freguesia do concelho. Em 2011, a freguesia de Ferreira do Alentejo concentrava mais de metade da população do concelho (56,9%).
4. Quase metade (44,4%) da população do concelho de Ferreira do Alentejo está concentrada na vila e sede de concelho. Esta concentração tem-se acentuado nos últimos 20 anos, enquanto a população residente nos lugares isolados/residuais perdeu gradualmente expressão e, em 2011, representa apenas 4,9% da população do concelho.
5. Segundo as estimativas da população residente (INE, 2018), o concelho de Ferreira do Alentejo, com uma população (estimada) de 7.848 residentes em 2018, terá perdido 407 (4,9%) residentes desde os Censos 2011. Os valores mais recentes relativos aos dados preliminares do Censo 2021, não só confirmam esta estimativa, como a agravam: entre

- 2011 e 2021 o concelho perdeu 579 indivíduos, ou seja, a sua população registou um decréscimo de 7%, passou de 8255 para 6676 indivíduos.
6. A natalidade no concelho de Ferreira do Alentejo, apesar de algumas normais oscilações de ano para ano, conheceu nos últimos 23 anos (1996-2018) um decréscimo.
 7. No triénio 2016/2018 o valor médio ascende aos 69,3 nascimentos, valor superior aos registados entre 2011-2015, mas ainda inferior ao valor verificado entre 1996 e 2000 (77,8).
 8. Em concordância com a evolução do número de nascimentos, a Taxa Bruta de Natalidade (TNB) no concelho, considerando os valores para os últimos 23 anos, apresenta uma, se bem que ténue, tendência de crescimento.
 9. Entre 1996 e 2018 a Taxa Bruta de Mortalidade (TBM) aumentou, fundamentalmente em virtude do envelhecimento da população.
 10. A estrutura etária da população não sofre grande alteração entre 2001-2018, registando-se neste período ligeiras reduções no grupo dos jovens (-0,1%), e dos ativos (-0,2%) e um pequeno aumento nos idosos (0,4%).
 11. Regista-se uma forte diminuição do Índice de Renovação da População Ativa (IRPA): de 114,5 % (em 2001) para 71,5% (em 2018).
 12. No curto médio prazo estará fortemente comprometido o número de ativos no mercado de trabalho, uma vez que há indícios, muito mais fortes em 2018 do que em 2001, da insuficiente chegada de ativos ao mercado de trabalho, para repor os que saem.
 13. Ferreira do Alentejo, apresenta um valor de IRPA (71,5%) superior ao do Baixo Alentejo (71,2%), aproximando-se do valor nacional (77,7%), significando assim que, no quadro do País, o concelho resistiu muito melhor às dificuldades no domínio da reposição da população ativa.
 14. Desde 2001 que o concelho mantém um Índice de Envelhecimento (IE) elevado, superior aos da subregião e do País. Contudo, o valor do IE decresceu entre 2015 e 2018, respetivamente de 211,2 para 199,6, contrariamente ao que sucedeu nos restantes espaços, onde os valores continuam a agravar-se.

15. Nos últimos 18 anos, o valor do Índice de Dependência de Idosos (IDI) para o concelho mantém-se (40,8 em 2001 e 40,7 em 2018), enquanto cresce na subregião (de 39,2 para 40,2) e cresce muito significativamente no País (de 24,6 para 33,9). Considera-se como extremamente positivo o facto de a situação não se ter agravado, bem pelo contrário, ao invés do que sucedeu na subregião e, em particular, no País.
16. Entre 2001-2018 o valor do Índice de Dependência Total (IDT) de Ferreira do Alentejo não aumentou (61,1) e passou, inclusive, a ser inferior ao do Baixo Alentejo (61,3), enquanto o valor do País (55,1) se aproximou bastante dos valores de Ferreira do Alentejo (e da subregião).
17. A idade média da população residente tem vindo a aumentar desde 2001 (44,0) até 2011 (46,3) sendo superior à do Baixo Alentejo (45,1), em 2011.
18. É expectável, face à dinâmica populacional dos últimos anos, que em 2021 a idade média da população possa ser inferior à da subregião.
19. A evolução da população estrangeira com estatuto legal de residente, segundo a proveniência, demonstra claramente que o rápido crescimento iniciado em 2009 teve como suporte, fundamentalmente, a população oriunda de países da União Europeia (42,0% em 2008 para 81,1% em 2018).
20. Segundo o INE (2018) a população residente e a população estrangeira com estatuto legal de residente, representará 7,4% da população residente do concelho. Considerando que o valor de 2011 era 3,3%, conclui-se que o peso de estrangeiros na população do concelho mais do que duplicou em apenas oito anos.
21. O Município dispõe de um Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), o qual tem como objetivo caracterizar a população migrante ao nível demográfico, sociogeográfico, económico e cultural, visando, entre outros aspetos, fundamentar estratégias e ações que estimulem maiores níveis de integração e que diminuam os problemas que afetam as comunidades migrantes e/ou uma maior interação entre estas e a sociedade de acolhimento.

O Quadro X.2.15 corresponde à matriz SWOT do FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro X.2.15. SWOT para o FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico

Critério	Pontos fortes	Pontos fracos
Dinâmica Económica	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Enquadramento geográfico e posição estratégica no quadro regional do ponto de vista das acessibilidades; ✓ Dinâmica de crescimento no volume de negócios nos últimos oito anos (65% entre 2008/2016); ✓ Presença de diversas infraestruturas de acolhimento e apoio às empresas e ao empreendedorismo; ✓ Nas atividades primárias registou-se entre 2008 e 2017 um aumento absoluto de 56 estabelecimentos (mais 15,3% dos estabelecimentos existentes em 2008). No plano das atividades primárias, o aumento foi naturalmente mais notório na divisão "Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados" – com um aumento de 51 estabelecimentos (97%) – do que na divisão "Silvicultura e exploração florestal" (com um acréscimo de cinco estabelecimentos); ✓ Aumento do volume de negócios do setor agroalimentar; ✓ O ganho médio mensal de 924,6 euros é o 4º mais elevado de todo o Baixo Alentejo. ✓ Forte diminuição do número de desempregados no período compreendido entre 2014/2019; ✓ Importância da atividade agrícola (olival e pomares) para o crescimento e desenvolvimento económico do concelho, resultante da atração de investimento nacional e estrangeiro e da concretização do EFMA; ✓ Rejuvenescimento da atividade agrícola; ✓ Intensificação e especialização agrícola e conversão de culturas de sequeiro em culturas permanentes regadas (olival e pomares). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Fraca diversidade do tecido empresarial e maior exposição da economia à dependência de empresas do setor primário; ✓ Estagnação do ganho médio mensal desde 2011; ✓ Declínio dos setores secundário e terciário; ✓ Estagnação e falta de dinamismo dos serviços, nomeadamente dos serviços intensivos em conhecimento; ✓ Oferta e procura turísticas reduzidas; ✓ Declínio do comércio local e tradicional.
Emprego/	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redução significativa do número de desempregados registados no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O setor secundário registou uma acentuada quebra de pessoal ao

<p>Emprego Qualificado</p>	<p>sendo o valor, em 2017 (5,9%), inferior aos registados em Portugal no Baixo Alentejo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Desemprego de curta duração; ✓ Aumento da taxa de atividade feminina entre 2001 e 2011; ✓ Em 2011 destaca-se o valor muito elevado dos ativos no setor primário (24,8%); ✓ Em 2011 a percentagem dos ativos nos setores secundário e terciário é a mais reduzida dos 13 concelhos do Baixo Alentejo ✓ Descida muito acentuada da taxa de analfabetismo entre 1991 e 2011; ✓ Nos últimos 16 anos, o valor para a taxa de transição/conclusão no ensino secundário no concelho aumentou de forma muito acentuada (de 49,5 para 91,9%). Em 2018/2019 foi superior aos valores para o Baixo Alentejo e para o País, o que não sucedia em 2003/2004. 	<p>serviço, sobretudo nas atividades de construção;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ O crescimento do emprego no setor terciário é residual; ✓ A sazonalidade associada ao mercado de trabalho em Ferreira do Alentejo. ✓ No concelho o desemprego afetava sobretudo as mulheres; ✓ Decréscimo do número de empregos no alojamento e restauração; ✓ No ano letivo (2018/19), o concelho de Ferreira detinha o quarto valor (9,7%) mais elevado para a taxa de retenção e desistência no ensino básico entre os 13 concelhos da subregião; ✓ Peso da população com o ensino superior completo inferior ao do Baixo Alentejo, em 2011 (6,3% contra 8,4%).
<p>Fixação de população e melhoria da qualidade de vida</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Descida significativa do índice de envelhecimento desde 2010, sendo bastante inferior ao do Baixo Alentejo, em 2018 (162,5 contra 191,3, respetivamente); ✓ Idade média da população residente inferior (44,28) à do Baixo Alentejo (45,09), em 2011; ✓ Peso da população de nacionalidade estrangeira acima do Baixo Alentejo, em 2011. ✓ Crescimento ténue da Taxa Bruta de Natalidade. ✓ O Índice de Envelhecimento decresceu entre 2015 e 2018, respetivamente de 211,2 para 199,6. ✓ Evolução da população estrangeira. ✓ Plano Municipal para a Integração de Migrantes 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nos últimos 50 anos (1950/2011), o concelho de Ferreira do Alentejo perde 47,2% da sua população; ✓ Desde os Censos 2011, e considerando os valores disponibilizados para as estimativas da população (INE2018), o concelho continua a perder população, com um decréscimo semelhante ao verificado para todo o Baixo Alentejo; ✓ Concentração da população residente na sede de freguesia do concelho; ✓ Tendência de decréscimo da natalidade desde 1996/2018; ✓ Aumento da Taxa Bruta de Mortalidade, fundamentalmente em virtude do envelhecimento da população; ✓ Diminuição da fixação de residentes estrangeiros mais recentemente; ✓ Rendas elevadas; ✓ Mercado de arrendamento limitado; ✓ Situações de pobreza e exclusão social ✓ Forte diminuição do Índice de Renovação da População Ativa
<p>Critério</p>	<p>Oportunidades</p>	<p>Ameaças</p>
<p>Dinâmica Económica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atração de investimento estrangeiro; ✓ Aumento da procura de atividades turísticas e espaços de lazer; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Retração económica devido à pandemia; ✓ Os novos investimentos agrícolas de vulto são sobretudo na área do

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dinamizar o potencial turístico do concelho a nível internacional; ✓ Apoios do PRR; ✓ Existência de políticas de apoio à reabilitação urbana; ✓ Alargar a reabilitação urbana a todas as freguesias; ✓ Valorização das valências da economia digital; ✓ Criar um polo de competitividade no setor do agroalimentar. 	<ul style="list-style-type: none"> regadio, assentes numa produção intensiva e superintensiva e numa exploração mecanizada; ✓ Aumento da concorrência e competitividade externa; ✓ Especialização do trabalho muito dependente da especialização do território; ✓ Intensificação e especialização agrícola e conversão de culturas de sequeiro em culturas permanentes regadas; ✓ Alterações climáticas (escassez de água, pragas e doenças que afetem as culturas dominantes).
Emprego/ Emprego Qualificado	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Qualificação e especialização da mão-de-obra; ✓ Proximidade da Universidade de Évora e do Politécnico de Beja que podem contribuir para a possibilidade de criar parcerias e implantação no território de incubadoras de empresas direcionadas para a inovação e tecnologia e desenvolvimento com o apoio da Universidade/Politécnico. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aumento do emprego pouco qualificado. ✓ Sazonalidade do emprego nas atividades agrícolas; ✓ Ausência de alternativas de emprego.
Fixação de população e melhoria da qualidade de vida	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procura de lugares de menor dimensão, onde o risco de contágio por pandemias é menor; ✓ Otimização dos serviços prestados pelas instituições de cariz social; ✓ Tarifa social e familiar da água; ✓ Apoios ao arrendamento jovem; ✓ Políticas de promoção da reabilitação urbana das áreas degradadas. ✓ Dinamização dos segmentos do turismo de natureza, associada à valorização do património existente e do reforço de segmentos de valor nos serviços dos ecossistemas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Atração dos principais centros urbanos polarizadores, como Beja ou Évora; ✓ Acentuar da perda demográfica por incapacidade para atrair novos residentes; ✓ Intensificação das situações de pobreza e exclusão social.

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD3 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro X.2.16, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro X.2.16. Análise de tendências do FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM

Dinâmica económica		↓	↑
Emprego/Emprego qualificado		↓	↑
Fixação da população e melhoria da qualidade de vida		↓	↑

Situação atual:

Desfavorável	Média	Boa

Tendências de evolução:

↓	↔	↑
Negativa	Estagnação	Positiva

O desenvolvimento socioeconómico, sustentado na revitalização, fortalecimento e diversificação da base económica, constitui uma questão primordial na concretização da visão estratégica delineada para o concelho de Ferreira do Alentejo, sendo de realçar o papel importante da implementação das propostas do Plano como forma de transformar as fraquezas identificadas em pontos fortes e as ameaças em oportunidades, potenciando o crescimento e desenvolvimento locais.

A revisão do PDM de Ferreira do Alentejo propõe que o desenvolvimento do concelho assente: no domínio da inovação e tecnologia, nos *clusters* agroalimentares, na ligação com as instituições de ensino superior, na atração de empresas ligadas aos equipamentos e infraestruturas de armazenamento, frio e distribuição para o setor agroalimentar, como forma de valorizar e potenciar o setor agrícola e a indústria transformadora.

Ao mesmo tempo, deve apostar-se na promoção turística do concelho, associada aos valores naturais, paisagísticos e patrimoniais, nomeadamente a nível internacional, e em atividades e eventos de animação turística.

Todavia, sem este esforço, as fraquezas e ameaças identificadas tenderão a acentuar-se, por um lado, com o crescimento da dependência da economia relativamente a um conjunto de empresas e, por outro, aumentando a vulnerabilidade e a maior suscetibilidade da base económica local, uma vez que esta se encontra ancorada na atividade agrícola a qual poderá

enfrentar um conjunto de adversidades, nomeadamente as associadas às alterações climáticas, colocando em risco a própria atividade, o emprego e a qualidade de vida da população.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

A avaliação do modelo de desenvolvimento territorial preconizado no PDM de Ferreira do Alentejo inicia-se com a avaliação estratégica dos critérios de cada um dos FCD, em relação ao QRE da presente AAE, por forma a apurar o grau de convergência dos mesmos com o QRE (vd. Quadro X.2.17), detalhado no Anexo I do RFCD.

Quadro X.2.17. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
Dinâmica económica	CEP EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PRR ALENTEJO 2030 PNEC 2030 ENAAC 2020 PNI 2030 ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PDR 2014-2020 PNRegadios ENF PERSU 2030 PNA PRN2000 PROF ALENTEJO POAO PROT-ALENTEJO PMDFCI EREI 2030 ERA 2030 PARU	++	<ul style="list-style-type: none"> Promover o dinamismo social e económico, assim como a sua notoriedade, traduzida no apoio e envolvimento dos atores locais como principais agentes de mudança; Aposta na inovação e integração de mercados; Promover a criação de marcas que certifiquem e promovam a origem e qualidade dos produtos do mundo rural; Promover a renovação e reestruturação das explorações agrícolas, resultantes do aproveitamento racional dos apoios ao investimento para o setor; Promover o incremento da sustentabilidade económica das atividades com interesse para a conservação, nomeadamente através do desenvolvimento de atividades turísticas, recreativas e culturais compatíveis com a conservação da biodiversidade; Apostar em parcerias com clusters agroalimentares no domínio da inovação e tecnologia; Criar uma incubadora de empresas, que divulgue e apoie a criação de projetos empresariais com capacidade efetiva ou potencial para promover a diversificação da base económica e a criação de emprego qualificado; Criar um laboratório experimental na área do agroalimentar;

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
			<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma marca associada ao verde do concelho com o objetivo de se destacar a nível regional e apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural; • Apostar na promoção turística do concelho e em atividades e eventos de animação turística; • Criar condições para a instalação de empresas ligadas aos equipamentos e infraestruturas de armazenamento, frio e distribuição para o setor agroalimentar.
Emprego/Emprego qualificado	EUROPA 2030 PNPOT ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PORTUGAL 2030 ALENTEJO 2030 ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PDRC 2014-2020 PROT-ALENTEJO PEDBA 2014-2020 EREI 2030	++	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar uma incubadora de empresas, que divulgue e apoie a criação de projetos empresariais com capacidade efetiva ou potencial para promover a diversificação da base económica e a criação de emprego qualificado; • Criar condições para a instalação de empresas ligadas aos equipamentos e infraestruturas de armazenamento, frio e distribuição para o setor agroalimentar; • Promover ligações com as instituições de ensino superior, nomeadamente com o Politécnico de Beja e a Universidade de Évora; • Qualificar a população ativa, apostando na especialização; • Dinamizar a formação profissional dos jovens e da população ativa.
Fixação da população e melhoria da qualidade de vida	PVI 2020 CEP EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PANCD PNAP ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PENSAAR 2020 PDR 2014-2020 PNAAS 2008-2013 ENAR 2020 PROT-ALENTEJO EREI 2030 ENMAC 2020-2030 ERA 2030 ALENTEJO 2030 ORU PAMUS-BA	++	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar um plano de mobilidade e acessibilidade para todos para o concelho de Ferreira do Alentejo, incluindo uma rede de serviços de transporte público; • Reforçar as ligações de transporte público entre os lugares do concelho; • Criar uma rede de ciclovias e de acessos pedonais; • No solo urbano é obrigatória, em todas as obras de construção, reconstrução e ampliação, a ligação aos sistemas públicos de abastecimento de água e de recolha e tratamento de águas residuais; • No solo rústico, o abastecimento de água deve ser garantido através de sistemas autónomos, assim como a recolha e tratamento de águas residuais deve ser garantida através de fossas estanques ou sistemas alternativos eficazes com dimensionamento proporcional aos edifícios a construir, exceto quando existem redes públicas a menos de 100 m de um dos limites da parcela, caso em que é opcional a ligação às redes públicas, sendo a mesma da responsabilidade do interessado;

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
			<ul style="list-style-type: none"> • As operações de loteamento deverão prever espaços a ceder ao município para espaços verdes e equipamentos de utilização coletiva, • Fomentar as condições de habitabilidade como forma de melhoria das condições de vida da população residente que se dedica às atividades agrícola, pecuária, silvopastoril e outras subsidiárias, através de intervenções de requalificação em edificações preexistentes; • Promover a requalificação e valorização do espaço público, sustentável e acessível a todos, contemplando uma abordagem do <i>design for all</i> de modo a se constituírem como espaços respeitadores das diferenças, funcionais, esteticamente apelativos, confortáveis, seguros e compreensíveis, e incentivadores do uso de modos suaves de mobilidade; • Apostar na intervenção não só ao nível da reabilitação, regeneração e revitalização, como também no que respeita à promoção do espaço, à valorização do património e a uma (re)definição dos princípios de mobilidade e acessibilidade; • Apoiar a integração dos mais excluídos e desfavorecidos, nomeadamente os imigrantes; • Promover a saúde pública e privada; • Reforçar e melhorar os apoios sociais, educativos e culturais a grupos sensíveis; • Promover o equilíbrio e a coesão do sistema territorial, e a integração das suas funcionalidades socioeconómicas a nível regional; • Acompanhamento e monitorização da qualidade do ar.

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

Os objetivos fundamentais da proposta da revisão do PDM, que contêm um carácter diversificado e com impacte em distintos domínios, potenciam várias oportunidades para o FCD3. **Desenvolvimento socioeconómico**, como se pode constatar no Quadro X.2.18.

Quadro X.2.18. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD3 Desenvolvimento Socioeconómico

Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos	Critérios de avaliação	Dinâmica económica		Emprego/Emprego Qualificado	Fixação de população e melhoria da qualidade de vida
EAE1. Qualidade e Sustentabilidade do Território - Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território	OE.1	OS	O	SR	OS
	OE.2	OS	O	OS	OS
	OE.3	OS	O	OS	OS
	OE.4	OS	OS	OS	OS
	OE.5	OS	OS	SR	SR
EAE2. Coesão Social e Qualidade de Vida - Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social	OE.1	OS	OS	OS	OS
	OE.2	SR	OS	OS	OS
	OE.3	OS	OS	OS	OS
	OE.4	OS	OS	OS	OS
	OE.5	SR	SR	SR	OS
EAE3. Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego - Fortalecer a competitividade económica, promover a inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego	OE.1	OS	OS	OS	OS
	OE.2	OS	OS	OS	OS
	OE.3	OS	OS	OS	OS
	OE.4	OS	OS	OS	OS
	OE.5	OS	OS	OS	OS
EAE4. Identidade e Promoção do Território - Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos	OE.1	SR	SR	SR	SR
	OE.2	OS	OS	OS	OS
	OE.3	OS	SR	SR	OS
EAE5. Cooperação e Cidadania - Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania e mobilização da sociedade civil	OE.1	OS	OS	OS	OS
	OE.2	SR	SR	SR	SR
	OE.3	SR	SR	SR	SR
	OE.4	OS	OS	OS	OS

OS - Oportunidades significativas; O - Oportunidades; RS - Riscos significativos; R - Riscos; SR - Sem relação

OS	O	RS	R	SR
----	---	----	---	----

Relativamente ao eixo de ação estratégica 1 (EAE1), **Qualidade e Sustentabilidade do Território**, identificam-se em simultâneo oportunidades e riscos e para o FCD3. Assim, considera-se que no contexto social, de crescente procura turística, a qual, é previsível manter-se, após a situação pandémica atual, e de valorização e preservação de recursos naturais e tradicionais, verificou-se que este setor tem potencialidade para crescer em todas as suas atividades conexas.

Todavia, apesar da importância da promoção do património natural e cultural no crescimento da atividade económica, existe a necessidade de avaliar se o mesmo é realizado segundo critérios de gestão adequados de forma a minimizar os riscos identificados, os quais derivam, maioritariamente, da atividade agrícola, setor que dadas as suas características pode vir a revelar-se prejudicial em termos ambientais. Importa, pois saber retirar as oportunidades associadas ao crescimento económico enquanto veículo de desenvolvimento sustentável. Deste modo, a promoção do território, a salvaguarda dos recursos naturais e paisagísticos e valorização do ambiente e património é, de forma inquestionável, uma oportunidade para o desenvolvimento sustentável, para a criação de condições de trabalho e consequente da melhoria das condições e qualidade de vida da população.

Ao nível do EAE2, relativo à **Coesão Social e Qualidade de Vida**, salientam-se como oportunidades mais significativas, para o FCD3, as relacionadas com os objetivos que apostam na renovação da população, na educação, na saúde, na habitação e na criação de emprego, fatores determinantes para atrair população e garantir uma melhor qualidade de vida à população em geral.

O EAE3 associado ao **Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego** é o que se encontra diretamente associado ao FCD3, contribuindo para a concretização dos respetivos critérios. Este EAE traduz um conjunto de oportunidades muito significativas/significativas para o desenvolvimento socioeconómico do concelho de Ferreira do Alentejo, relacionadas com o

emprego (maior oferta, qualidade e qualificação), o desenvolvimento de setores complementares da atividade agrícola, nomeadamente ao nível da indústria transformadora - fileira agroalimentar - bem como, através da aposta na inovação e conhecimento, e no setor do turismo. Sublinham-se ainda como **oportunidades significativas** para o FCD3 a conectividade e a presença de infraestruturas adequadas ao acolhimento de iniciativas empresariais e de serviços de apoio às empresas e ao empreendedorismo e de ligação às unidades de investigação e conhecimento, a captação de investimentos de carácter diferenciador, inovador e sustentável, fundamentais para incentivar a economia circular.

Relativamente aos **EAE4 - Identidade e Promoção do Território** e **EAE5 - Cooperação e Cidadania** -, destacam-se as oportunidades nos aspetos que se encontram relacionados com a promoção do território e a dinâmica económica do concelho, com o reforço da cooperação entre parceiros estratégicos e com o desenvolvimento de abordagens intermunicipais integradas com vista ao reforço da capacidade de afirmação no exterior.

X.2.4.5.FCD4. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

O FCD4 tem como objetivos avaliar em que medida a dinâmica territorial motivada pela estratégia definida no PDM contribui para a qualificação do sistema territorial, para a recuperação e promoção dos valores naturais e culturais do território, bem como para a valorização dos seus produtos, recursos e paisagens.

A análise de tendências assenta sobre os dois principais critérios de avaliação do FCD4: **Estruturação, Qualificação e Promoção do Território.**

Critério - Equilíbrio do Sistema Territorial

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que potenciem a coesão territorial, através da consolidação da rede urbana concelhia, por via do reforço do policentrismo, da contenção da edificação dispersa, da economia do solo, da ocupação dos espaços urbanos intersticiais, da articulação entre o sistema rural-urbano, da dignificação dos espaços subaproveitados.

Principais Tendências:

1. O concelho de Ferreira do Alentejo apresenta uma estrutura urbana polinuclear, de povoamento concentrado num reduzido número de lugares, que é tipicamente alentejana.
2. Atualmente, o tipo de povoamento dominante mantém-se concentrado em 19 lugares, de onde se destacam as sedes de freguesia que agregam 72,4% do total da população residente do concelho.
3. A freguesia de Ferreira do Alentejo e Canhestros (onde se localiza a sede de concelho) detêm 5 140 habitantes, o que representa 62,3% do total da população residente do concelho.
4. Dos 4 873 edifícios do concelho de Ferreira do Alentejo, cerca de 51% encontra-se na freguesia de Ferreira do Alentejo.
5. A liderança da sede de concelho deve-se, sobretudo, à sua importância demográfica, à taxa de atividade e à boa cobertura de serviços e equipamentos.
6. O parque habitacional do concelho apresenta algumas deficiências, quer ao nível de edifícios degradados quer de edifícios devolutos.
7. A rede de transportes coletivos não cobre a totalidade do concelho e os horários são reduzidos.

Critério - Promoção do Território

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a criação de uma imagem de marca forte, ancorada no património natural e cultural, que divulgue e valorize o concelho à escala nacional e internacional.

Principais Tendências:

1. Subaproveitamento do potencial turístico do concelho a nível natural e cultural.
2. Necessidade de promover o concelho, apostando numa imagem forte associada ao verde do território e aos produtos de origem agrícola com potencial para a promoção turística do território.
3. Necessidade de maior promoção de eventos culturais.

O Quadro X.2.19 corresponde à matriz SWOT do FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro X.2.19. SWOT para o FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Critério	Pontos fortes	Pontos fracos
Equilíbrio do sistema territorial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Proximidade dos lugares que compõem o sistema urbano; ✓ Reduzida expressão da edificação dispersa. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Sistema urbano macrocéfalo; ✓ Elevada concentração de serviços e bens na sede de concelho; ✓ Deficiente rede de transportes coletivos.
Promoção do território	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Diversidade do património natural e cultural; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Subaproveitamento do potencial turístico do concelho; ✓ Necessidade de maior promoção de eventos culturais; ✓ Necessidade de criação de uma imagem de marca do concelho forte e atrativa
Critério	Oportunidades	Ameaças
Equilíbrio do sistema territorial	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Promoção de parcerias no âmbito urbano-rural e cooperação estratégica interurbana; ✓ Desenvolvimento de eixos urbanos de proximidade suportados numa rede de transporte público que responda às necessidades da população 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incapacidade de atrair investimentos para aglomerados urbanos de menor hierarquia; ✓ Concorrência dos concelhos limítrofes no sentido de atraírem população e investimentos.
Promoção do território	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Valorização do território através do desenvolvimento do seu potencial cultural e paisagístico, associada a uma imagem de marca forte e atrativa; ✓ Aproveitamento do potencial de desenvolvimento turístico associado à albufeira de Odivelas; 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de diversificação da oferta turística; ✓ Falta eventos que possibilitem a promoção do território a nível nacional e internacional.

	✓ Valorização do turismo a nível nacional e internacional.	
--	--	--

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD 4 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro X.2.20, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM.

Quadro X.2.20. Análise de tendências do FCD4 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Equilíbrio do sistema territorial	↓	↓	↑
Promoção do território	↓	↓	↑

Situação atual:

Desfavorável	Média	Boa

Tendências de evolução:

↓	↔	↑
Negativa	Estagnação	Positiva

Na ausência das intervenções previstas no âmbito da revisão do PDM considera-se que haverá lugar à manutenção dos pontos fracos e ameaças identificadas (vd. Quadro X.2.19), dos quais se destaca a incapacidade de diversificar a oferta turística decorrente da falta de eventos que possibilitem a promoção do território a nível nacional e internacional. Por outro lado, a incapacidade de atrair investimentos para aglomerados urbanos de menor hierarquia a par da deficiente rede de transportes coletivos, favorecem os concelhos limítrofes no sentido de atraírem população e investimentos.

Salienta-se ainda que o sistema urbano macrocéfalo do concelho, que concentra na vila de Ferreira do Alentejo a larga maioria de equipamentos e serviços, em nada contribui para assegurar quer o equilíbrio de sistema territorial quer da promoção do território, criando enormes desigualdades entre a Vila e os restantes aglomerados.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro X.2.21 sintetiza a avaliação relativa ao FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD.

Quadro X.2.21. Avaliação Estratégica face ao QRE para o FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
Equilíbrio do Sistema Territorial	CEP EUROPA 2030 PNPOT PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PNEC 2030 ENAAC 2020 PRN2000 PNAAS 2008-2013 PROT-ALENTEJO PMDFCI POAO PROF-ALENTEJO ALENTEJO 2020 ERA 2030 PAMUS-BA ORU	++	<ul style="list-style-type: none"> • Proibição da edificação dispersa como princípio fundamental, sendo a edificação em solo rústico admitida apenas a título excepcional; • Colmatação da malha urbana e a requalificação dos espaços intersticiais degradados ou devolutos; • A requalificação e manutenção dos espaços verdes (públicos e privados), e a criação de outros com escala e valor de centralidade local como condição de um ambiente urbano saudável, equilibrado e atrativo para viver e recrear; • A reabilitação urbana do edificado, através da melhoria das condições de habitabilidade, a recuperação e manutenção de fachadas a par da eliminação de infraestruturas ou elementos dissonantes.
Promoção do território	CEP EUROPA 2030 PNPOT, PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PNAP PNTN ESTRATÉGIA TURISMO 2027 PENSAAR 2020 PRN2000 PROT-ALENTEJO ALENTEJO 2030 ERA 2030 EREI 2030	++	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a salvaguarda e promoção dos bens culturais de interesse arquitetónico; • Garantir a promoção do arranjo exterior da envolvente dos elementos patrimoniais em áreas urbanas e garantir a existência de equipamentos de apoio aos visitantes; • Criar rotas temáticas acessíveis a todos, privilegiando a natureza, o espaço rural, a gastronomia, a história e o património; • A consolidação dos espaços disponíveis com equipamentos complementares, diversificando a oferta e apostando na promoção de sinergias entre estes; • A manutenção, conservação e ampliação, se necessária, dos equipamentos existentes visando a garantia da sua perpetuidade e de otimização e racionalização dos investimentos efetuados;

			<ul style="list-style-type: none"> • Criar uma marca associada ao verde do concelho, destacando-o a nível regional e apostar na oferta turística orientada para a natureza e fruição do espaço rural.
--	--	--	--

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro X.2.22 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território.

Quadro X.2.22. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD4 Estruturação, qualificação e promoção do território

Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos		Critérios de avaliação	
		EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL	PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO
EAE1. Qualidade e Sustentabilidade do Território - Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território	OE.1		
	OE.2		
	OE.3		
	OE.4		
	OE.5		
EAE2. Coesão Social e Qualidade de Vida - Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social	OE.1		
	OE.2		
	OE.3		
	OE.4		
	OE.5		
EAE3. Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego - Fortalecer a competitividade económica, promover a	OE.1		
	OE.2		
	OE.3		

inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego	OE.4		
	OE.5		
EAE4. Identidade e Promoção do Território - Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos	OE.1		
	OE.2		
	OE.3		
EAE5. Cooperação e Cidadania - Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania e mobilização da sociedade civil	OE.1		
	OE.2		
	OE.3		
	OE.4		

OS - Oportunidades significativas; **O** - Oportunidades; **RS** - Riscos significativos; **R** - Riscos; **SR** - Sem relação

OS	O	RS	R	SR
----	---	----	---	----

A proposta de revisão do PDM de Ferreira do Alentejo encerra um conjunto de oportunidades para o FCD4 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território, nomeadamente através de uma classificação e qualificação do solo assente nos princípios do uso dominante e da economia de solo evidenciadas pela redefinição dos perímetros urbanos, nos quais se privilegia a colmatagem da malha urbana e a requalificação dos espaços intersticiais degradados ou devolutos. No solo rústico é proibida a edificação dispersa e a construção é admitida apenas a título excecional

A reabilitação urbana do edificado, e as preocupações ao nível da manutenção, conservação e ampliação, se necessária, da rede de equipamentos, serviços e infraestruturas, a par das medidas de requalificação e promoção do património construído e regeneração dos centros urbanos, nomeadamente com a consolidação dos espaços disponíveis com equipamentos complementares, diversificando a oferta e apostando na promoção de sinergias entre estes, pretendem contribuir para o equilíbrio do sistema territorial, reduzindo, a médio e longo prazo a evidente macrocefalia atual, ao mesmo tempo que contribuem para a sua qualificação.

Por último salienta-se a promoção do património cultural, arqueológico e arquitetónico existente, assim como da gastronomia e artesanato, e ainda a criação de rotas temáticas acessíveis a todos, privilegiando a natureza e o espaço rural, como aspetos relevantes para a promoção do território.

Relativamente ao **EAE1 Qualidade e Sustentabilidade do Território**, identificam-se **oportunidades significativas** o FCD4. Assim, considera-se que a valorização e preservação de recursos naturais e tradicionais, associadas à melhoria da qualidade urbana e à acessibilidade e mobilidade são fatores que se encontram diretamente relacionados com o equilíbrio do sistema urbano e com a promoção do território.

Ao nível do **EAE2**, relativo à **Coesão Social e Qualidade de Vida**, salientam-se como **oportunidades mais significativas**, para o FCD4, as relacionadas com os objetivos que apostam na oferta de soluções de habitação para toda a população, que garantem o acesso generalizado da população a serviços públicos de proximidade qualificados e adequados às necessidades, bem como aos serviços coletivos disponíveis. Salientam-se ainda as oportunidades relacionadas com a promoção da educação, incrementando os níveis de escolaridade da população, potenciando a sua capacitação e a sua empregabilidade.

Para o **EAE3**, associado ao **Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego**, predominam as situações de "sem relação". Contudo, identificam-se oportunidades com os objetivos que promovem bons níveis de conectividade e infraestruturas adequadas ao acolhimento de iniciativas empresariais visando dotar o concelho de serviços de apoio às empresas e ao empreendedorismo e de ligação às unidades de investigação e conhecimento.

O **EAE4** relativo à **Identidade e Promoção do Território** é o que se encontra diretamente associado ao FCD4, contribuindo para a concretização dos respetivos critérios. Este EAE traduz um conjunto de **oportunidades muito significativas/significativas** para o equilíbrio do

sistema territorial e promoção do território do concelho de Ferreira do Alentejo, relacionadas com a promoção do território, uma vez que aposta na valorização dos elementos identitários e distintos do concelho, reforçando a sua visibilidade e atratividade através da divulgação dos seus produtos endógenos, das suas produções específicas e do potencial turístico do concelho.

No **EAE5, Cooperação e Cidadania**, predominam as situações de “sem relação”. Identificando-se, apenas **oportunidades** no objetivo que se encontra relacionado com a afirmação do concelho no exterior, fomentando a articulação com os concelhos vizinhos e com a Região, e desenvolvendo abordagens integradas intermunicipais.

X.2.4.6.FCD5. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

O FCD5 tem como finalidade avaliar em que medida as propostas definidas no PDM de Ferreira do Alentejo promovem a aproximação da população à decisão, ou seja, uma cidadania ativa, e a definição de soluções para o desenvolvimento, que assegurem a saúde, a inclusão e a coesão social e que potenciem e valorizem as pessoas, essencialmente através da sua qualificação. Pretende também avaliar a adequação do modelo de governança proposto para o Plano face às necessidades de aumento da eficiência das estruturas de decisão e à sua articulação interinstitucional, intersetorial e territorial.

ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências assenta sobre os quatro principais critérios de avaliação deste FCD:
Melhoria dos Serviços de Saúde e Fomento dos Mecanismos de Proteção Social, Elevação

dos Níveis de Qualificação da População, Modernização da Administração Pública e Participação Pública

Critério - Melhoria dos Serviços de Saúde e Fomento dos Mecanismos de Proteção Social

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a melhoria das respostas nos serviços de saúde, o combate à pobreza, isolamento e exclusão social. Avaliar a promoção do arrendamento social e criação de programas de apoio às famílias mais desfavorecidas.

Principais Tendências:

1. **Regulamento Municipal de Comparticipação de Despesas com Medicamentos** - programa, que se destina a compensar os custos com a aquisição de medicamentos com receita médica do Serviço Nacional de Saúde, na parte que não é comparticipada, para famílias que se encontrem em situação de comprovada carência económica.
2. **Programa Municipal de Apoio Social** para melhorias de obras, conservação e beneficiação ou alteração e ampliação em habitação própria ou arrendada, de uso permanente; acessibilidade aos serviços de saúde e aos serviços públicos em geral, bem como a disponibilização de serviços de transporte; prestações pecuniárias, de carácter eventual, para aquisição de bens e serviços de primeira necessidade; prestações em espécie.
3. **Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM)**, o qual tem como objetivo caracterizar a população migrante ao nível demográfico, sociogeográfico, económico e cultural, visando, entre outros aspetos, fundamentar estratégias e ações que estimulem maiores níveis de integração e que diminuam os problemas que afetam as comunidades migrantes e/ou uma maior interação entre estas e a sociedade de acolhimento.
4. O contraste entre a sede de concelho e os restantes lugares é assinalável. Só na sede de concelho se verifica a co-existência do centro de saúde, uma unidade de cuidados continuados, um centro médico e mais que uma farmácia.

5. Ferreira do Alentejo possui, além de Centro de Saúde na sede do concelho, extensões de saúde em Aldeia de Ruins, Alfundão, Canhestros, Gasparões, Odivelas, Peroguarda, Figueira de Cavaleiros e Santa Margarida.
6. As extensões de saúde de Canhestros, Odivelas e St^a Margarida do Sado foram objeto de obras recentes.
7. Existe também um transporte municipal que transporta a população para fora da sede de concelho e garante o acesso a cuidados de saúde.
8. O alargamento do horário de atendimento do centro de saúde.
9. Necessidade de **aquisição de equipamentos próprios** para a casa do povo e posto médico na localidade de Alfundão.
10. Em Ferreira do Alentejo, em 2017, 49,9% da população com mais de 15 anos beneficiavam de Pensões da Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações;
11. Quanto aos beneficiários das prestações de Rendimento Mínimo Garantido/Rendimento Social de Intervenção, em Ferreira do Alentejo, em 2017, existiam 3,5% da população com mais de 15 anos a receber prestação.
12. As prestações de desemprego da Segurança Social representavam, em Ferreira do Alentejo, na população residente com 15 e mais anos, no ano de 2017, 2,3% do total da população (valor superior ao da sub-Região 1,8).
13. Ao nível da cobertura das respostas sociais de ação social, verifica-se que Ferreira do Alentejo, em 2017, possuía uma taxa de cobertura de cooperação estandardizada da resposta social Creche Familiar e Creche com um valor de 110,1.
14. Nas respostas sociais dirigidas para a população com deficiência, não existe qualquer entidade ou serviço com sede no concelho de Ferreira do Alentejo.
15. Ferreira do Alentejo tem o segundo menor número de habitantes por extensão de saúde (1 033,3) no distrito de Beja, bem abaixo do valor do Baixo Alentejo NUT III (1 944,9).
16. Ferreira do Alentejo tinha, em 2012, 1 647,1 habitantes por médico no centro de saúde. Trata-se de um valor acima da média do Baixo Alentejo, que apresenta um número de 1 423,7 habitantes por médico.

17. Os equipamentos de solidariedade e segurança social assumem maior importância não só ao nível do apoio a idosos e crianças, mantendo o funcionamento da população ativa (através de lares, centros de dia, centros infantis, jardins de infância e centros de convívio), como também ao nível do apoio à integração, e aceitação por parte da população residente, da comunidade estrangeira através do centro de apoio à integração de migrantes.
18. Deterioração do poder de compra entre 2009 e 2017.
19. À data dos censos de 2011, o edificado encontra-se envelhecido, registando uma média de 51,5 anos, sendo a freguesia de Peroguarda a que apresenta o edificado mais envelhecido com cerca de 69 anos e a de Odivelas o mais recente com uma média de 27 anos.
20. O grau de conservação do edificado “muito degradado” ocorre com maior relevância nas freguesias de Odivelas (5,2%), Peroguarda (4,6%) e Figueira de Cavaleiros (3,4%).
21. Dos 5 185 alojamentos familiares, em média, 20% são destinados a segunda habitação e cerca de 16% encontravam-se vagos.

Critério - Elevação dos Níveis de Qualificação da População

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a qualificação dos atores locais, a promoção de educação e formação para todos ao longo da vida e a contribuição para a redução de taxas de insucesso e abandono escolar.

Principais Tendências:

1. Dinâmica de atração de cidadãos de nacionalidades estrangeiras, em Ferreira do Alentejo. Entre 1991 e 2011 registou-se um aumento de 02% para 3,3%.
2. Segundo o INE, em 2018, a percentagem atual de residentes de nacionalidade estrangeira no concelho ascenderia aos 7,4%. Considerando que o valor de 2011 era 3,3%, conclui-se que o peso de estrangeiros na população do concelho mais do que duplicou em apenas oito anos, sendo evidente a representatividade do grupo etário dos 15-49 anos e do sexo masculino (63,4%).

3. Descida notável da taxa de analfabetismo entre os anos de 1991 e 2011. Em 20 anos, a taxa de analfabetismo desceu de 24,7 para 13,0%, acompanhando a evolução verificada em todo o Baixo Alentejo, mas mantendo-se, todavia, superior à da subregião (11,1%).
4. Em 2011 a diferença de valores para a taxa de analfabetismo entre sexos era ainda muito pronunciada: 6,0%, a mais na população do sexo feminino. É um valor acima do valor da subregião (4,7%) e do País (3,3%).
5. A melhoria dos níveis de instrução da população de Ferreira do Alentejo ocorreu entre os anos de 2001 e 2011. Esta melhoria registou-se a partir do 3º ciclo do ensino básico e do secundário, mas assume particular visibilidade no que respeita ao ensino superior, cujo valor em 2011 (6,3%) é mais do que três vezes superior ao valor de 2001 (1,8%). Porém, este valor é inferior ao da subregião (8,4%).
6. O valor da taxa de abandono escolar do concelho (3,5%), em 2011, era o terceiro valor mais elevado da subregião (2,4%) e superior à média nacional (1,7%).
7. Os valores relativos ao número de alunos que frequentam os níveis de ensino básico e secundário têm vindo a descer, de forma lenta, mas continuada, desde o ano letivo 2008/2009. No ano 2018/2019 havia menos 359 alunos do que em 1999/2000, o que traduz uma perda de 30,1%.
8. O número de alunos inscritos no último ano letivo em análise (2018/2019) é superior ao do ano letivo anterior com mais 58 alunos, o que traduz um aumento de 7,5%.
9. Baixo nível de escolarização em todos os níveis de ensino com destaque para o ensino secundário no qual, em cada 100 jovens com a idade para o frequentar, apenas 48,9 efetivamente o faz.
10. Baixo nível de escolaridade da população.

Critério - Modernização da Administração Pública

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que potenciem a modernização das entidades públicas, a transparência e facilidade de acesso à informação, como premissas para uma governação qualificada e maior eficiência na prestação dos serviços aos cidadãos.

Principais Tendências:

1. Concentração de equipamentos administrativos presentes na sede de concelho, face às restantes freguesias.
2. A página da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (CMFA) na internet disponibiliza a toda a população informação relevante nomeadamente ao nível da gestão do território e dos programas de apoio social.
3. Necessidade de implementação de um sistema de informação geográfica, que possa facilitar a consulta e a obtenção de informação geográfica, aumentar a transparência e velocidade dos processos administrativos e como ferramenta ao processo de tomada de decisão.
4. Necessidade de reforçar parcerias com os municípios vizinhos na identificação e avaliação de problemas comuns e procura de soluções conjuntas para os mesmos, nos domínios social, económico e ambiental, em particular ao nível dos recursos solo e água, bem como no âmbito das políticas de sustentabilidade e de alterações climáticas.

Critério - Participação Pública

Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM ao nível da introdução de medidas que assegurem a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como a mobilização e incentivo da sociedade civil, nomeadamente ao nível da promoção do uso de novas tecnologias.

Principais Tendências:

1. Processo de revisão do PDMFA suportado através de meios que facilitam a participação pública.
2. Orçamento participativo.
3. Reduzida adesão dos cidadãos nos processos de decisão, quer eleitorais, quer nas ações de participação pública.
4. Elevada burocratização dos sistemas municipais que, promovem o distanciamento entre os munícipes e a Autarquia.

O Quadro X.2.23 corresponde à matriz SWOT do FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança, resultante da análise de tendências apresentada anteriormente.

Quadro X.2.23. SWOT para o FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança

Critério	Pontos fortes	Pontos fracos
Melhoria dos serviços de saúde e fomento dos mecanismos de proteção social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Regulamento Municipal de Comparticipação de Despesas com Medicamentos; ✓ Programa Municipal de Apoio Social; ✓ Plano Municipal para a Integração de Migrantes; ✓ Nova Geração de Políticas de Habitação (Programa Chave na Mão - Programa de Mobilidade Habitacional para a Coesão Territorial, Programa Primeiro Direito e o Programa de Arrendamento Acessível); ✓ Boa cobertura equipamentos de saúde; ✓ Razoável cobertura de equipamentos sociais e desportivos; ✓ Existe também um transporte municipal que transporta a população para fora da sede de concelho e garante o acesso a cuidados de saúde; ✓ Ferreira do Alentejo tem o segundo menor número de habitantes por extensão de saúde (1 033,3) no distrito de Beja, bem abaixo do valor do Baixo Alentejo NUT III (1 944,9). 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Só na sede de concelho se verifica a co-existência do centro de saúde, uma unidade de cuidados continuados, um centro médico e mais que uma farmácia; ✓ Necessidade de aquisição de equipamentos próprios para a casa do povo e posto médico na localidade de Alfundão; ✓ Ferreira do Alentejo tinha, em 2012, 1 647,1 habitantes por médico no centro de saúde. Trata-se de um valor acima da média do Baixo Alentejo, que apresenta um número de 1 423,7 habitantes por médico; ✓ Nas respostas sociais dirigidas para a população com deficiência, não existe qualquer entidade ou serviço com sede no concelho de Ferreira do Alentejo; ✓ Deterioração das condições de vida no período de crise 2008-2015; ✓ Aumento dos problemas de integração social; ✓ Elevado número de dependentes de apoio social do Estado (pensionistas, subsídio desemprego, Rendimento Mínimo Garantido); ✓ Existências de casos de pobreza e exclusão social; ✓ Parque habitacional envelhecido e degradado; ✓ Grande número de casas devolutas e de segunda habitação.
Elevação dos níveis de qualificação da população	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dinâmica de atração de cidadãos de nacionalidades estrangeiras, em Ferreira do Alentejo. Entre 1991 e 2011 registou-se um aumento de 02% para 3,3%; ✓ Em apenas oito anos, o peso de estrangeiros na população do concelho mais do que duplicou, sendo evidente a representatividade do grupo 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Dificuldade em fixar e atrair população jovem; ✓ Elevada perda populacional; ✓ Tendência para a diminuição do número de jovens; ✓ Redução do número de alunos inscritos nos estabelecimentos de ensino do concelho (2009-2017);

	<p>etário dos 15-49 anos e do sexo masculino (63,4%);</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ A presença, no Ninho de Empresas, do Centro de Transferência de Tecnologia; ✓ Incremento do número de imigrantes (sobretudo na atividade agrícola); ✓ Crescimento do nível de escolarização da população, com destaque para o nível médio/superior, entre 2001 e 2011; ✓ Em 20 anos, a taxa de analfabetismo desceu de 24,7 para 13,0%, acompanhando a evolução verificada em todo o Baixo Alentejo. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Percentagem de população com ensino médio /superior inferior ao Baixo Alentejo; ✓ Insucesso e taxa de abandono escolar com valores acima da média nacional; ✓ Grande dificuldade de inserção na área de emprego e de formação profissional; ✓ Baixo nível de escolaridade da população; ✓ A taxa de analfabetismo de 13,0%, mantém-se superior à da subregião (11,1%); ✓ Em 2011 a diferença de valores para a taxa de analfabetismo entre sexos era ainda muito pronunciada: 6,0%, a mais na população do sexo feminino. É um valor acima do valor da subregião (4,7%) e do País (3,3%); ✓ O valor da taxa de abandono escolar do concelho (3,5%), em 2011, era o terceiro valor mais elevado da subregião (2,4%) e superior à média nacional (1,7%).
Modernização da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Elevado número de equipamentos da administração pública no concelho; ✓ <i>Website</i> da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo atualizado e com diversa informação disponível. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de um sistema de informação geográfica acessível para consulta; ✓ Concentração de equipamentos administrativos presentes na sede de concelho, face às restantes freguesias.
Participação Pública	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Existência de mecanismos de participação pública; ✓ Progressiva consciencialização da população da importância da participação na tomada de decisões. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixo número de pessoas que atendem às ações de participação pública; ✓ Elevada burocratização dos sistemas municipais; ✓ Distância dos cidadãos ao executivo e aos técnicos municipais.
Critério	Oportunidades	Ameaças
Melhoria dos serviços de saúde e fomento dos mecanismos de proteção social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ As extensões de saúde de Canhestros, Odivelas e Stª Margarida do Sado foram objeto de obras recentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incremento dos casos de pobreza, exclusão social; ✓ Despovoamento do concelho e envelhecimento da população; ✓ Capacidade de resposta de serviços de apoio social reduzida, face ao aumento da população idosa.
Elevação dos níveis de qualificação da população	<ul style="list-style-type: none"> ✓ O número de alunos inscritos no último ano letivo em análise (2018/2019) é superior ao do ano letivo anterior com mais 58 alunos, o que traduz um aumento de 7,5%. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Os valores relativos ao número de alunos que frequentam os níveis de ensino básico e secundário têm vindo a descer, de forma lenta, mas continuada, desde o ano letivo 2008/2009. No ano 2018/2019 havia menos 359 alunos do

	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Procura da população jovem e qualificada por lugares mais pequenos; ✓ Teletrabalho; ✓ Parcerias entre empresas e instituições de ensino superior; ✓ Rejuvenescimento da população ativa agrícola associado à incorporação de inovação. 	<p>que em 1999/2000, o que traduz uma perda de 30,1%;</p> <ul style="list-style-type: none"> ✓ Baixo nível de escolarização em todos os níveis de ensino com destaque para o ensino secundário no qual, em cada 100 jovens com a idade para o frequentar, apenas 48,9 efetivamente o faz; ✓ Baixo nível de escolaridade da população; ✓ Atração económica e populacional de outros polos urbanos mais dinâmicos como Beja e Évora.
Modernização da Administração Pública	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Desenvolvimento de tecnologias que permitem agilizar os processos burocráticos; ✓ Criação de uma área de "questões/sugestões" no <i>website</i> da CMFA; ✓ Disponibilização de toda a informação territorial do município num SIG acessível à população, que fomente a transparência e velocidade dos processos administrativos; ✓ Uso das tecnologias de forma a promover o potencial do concelho; ✓ Criação de soluções conjuntas para questões comuns aos municípios vizinhos, nos domínios social, económico e ambiental, em particular ao nível dos recursos solo e água, bem como no âmbito das políticas de sustentabilidade e de alterações climáticas. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Deficiente criação de mecanismos de aproximação da população ao município; ✓ Deficiente aproveitamento dos fundos destinados à modernização administrativa do concelho.
Participação Pública	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Criação de orçamentos participativos; ✓ Utilização de ferramentas tecnológicas que permitem uma eficaz e frequente participação da população; ✓ Presença de diversos canais de comunicação entre o Município e a população, e de vários mecanismos que procuram desenvolver a participação cívica. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Falta de interesse da população perante os problemas comunitários.

Atendendo à evolução tendencial dos critérios de avaliação definidos para o FCD5 e à matriz SWOT, sintetizam-se no Quadro X.2.24, a situação atual e a previsão de evolução no futuro, com e sem PDM a implementação do PDMFA.

Quadro X.2.24. Análise de tendências do FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança

Critério de avaliação	Situação atual	Futuro	
		Sem PDM	Com PDM
Melhoria dos serviços de saúde e fomento dos mecanismos de proteção social	↔	↔	↑
Elevação dos níveis de qualificação da população	↔	↔	↑
Modernização da Administração Pública	↔	↔	↑
Participação Pública	↔	↔	↑

Situação de referência:

Desfavorável	Média	Boa

Tendências de evolução:

↓	↔	↑
Negativa	Estagnação	Positiva

Face à situação diagnosticada (*vd.* Quadro X.2.23), e na ausência das intervenções previstas no âmbito da proposta de revisão do PDMFA, manter-se-ão os pontos fracos e as ameaças identificadas, com destaque para o baixo nível de escolaridade da população e para as taxas de insucesso e abandono escolar. Salienta-se também a insuficiente capacidade para atrair população jovem e qualificada que permita ao concelho modernizar-se e acompanhar o desenvolvimento tecnológico. A cobertura de serviços de saúde é insuficiente e inexistente para a população com deficiência. Por último, evidenciam-se: a manutenção de casos de pobreza e exclusão social, de burocratização excessiva dos serviços municipais, desconexão entre a população e o centro de decisão (corpo técnico autárquico e poder político) e ineficiente utilização de recursos em virtude do concelho ainda não possuir um SIG municipal.

Como objetivos essenciais para o desenvolvimento integrado do concelho de Ferreira do Alentejo a aposta recai na melhoria dos serviços de saúde, fomento dos mecanismos de proteção social e a elevação dos níveis de qualificação da população. A desejada

modernização da administração pública contribuirá para uma maior rapidez e transparência no processo de decisão, bem como para incrementar a competitividade do território. Estas ações são potenciadoras da atração de pessoas e empresas, com os respetivos efeitos ao nível da coesão social e territorial e, por conseguinte, da qualidade de vida da população em geral.

O entendimento, a identificação de problemas e a procura de soluções com os municípios vizinhos para realidades comuns (*e.g.* alojamento e condições de vida, de trabalho e sazonalidade das tarefas agrícolas dos trabalhadores estrangeiros deslocados, ou na minimização dos riscos de contaminação dos recursos naturais, solo e água, a par da sua gestão integrada) constituem também oportunidades para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Refira-se ainda que é desejável a implementação de processos de cidadania proativa participados, uma vez que a população por desinteresse, baixo nível de escolaridade e idade avançada, não participa nos processos de decisão da Autarquia.

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O Quadro X.2.25 sintetiza a avaliação relativa ao FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança, tendo como referência os objetivos e metas dos documentos que constituem o QRE da presente AAE, detalhado no Anexo I do RFCD.

Quadro X.2.25. Avaliação Estratégica face ao QRE para o do FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança

Critérios de avaliação	QRE*	Convergência do PDM com o QRE	Medidas incluídas no PDM
Melhoria dos serviços de saúde e fomento	PNAAS ENAR 2020 EUROPA 2030 PORTUGAL 2030	++	<ul style="list-style-type: none"> Promover e garantir serviços de saúde a todos os habitantes; Alargar o horário de atendimento do centro de saúde;

<p>dos mecanismos de proteção social</p>	<p>ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PRR ALENTEJO 2030 ERA 2030 PNAAS DIAGNÓSTICO SOCIAL 2019-2020 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2019-2020</p>		<ul style="list-style-type: none"> • Solucionar as condições de alojamento precário da população migrante; • Diminuir o tempo de resposta da estrutura residencial para idosos; • Criar respostas sociais para os cidadãos portadores de deficiência; • Alargar as valências do centro de convívio de reformados de Alfundão para centro de dia; • Dar resposta às necessidades de transporte da população idosa para os equipamentos sociais mais próximos; • Estabelecer parcerias com entidades de apoio social; • Promover a saúde pública e privada; • Apoiar a integração dos mais excluídos e desfavorecidos; • Reforçar e melhorar os apoios sociais, educativos e culturais a grupos sensíveis.
<p>Elevação dos níveis de qualificação da população</p>	<p>PNPOT EUROPA 2030 PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 PRR ALENTEJO 2030 ERA 2030 EREI 2030 DIAGNÓSTICO SOCIAL 2019-2020 PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2019-2020</p>	<p>++</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Qualificar a população ativa, apostando na formação e especialização; • Operacionalizar o Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM); • Capacitar o agrupamento de escolas para a oferta de unidades curriculares, em regime pós-laboral, de modo a qualificar a mão-de-obra estrangeira presente no concelho. Esta qualificação, tanto ao nível da aprendizagem da Língua Portuguesa como ao nível técnico, constitui-se como elemento diferenciador na inclusão da comunidade estrangeira na vida social do concelho; • A estruturação de um espaço inclusivo, sustentável e atrativo para todos; • Promover ligações com as instituições de ensino superior, nomeadamente à Universidade de Évora e ao Politécnico de Beja; • Criar uma incubadora de empresas, que divulgue e apoie a criação de projetos empresariais com capacidade efetiva ou potencial para promover a diversificação da base económica e a criação de emprego qualificado; • Criar um laboratório experimental na área do agroalimentar.

<p>Modernização da Administração Pública</p>	<p>PNPOT CONVENÇÃO DE AARHUS PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 ALENTEJO 2030 ERA 2030 EREI 2030</p>	<p>++</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Tornar mais célere e transparente a decisão; • Simplificar e desburocratizar os processos e procedimentos; • Integrar no site do Município um sistema de informação geográfica e de divulgação e comunicação para o exterior (e.g. consulta dos IGT, dos espaços industriais disponíveis e futuros, obras municipais, projetos em curso, etc.,)
<p>Participação Pública</p>	<p>PNOPT PVI CONVENÇÃO DE AARHUS EUROPA 2030 PORTUGAL 2030 ESTRATÉGIA PORTUGAL 2030 ALENTEJO 2030 ERA 2030</p>	<p>++</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover um modelo de democracia participativa; • Criar instrumentos de governança e cidadania; • Fomentar a decisão concertada (corresponsabilização na decisão); • Promover, como princípio, momentos de participação e auscultação dos <i>stakeholders</i> no processo de desenvolvimento; • Incentivar, no âmbito das unidades curriculares, os jovens a uma participação ativa na comunidade civil enquanto cidadãos, através de atividades de carácter cívico; • Promover o dinamismo social e económico, assim como a sua notoriedade, traduzida no apoio e envolvimento dos atores locais como principais agentes de mudança; • Incentivar a participação dos migrantes na vida comunitária do concelho.

* Documentos do QRE com convergência com o FCD

- ++ As propostas do PDM convergem totalmente com os objetivos e metas do QRE.
- + As propostas do PDM convergem parcialmente com os objetivos e metas do QRE.
- o As propostas do PDM não introduzem alterações significativas à situação atual.
- As propostas do PDM não convergem com os objetivos e metas do QRE.
- As propostas do PDM contrariam os objetivos e metas do QRE.

O Quadro X.2.26 apresenta uma síntese da avaliação das oportunidades e riscos das Questões Estratégicas, materializadas nos Eixos de ação e objetivos estratégicos da revisão do PDM, relativamente aos critérios de avaliação do FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança.

Quadro X.2.26. Avaliação das Questões Estratégicas para o FCD5 Inclusão, Coesão Social e Governança

Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos	Critérios de avaliação	MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E FOMENTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
EAE1. Qualidade e Sustentabilidade do Território - Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território	OE.1				
	OE.2				
	OE.3				
	OE.4				
	OE.5				
EAE2. Coesão Social e Qualidade de Vida - Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social	OE.1				
	OE.2				
	OE.3				
	OE.4				
	OE.5				
EAE3. Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego - Fortalecer a competitividade económica, promover a inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego	OE.1				
	OE.2				
	OE.3				
	OE.4				
	OE.5				
EAE4. Identidade e Promoção do Território - Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos	OE.1				
	OE.2				
	OE.3				
EAE5. Cooperação e Cidadania - Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania e mobilização da sociedade civil	OE.1				
	OE.2				
	OE.3				
	OE.4				

OS - Oportunidades significativas; O - Oportunidades; RS - Riscos significativos; R - Riscos; SR - Sem relação

OS	O	RS	R	SR
----	---	----	---	----

No EAE1 - **Qualidade e Sustentabilidade do Território** são maioritárias as situações de “**sem relação**”, havendo apenas a destacar como **oportunidades**, para o FCD,5 as relacionadas com os objetivos que podem promover a elevação dos níveis de qualificação da população, a inovação e a experimentação no domínio ambiental, assim como a adoção de tecnologias mais sustentáveis e a qualidade urbana dos aglomerados do concelho.

Em relação ao EAE2 - **Coesão social e Qualidade de Vida** identificam-se **oportunidades significativas** para o FCD5 relacionadas com os objetivos que promovem o acesso à saúde e a adoção de estilos de vida saudáveis pela população, a oferta de soluções de habitação para toda a população e ainda os que favorecem o incremento dos níveis de escolaridade da população e a sua valorização.

Quanto ao EAE3 - **Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego** Identificam-se **oportunidades significativas** relacionadas com os objetivos que visam promover a oferta de empregos de qualidade e de qualificação profissional ajustada às necessidades de desenvolvimento do território.

Também no EAE5 - **Cooperação e Cidadania** se Observam **oportunidades significativas** relacionadas com os objetivos que visam transmitir a importância do Município enquanto elemento aglutinador das diferentes forças locais e de representante de todos os munícipes, bem como promover a apropriação coletiva da estratégia de desenvolvimento e fomentar o empenho e envolvimento da sociedade local na sua operacionalização

X.2.4.7. ASPETOS A RETER / SÍNTESE

Considerando o exposto anteriormente, importa salientar, em jeito de síntese, os seguintes aspetos que decorrem da importância da articulação entre a AAE do PDMFA e os FCD que foram selecionados e da forma como os mesmos foram avaliados. Assim, é evidente que foi atingido um elevado nível de integração entre a proposta de revisão do PDMFA e a AAE, nomeadamente no que respeita à sustentabilidade ambiental e socioeconómica do território do concelho de Ferreira do Alentejo.

Relativamente à **análise de tendências** demonstra-se que:

- na situação atual o concelho de Ferreira do Alentejo apresenta na sua maioria uma situação estável relativamente aos critérios que integram os FCD. Contudo, é de enfatizar que sem a revisão do PDM esta **situação de estabilidade tende para a estagnação, ou mesmo para uma evolução negativa**, nomeadamente, nos seguintes critérios:
 - Qualidade dos Recursos e Ambiente Sonoro;
 - Dinâmica económica;
 - Emprego/Emprego qualificado;
 - Fixação da população e melhoria da qualidade de vida;
 - Equilíbrio do sistema territorial;
 - Promoção do território;
 - Modernização da Administração Pública;
 - Participação Pública;

Pelo contrário, **com a revisão do PDMFA assiste-se a uma evolução positiva** de todos os critérios que compõem os diversos FCD.

No que respeita à **análise e avaliação do modelo territorial** é notória:

- a convergência total ou parcial entre o QRE considerado e a proposta de revisão do PDMFA, uma vez que nela estão representadas as medidas que concorrem para a sua concretização, desempenho e efetividade deste instrumento de gestão territorial;
- **a prevalência de oportunidades significativas/oportunidades** que se verificam entre os Objetivos Estratégicos que integram os Eixos de Ação Estratégica do PDMFA e os Critérios de avaliação que compõem os cinco FCD (ver Anexo I);
- **a ausência de riscos significativos e a presença insignificante de riscos** registados entre os Objetivos Estratégicos que integram os Eixos de Ação Estratégica do PDMFA e os Critérios de avaliação que compõem os cinco FCD (ver Anexo I).

X.2.5. DIRETRIZES PARA O SEGUIMENTO

As diretrizes de seguimento apresentadas no âmbito da presente AAE pretendem identificar um conjunto de medidas e ações a desenvolver de forma a garantir um bom desempenho ambiental da proposta de revisão do PDM de acordo com os objetivos de sustentabilidade definidos, reduzindo assim os potenciais efeitos adversos no ambiente.

A sua identificação foi elaborada com base nos resultados da presente AAE e, em particular, com base nos resultados da avaliação das oportunidades e dos riscos. Neste sentido, foram definidas três categorias de diretrizes fundamentais, a saber:

1. **Diretrizes de planeamento e gestão:** orientações identificadas como fundamentais que deverão ser integradas nas ações de planeamento subsequentes à aprovação da proposta de revisão do PDM ou a serem asseguradas no âmbito do modelo de gestão previstos para o território concelhio;

2. **Diretrizes de monitorização:** correspondem a um conjunto de procedimentos a serem desenvolvidos no âmbito de um sistema de monitorização relativo à implementação do PDMFA, no qual se identificam as variáveis importantes para a sua avaliação, a fonte onde podem ser encontradas, e a periodicidade com a qual devem ser avaliadas;
3. **Diretrizes de governança:** são identificadas todas as entidades que face aos seus domínios de intervenção e às oportunidades e riscos de sustentabilidade identificados, poderão vir a desempenhar um papel importante na implementação do PDMFA e que poderão contribuir para uma melhor governança no âmbito da sua implementação.

X.2.5.1. DIRETRIZES DE PLANEAMENTO E GESTÃO

As diretrizes apresentadas, por FCD e por critério, materializar-se-ão na fase de gestão e operacionalização do PDMFA. Visam, assim, influenciar as ações de planeamento e gestão, tentando prevenir e reduzir, e tanto quanto possível, eliminar efeitos adversos significativos no ambiente.

FCD1. PRESERVAÇÃO DE VALORES NATURAIS E CULTURAIS, ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E MINIMIZAÇÃO DE RISCOS

CRITÉRIO - QUALIDADE DOS RECURSOS E AMBIENTE SONORO

Ações Prioritárias

1. Providenciar uma maior e melhor fiscalização no que respeita à verificação do cumprimento do Código das Boas Práticas Agrícolas, de forma a minimizar as situações de contaminação do solo e das massas de água (superficiais e subterrâneas);
2. Promover a valorização e requalificação das massas de água de superfície, respetivos leitos e margens, e dos ecossistemas aquáticos e fluviais associados, impedindo e/ou invertendo qualquer tendência para a sua alteração, degradação e artificialização por forma a promover a continuidade e conetividade dos ecossistemas aquáticos e

- terrestres associados aos recursos hídricos e a salvaguarda das suas características naturais, bem como potenciar a fruição pública dos mesmos;
3. Monitorização periódica do estado físico-químico das águas superficiais e subterrâneas de forma a prevenir a sua degradação e contaminação. Atenção especial deve ser dada aos blocos de rega de Alfundão e de Ferreira e Valbom, providenciando a melhoria do seu estado, atualmente classificado como medíocre;
 4. Identificar e controlar todas as possíveis fontes de poluição tópica e difusa no concelho, prevenindo situações de poluição dos recursos hídricos e inverter quaisquer tendências para o aumento da concentração de poluentes que resulte do impacto da atividade humana, assegurando uma resposta rápida e eficaz, caso se verifique a contaminação de alguma área;
 5. Restringir ao máximo a impermeabilização do solo, promovendo a recarga dos aquíferos existentes, a respetiva proteção e a disponibilidade hídrica subterrânea;
 6. Assegurar a conservação do recurso solo, a manutenção do equilíbrio dos processos morfo e pedogenéticos, a regulação do ciclo hidrológico através da promoção da infiltração em detrimento do escoamento superficial, e a redução da perda de solo com colmatação dos solos a jusante e assoreamento das massas de água;
 7. Prevenir situações de risco de cheias e inundações, devendo ser avaliada a probabilidade do risco de ocorrência destes fenómenos e dos respetivos riscos para pessoas e bens, tendo presente a tendência para o seu aumento, em virtude dos efeitos das alterações climáticas e das deficientes políticas de ordenamento e do uso do solo, bem como da inadequada gestão dos recursos hídricos. Especial atenção deverá ser dada à gestão de áreas sujeitas a cheias e inundações em espaço urbano;
 8. Promover a eficácia dos sistemas de abastecimento, drenagem e tratamento das águas residuais, associando a promoção de ações de sensibilização que conduzam à diminuição dos desperdícios de água, e promovam a reutilização da mesma, assegurando a implementação da gestão eficiente da água

9. Investir em energias renováveis considerando o elevado número de horas de sol anual, permitindo, assim, a mitigação das alterações climáticas, a diminuição da poluição ambiental e promovendo a sustentabilidade energética;
10. Garantir a monitorização da qualidade do ar, implementando e fazendo cumprir medidas que promovam a sua melhoria, nomeadamente no que respeita à emissão de odores e partículas. Neste âmbito, considera-se imperativo cumprir o disposto no articulado da Resolução da Assembleia da República n.º 279/2018, de 23 de agosto de 2018, que recomenda ao **Governo medidas urgentes para acabar com o problema ambiental e de saúde pública relacionado com a laboração do bagaço de azeitona**, em Fortes, Ferreira do Alentejo, e nos concelhos limítrofes.

Outras Ações

11. Apostar em programas de acessibilidade, no uso das ciclovias e em serviços de transporte público acessíveis e regulares, de preferência elétricos, que permitam reduzir as taxas de motorização e consequentemente diminuir a contaminação atmosférica e melhorar o ambiente sonoro;
12. Promover medidas de minimização do ruído proveniente dos eixos viários principais e do Parque Industrial de Penique (e.g. criação de cortinas arbóreas), assim como privilegiar a localização das atividades mais ruidosas (e.g. carpintarias, serralharias, oficinas de automóveis) afastada das áreas residenciais, para as quais devem ser criadas medidas de redução do ruído associado ao tráfego automóvel (e.g. redução da velocidade, zonas de coexistência, substituição do pavimento por outro menos ruidoso);
13. Promoção da segregação do tráfego no interior da malha urbana, por tipo de veículo e suas funções (pesados, comerciais, etc.) e por vias, em função das suas características, hierarquia e funcionalidade;

CRITÉRIO - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

Ações Prioritárias

1. Elaborar estudos que permitam identificar todas as áreas que necessitam de ser conservadas/protegidas e implementar medidas com vista à respetiva valorização das mesmas, nomeadamente através da promoção de ações de sensibilização junto da população que evidenciem a importância da preservação da paisagem e dos recursos naturais, destacando o valor que estes assumem na promoção do desenvolvimento sustentável.
2. Elaborar uma carta do património natural e um plano para a sua proteção, valorização e divulgação;
3. Desenvolver programas de conservação e proteção das espécies endémicas (*Linaria Ricardo*) e da fauna com estatuto especial de conservação, como a abetarda, o sisão, o francelho-das-torres (peneireiro) e a águia de Bonelli.

CRITÉRIO - ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Ações Prioritárias

1. Implementar a Estratégia Municipal de Adaptação a Alterações Climáticas;
2. Implementar as medidas de adaptação identificadas em conformidade com o P-3AC e sensibilizar a população sobre os efeitos das alterações climáticas dando a conhecer as práticas que, regularmente, podem ser adotadas para que sejam mitigadas as suas consequências;
3. Implementar medidas de mitigação com vista à redução dos gases com efeito de estufa, nomeadamente:
 - Promovendo a eficiência energética dos edifícios, estimulando a utilização de fontes de energia limpa por parte da administração pública e das empresas, de modo a reduzir os gastos energéticos e a pegada municipal de carbono;
 - substituindo a iluminação pública por luminárias LED.

CRITÉRIO - RISCOS NATURAIS, MISTOS E TECNOLÓGICOS

Ações Prioritárias

1. Promover ações de sensibilização junto da população sobre os efeitos dos riscos naturais, mistos e tecnológicos de forma a minimizar as suas consequências;
2. Promover junto da população, em conjunto com as entidades interessadas (bombeiros, proteção civil), ações de simulacro dos riscos enunciados por forma a que a população esteja mais bem preparada para responder em caso de ocorrência de um evento deste género;
3. Desenvolver campanhas de sensibilização dos produtores agrícolas para a redução da utilização de fertilizantes e pesticidas, como forma de reduzir a perigosidade de contaminação de águas subterrâneas;

Outras Ações

4. Fiscalizar as captações de água subterrâneas existentes e identificação e fecho das que não se encontram licenciadas;
5. Identificar os pontos com o maior número de acidentes rodoviários e implementar medidas de prevenção e de segurança rodoviárias.

CRITÉRIO – PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

Ações Prioritárias

1. Apoiar a reabilitação de todo o património cultural que se encontre degradado, potenciando a sua valorização, através de estudos que permitam o aumento do conhecimento sobre o património existente e promovam a divulgação do mesmo junto da população residente e visitante;
2. Elaborar uma estratégia de conservação dos elementos patrimoniais para que o desenvolvimento turístico não coloque em risco a sua preservação;
3. Divulgar o património imaterial.

FCD2. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CRITÉRIO – BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO

Ações Prioritárias

1. Adotar medidas de discriminação positiva para a reabilitação do edificado nos espaços centrais, bem como desenvolver e Implementar um programa de construção de novas habitações a custos controlados e/ou promover a reabilitação de edifícios municipais degradados para habitação;
2. Promover a criação de espaços verdes nos principais aglomerados, vocacionados para o recreio e lazer, associados à identidade local, e que permitam, por um lado, a criação de áreas de descanso para a população, e por outro, diminuir o desenvolvimento da ilha de calor urbano;
3. Apoiar a construção de equipamentos destinados ao uso coletivo, de forma a aumentar as atividades existentes para a população;
4. Identificar as áreas de conflito e implementar um programa que vise a redução do ruído e a melhoria da qualidade, através da sua monitorização, potenciando o bem-estar da população.

CRITÉRIO - QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO

Ações Prioritárias

1. Promover a implementação nos restantes aglomerados do concelho de áreas de reabilitação urbana (ARU);
2. Promover a instalação de bocas de incêndio nas áreas mais vulneráveis ao risco de incêndios urbanos, devido à concentração de edifícios em mau estado de conservação e elementos indutores;
3. Completar as redes de abastecimento e saneamento para que possam cobrir a totalidade dos alojamentos de primeira habitação;
4. Elaborar e implementar um plano de mobilidade e acessibilidade (para todos) que vise melhorar a rede viária do concelho, promovendo a circulação em segurança, bem como promova o transporte público, diminuindo o número de veículos individuais no concelho (reduzir o preço dos passes para a população estudantil e idosa);

5. Promover a melhoria dos equipamentos coletivos, nomeadamente dos equipamentos escolares e de saúde, bem como dos equipamentos de segurança pública, disseminando os últimos pelo concelho;

CRITÉRIO - AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO

Ações Prioritárias

1. Promover a implantação de faixas de proteção, com uma largura de 250 m, na envolvente dos aglomerados populacionais nas quais não são permitidas as culturas intensivas, bem como promover a implementação das normas associadas à Estrutura Ecológica Municipal, como forma de preservar e defender os recursos naturais e a paisagem;
2. Criar áreas de proteção às captações de água subterrânea;
3. Promover ações de sensibilização da população para a necessidade de reciclar os resíduos urbanos;
4. Promover ações que recuperem, protejam e divulguem o património arqueológico e arquitetónico existente;
5. Promover a oferta turística, a nível nacional e internacional e criar rotas temáticas acessíveis a todos, privilegiando a natureza, o espaço rural, a gastronomia, a história e o património cultural existente;

FCD3. DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO

CRITÉRIO - DINÂMICA ECONÓMICA

Ações Prioritárias

1. Apoiar as empresas e as famílias com programas que promovam a recuperação, a manutenção do emprego, e poder de compra da população de modo a fazer face à inflação atual;

2. Reforçar a política de incentivos à instalação de novas empresas no concelho, sobretudo as que se apoiam em projetos sustentáveis, diferenciadores, inovadores e polarizadores multissetoriais, que acrescentem valor ao território, geradores de emprego qualificado e que contribuam para a diversificação da base económica local;
3. Promover o investimento no setor turístico associado à reabilitação e recuperação do património arquitetónico e histórico-cultural e à qualidade ambiental e paisagística;
4. Orientar as ações de requalificação e valorização, considerando a acessibilidade para todos (princípios do *design for all*) e a qualificação ambiental:
 - dos espaços públicos,
 - dos equipamentos;
 - e, dos serviços, sinalética (das acessibilidades no espaço urbano, à informação, serviços, equipamentos, rotas/percursos acessíveis, etc.);

Outras Ações

5. Apoiar a instalação de projetos de investimento agrícola, comprometidos com o referencial de Boas Práticas Agrícolas, que aproveitem as infraestruturas do EFMA, a capacidade dos solos dessas áreas, e valorizem os produtos locais;
6. Orientar os investimentos (privados e públicos) em torno de uma imagem de marca criada para o concelho, promovendo a sua divulgação;
7. Criar um plano de ação de marketing verde, que crie programas de melhoria ambiental, que integre a administração pública e sensibilize as empresas para comportamentos mais sustentáveis e que promova o concelho nessa perspetiva;
8. Fomentar a criação de associações de comerciantes e de agentes económicos locais;
9. Criar mecanismos de dinamização das ruas mais centrais, do comércio local e de incentivo à inovação;
10. Promoção de eventos que permitam o desenvolvimento e a constante inovação de produtos regionais.

CRITÉRIO - EMPREGO/EMPREGO QUALIFICADO

Ações Prioritárias

1. Adequar, dinamicamente, a formação profissional para jovens e adultos à estratégia de desenvolvimento do concelho, enfatizando as questões da sustentabilidade ambiental;
2. Promover, em conjunto com os centros de emprego e outras entidades qualificadas para esse efeito, políticas de qualificação progressiva e de integração no trabalho da população ativa desempregada;
3. Promover a qualificação da mão-de-obra feminina, através de ações de formação, potenciando a sua empregabilidade;

Outras Ações

4. Dinamizar um programa de formação básica empresarial orientado para atendimento, liderança, motivação, gestão do tempo, qualidade, empreendedorismo, inovação, práticas de *marketing* comercial, desempenho e outros;
5. Implementar um sistema de apoio/incentivos às empresas locais, fomentando a empregabilidade local;
6. Criação de programas de certificação das práticas ambientais e empresariais.

CRITÉRIO - FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

Ações Prioritárias

1. Promover a fixação da população ativa no concelho e a diminuição das taxas de emigração (e.g. transporte escolar gratuito, reforço da rede pública de equipamentos de apoio à primeira infância, criação de condições para o alargamento do horário de permanência das crianças nos estabelecimentos escolares e ATL);
2. Promover habitações com renda acessível, promovendo a fixação de população jovem;
3. Apoiar a implementação de equipamentos de apoio à população mais vulnerável, ou seja, à população mais jovem e idosos;
4. Criar programas de apoio à natalidade (e.g. subsídio de maternidade/paternidade, creche gratuita).

FCD4. ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

CRITÉRIO - EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL

Ações Prioritárias

1. Criar corredores de ligação (eixos viários, pedonais, espaços verdes) que gerem contiguidades entre os principais aglomerados, na ótica do *design for all*;
2. Orientar os investimentos para a colmatação dos espaços intersticiais, em detrimento da ocupação de áreas periféricas, promovendo a economia de solo;
3. Promover a implementação de projetos de investimento em áreas que apresentem necessidades de requalificação ambiental e urbanística;
4. Diversificar a oferta de serviços e bens pelos restantes aglomerados do concelho, reduzindo a dependência da sede do concelho, bem como deslocalizar serviços da administração, por forma a atrair investimento.

CRITÉRIO - PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO

Ações Prioritárias

1. Criar uma imagem de marca forte, direcionada para a valorização do património natural e construído, da paisagem e da acessibilidade para todos;
2. Elaborar de um plano de *marketing* territorial que permita alcançar a população nacional e internacional;
3. Inovar, criando recursos turísticos locais, atrativos para turistas e visitantes;
4. Criar um programa de cariz anual que potencie a realização de eventos culturais (e.g. festivais de música, com destaque para o cante alentejano, gastronómicos, produtos artesanais), que identifique e distinga o concelho.

FCD5. INCLUSÃO, COESÃO SOCIAL E GOVERNANÇA

CRITÉRIO - MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E FOMENTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

Ações Prioritárias

1. Garantir o atendimento permanente (24 horas) do centro de saúde e de uma farmácia de serviço;
2. Promover respostas sociais dirigidas para a população com deficiência, uma vez que, não existe qualquer entidade ou serviço com sede no concelho de Ferreira do Alentejo;
3. Promover políticas de apoio aos idosos e às crianças em idade escolar, assim como desenvolver e implementar estratégias de ajuda aos mais desfavorecidos;
4. Promover a integração da população migrante com base no Plano Municipal para a Integração de Migrantes (PMIM), através de estratégias e ações que estimulem maiores níveis de integração e que diminuam os problemas que afetam as comunidades migrantes e/ou uma maior interação entre estas e a sociedade de acolhimento;

Outras Ações

5. Assegurar o bom estado de conservação de todos os equipamentos de uso coletivo, de forma a criar um território com diversas atividades, com boa dinâmica económica e atrativo para a população.

CRITÉRIO - ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

Ações Prioritárias

1. Criar condições que reduzam o abandono e o insucesso escolar, bem como fomentar ações que promovam a alfabetização de adultos reduzindo, assim, a taxa de analfabetismo no concelho;
2. Investir na formação adequada da população desempregada, colmatando as diferenças entre a oferta de trabalho e a formação da população ativa;
3. Adequar a oferta formativa às necessidades locais;
4. Criar parcerias com as instituições de ensino superior e politécnico.

CRITÉRIO - MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Ações Prioritárias

1. Providenciar o aproveitamento dos fundos destinados à modernização administrativa do Município;
2. Capacitar o concelho com instrumentos facilitadores de procedimentos administrativos (e.g. licenciamentos zero) e que incrementem a transparência (e.g. sistema de informação geográfica);
3. Criação do Balcão Único Municipal
4. Criação de um *websig*;

Outras Ações

5. Disseminar os equipamentos administrativos pelos aglomerados do concelho em detrimento da sua concentração na sede de freguesia;
6. Aposta em parcerias com os municípios vizinhos para o desenvolvimento de soluções conjuntas para questões comuns.

CRITÉRIO – PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Ações Prioritárias

1. Promover a utilização de novas tecnologias nos serviços públicos, permitindo uma maior participação dos cidadãos no processo de desenvolvimento do concelho e, simultaneamente, integrar as sugestões da população incentivando com esta política uma maior participação e colaboração da mesma, de forma a evitar que o desenvolvimento do concelho seja guiado por processos que não são apoiados pela generalidade da população;
2. Reduzir a burocratização dos sistemas municipais promovendo a aproximação do executivo e técnicos à população, através de sessões de esclarecimento presenciais dada a taxa de escolarização da população, a realizar nas juntas de freguesia/associações sobre as políticas de desenvolvimento para o concelho;

3. Assegurar que a informação relevante chega à população que irá ser afetada pelas alterações de forma a permitir a sua participação na discussão dos planos e na tomada de decisão;

X.2.5.2.DIRETRIZES DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização de cada um dos critérios dos cinco FCD estabelece os indicadores para a sua análise, o tipo de avaliação efetuado, os objetivos, a unidade de medida, a periodicidade segundo a qual devem ser verificados, a situação de referência, metas a alcançar, e a fonte de informação que os pode fornecer (*vd.* Quadro X.2.27 a Quadro XI.2.31).

Considerando que o objetivo da monitorização, no âmbito do programa seguimento da AAE, deve ser pragmático e verificável e providenciar uma informação atualizada e objetiva, os Quadros XI.2.27 a XI.2.31 incorporam os indicadores mais importantes, uma vez que estes não têm de ser obrigatoriamente os mesmos que foram alvo na avaliação e análise tendencial.

Quadro X.2.27. Indicadores de monitorização para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos

Critério: Qualidade dos Recursos e ambiente sonoro							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Estado das massas de água superficiais (MASup) e subterrâneas (MASub)	A	Proteger, melhorar e recuperar o estado químico, físico e ecológico das massas de água superficiais e subterrâneas, de modo a alcançar o seu "Bom estado"	%º	6 anos	PGRH 2016-2021 MASup em Bom Estado (2021) = 37% MASup em Bom estado/potencial ecológico (2021) = 71% MASup em Bom estado químico (2021) = 82% MASub em Bom estado (2021) = 78% MASub em Bom estado químico (2021) = 38%	PGRH 2021-2027 MASup em Bom Estado (2027) = 67% MASup em Bom estado/potencial ecológico (2027) = 97% MASup em Bom estado químico (após 2027) = 100% MASub em Bom estado (após 2027) = 100% MASub em Bom estado químico (2027) = 67%	APA; ARH Alentejo
Disponibilidades hídricas	A		hm ³	Anual	2021	Aumentar as disponibilidades hídricas e reduzir o desperdício de água em: 20% para o setor urbano; 35% para o setor agrícola e 15% para a indústria (PNEUA: APA, 2012)	APA; AHA Alentejo SNIRH
Qualidade da água para consumo humano	A	Garantir a qualidade da água para consumo humano em conformidade com	% análises de água segura	Anual	Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro	Respeitar a legislação em vigor	APA ERSAR Autarquia

		a legislação em vigor					
Critério: Qualidade dos Recursos e ambiente sonoro (cont.)							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Fontes de poluição identificadas, por tipologia	A	Identificação das fontes de poluição – sonora, luminosa, do ar, da água, do solo - existentes no concelho	Nº e tipologia	4 anos	2023	100% de fontes de poluição identificadas	APA; ERSAR; Autarquia
Área de espaços verdes vs solo impermeabilizado	A	Promover o aumento do volume de infiltração das águas pluviais	m ² %	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	PDM	Autarquia
Volume de água reciclada utilizado	A	Promover a reutilização da água	m ³	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar o uso da água reciclada em conformidade com o Decreto-Lei n.º 119/2019 de 21 de agosto	APA ARH-Alentejo Autarquia
Incumprimentos dos valores limites legais estabelecidos para	A	Cumprimento dos valores limites legais estabelecidos para os	Nº	4 anos	QUALAR Resolução da Assembleia da República n.º 279/2018, de 23 de agosto de 2018	100% de cumprimentos	APA

os parâmetros de qualidade do ar		parâmetros de qualidade do ar					
Produção de energia a partir de fontes renováveis	A	Incremento da utilização de energias renováveis	kWh/ano	4 anos	2023	PNEC 2030 Incorporar 47 % de energia de fontes renováveis no consumo final bruto de energia;	ERSE; DGEG
Critério: Conservação da Natureza e Biodiversidade e Paisagem							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Infraestruturas hidráulicas com regime de caudais ecológicos implementado face ao número de infraestruturas hidráulicas em que é necessário garantir a implementação dos caudais ecológicos nas massas de água superficiais	A	Assegurar as disponibilidades de água para as utilizações atuais e futuras e garantir os caudais ecológicos nas massas de água superficiais	%	6 anos	2021	50% (2027)	APA – ARH Alentejo,

Locais com interesse conservacionista identificados. Área e estado de conservação	A	Preservar e valorizar os locais com interesse de conservação e respetivos habitats, valores naturais e paisagísticos	N.º e área (ha)	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	ICNF Autarquia
Locais com interesse conservacionista intercetados pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e outras infraestruturas	A	Evitar a fragmentação de habitats	ha	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	ICNF EFMA Autarquia
Índice de suscetibilidade dos solos à desertificação	A	Prevenir a erosão dos solos	%	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Diminuir	APA
Revestimento florestal como redutor de risco de erosão	A	Prevenir a erosão dos solos	ha	4	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Áreas afetadas por pragas florestais e evolução da área	A	Promover a conservação dos habitats, valores	ha - %	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Diminuir	ICNF Autarquia

dos locais com interesse conservacionista afetada por espécies infestantes		naturais e paisagísticos					
Estrutura Ecológica Municipal (EEM) no concelho	A	Promover a funcionalidade dos ecossistemas e a conectividade ecológica dos locais classificados ou com interesse de conservação	%	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Manter ou aumentar	Autarquia

Critério: Riscos Naturais, Mistos e Tecnológicos							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Ocorrências verificadas anualmente, por tipologia	A	Minimizar o grau de vulnerabilidade da população aos riscos naturais,	N.º	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Diminuir	ANEPC; Bombeiros; Autarquia

Habitantes, equipamentos e atividades económicas em áreas de risco natural, mistos e de risco tecnológico (por tipologia ou por classe de risco)	A	mistos e tecnológicos a que está sujeita	N.º/tipo	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Diminuir	Autarquia
Medidas e ações desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos	E	Proteger as populações dos fenómenos perigosos	N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	ANEPC; Bombeiros; Autarquia
Ações de sensibilização para os fenómenos perigosos	A	Sensibilização para os fenómenos perigosos	N.º	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	1/ano	ANEPC; Bombeiros; Autarquia

Critério: Alterações Climáticas							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Campanhas de sensibilização e esclarecimento	A	Sensibilização para as alterações climáticas.	N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	EMAAC-FA	Autarquia

relativas às alterações climáticas		Adoção de medidas de adaptação e de redução dos GEE					
Medidas de adaptação às alterações climáticas	A		N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	EMAAC-FA	Autarquia
Medidas de mitigação das alterações	A		%/ano	4 anos	2005	PNEC 2030 %/ setor 35/Residencial 70/Serviços 40/Transportes 11/Agricultura 30/Resíduos e águas residuais	APA

Critério: Preservação e valorização do património cultural							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Sítios arqueológicos classificados ou em	A	Promover a valorização e divulgação do	N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia

vias de classificação		património arqueológico histórico e cultural do concelho					
Circuitos históricos e culturais	A		N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Visitantes dos museus	A			4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Eventos culturais	A			Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Imóveis classificados	A			4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Intervenções de valorização paisagística/ ambiental	A	Conservar e valorizar o património arqueológico, cultural e edificado do concelho	N.º	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Sítios arqueológicos: preservados / valorizados	A			4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Ações/medidas de minimização de impactes sobre sítios arqueológicos	A			Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar o n.º de ações/medidas de minimização a integrar nos projetos que afetem sítios arqueológicos	Autarquia e DRCALEN/DGPC.
Sítios arqueológicos afetados	A			Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Identificar o património afetado Diminuir o número de afetações	Autarquia e DRCALEN/DGPC.

Quadro X.2.28. Indicadores de monitorização para o FCD2. População e Desenvolvimento Sustentável

Critério: Bem-estar da População							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Edifícios requalificados ou reabilitados	E	Promover a reabilitação ou requalificação dos edifícios dos edifícios públicos e de particulares	Nº	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	ENH EMH (em desenvolvimento)	Autarquia
Alojamentos sociais e alojamentos com rendas acessíveis	E/A	Promover o acesso da população à habitação social / de rendas acessíveis, sobretudo da mais desfavorecida	Nº	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	ENH EMH (em desenvolvimento)	Autarquia
Lotes destinados à construção de habitação social	E/A	Criar parcerias com entidades privadas para a construção de habitação social	Nº	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	ENH EMH (em desenvolvimento)	Autarquia

Critério: Bem-estar da População (cont.)							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Campanhas de sensibilização que informem sobre os benefícios de uma alimentação saudável, prática de desporto	E	Dinamizar, junto da população, informação/campanhas de sensibilização para a adoção de uma vida mais saudável e sustentável	Nº	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	2/ano	Autarquia
Campanhas de avaliação da qualidade do ambiente realizadas anualmente	E	Promover a realização de campanhas de avaliação da qualidade do ambiente e aplicar medidas de combate à poluição ambiental	Nº	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	1/ano	APA; Autarquia
Intervenções de qualificação do espaço urbano público	E	Qualificação do espaço urbano público	Nº	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	PARU-ORU/FA	Autarquia

Cobertura das infraestruturas básicas	E	Promoção da reabilitação e requalificação dos edifícios	%	4 anos	PENSAAR 2020	PENSAAR 2020 (ou PENSAARP 2030 em avaliação)	ERSAR Autarquia
---------------------------------------	---	---	---	--------	--------------	---	--------------------

Critério: Qualificação do Sistema Urbano							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de Medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Intervenções realizadas para a melhoria da eficiência das redes	E	Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, esgotos, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência;	Nº	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar eficiência	Autarquia
Aglomerados com cobertura de internet por <i>wireless</i>	E		%	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	100%	Autarquia
Equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados	E	Garantir uma oferta de equipamentos coletivos equilibrada no território, numa	Nº	4 anos	2023	Aumentar	Autarquia

		lógica de complementaridade					
Cicloviárias e/ou percursos pedonais criados	E/A	Promover os modos de mobilidade suave	km	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar PNEC 2030, PAMUS-FA ENMAC 2020-2030	Autarquia

Critério: Ambiente e Sustentabilidade do Território							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos	E/A	Tornar o concelho acessível para todos, na lógica do <i>design for all</i> , com enfoque nos espaços urbanos e turísticos	N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Melhoria da acessibilidade para todos PAMUS-FA ENMAC 2020-2030	Autarquia
Postos de carregamento para automóveis elétricos instalados	A	Promover a aquisição de automóveis elétricos	N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	PNEC 2030 (redução de 40% de emissões nos transportes em relação a 2005)	Autarquia
Níveis de ruído no interior dos aglomerados	A	Reordenar o tráfego no interior dos aglomerados, reduzindo o seu	L _{den} L _n	Anual	2023	Valores limite Regulamento Geral do Ruído	APA Autarquia

		volume e emissões de GEE					
Monitorização da qualidade do ar	A	Promover a qualidade do ar	Nº	Anual	2023	Resolução da Assembleia da República n.º 279/2018, de 23 de agosto de 2018 Legislação em vigor	APA Autarquia
Critério: Ambiente e Sustentabilidade do Território (cont.)							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Ações dirigidas às crianças e jovens sobre a importância de preservar os recursos naturais e da política dos 5 R	E/A	Promover a conservação da natureza e da economia circular	N.º	Anual	2023	ENCNB Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017 (Plano de Ação para a Economia Circular)	Autarquia
Valor médio de passageiros/dia nos transportes públicos, por carreira	A	Promover a utilização do transporte público no dia a dia e nas deslocações pendulares	N.º	4 anos	2023	Aumentar PNEC 2030, PAMUS-FA	Autarquia

Quadro X.2.29. Indicadores de monitorização para o FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico

Critério: Dinâmica económica							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
VAB do concelho (CAE - Rev. 3)	E	Reforço da base económica	€	4 anos	2023	Evolução positiva	INE
Empresas criadas por CAE	E	Diversificar a base económica e fixação de empresas ambientalmente sustentáveis	Nº	4 anos	2023	Evolução positiva	INE
Empresas com certificação ambiental	E/A	Diversificar a base económica e fixação de empresas ambientalmente sustentáveis	N.º	4 anos	Empresas certificadas em 2023	Aumentar	<i>Iso survey</i>
Empresas instaladas em áreas de atividades económicas	E	Regeneração de áreas industriais obsoletas ou degradadas	Taxa de execução (%)	4 anos	N.º de espaços económicos previstos no PDM	100% de execução	Autarquia
Capacidade de alojamento em	E/A	Criação de produtos turísticos	Nº camas / tipo	4 anos	TP 2021	PROT Alentejo	Turismo de Portugal

empreendimentos turísticos por tipologia		inovadores e de qualidade, baseados no património natural e cultural					SIGTUR
Crescimento do n.º de dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico	A	Atratividade do concelho para turistas nacionais e Internacionais	% / ano	Anual	% / em 2023	Aumentar	INE; Turismo de Portugal SIGTUR
Empresas de reconhecidas como Turismo de Natureza;	A	Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	Nº	4 anos	N.º 2023	Aumentar	ICNF

Critério: Emprego/Emprego Qualificado

Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Crescimento do emprego nos setores do alojamento, restauração,	A	Aumento da oferta de serviços relacionados com o turismo	% por setor	4 anos	% 2023	Aumentar	INE

animação turística e turismo de natureza							
Crescimento do emprego por setor de atividade e por nível de qualificação académica e profissional	A	Desenvolvimento da base económica e do mercado de trabalho qualificado	% de população ativa empregada por setor/nível académico	4 anos	% por setor / nível académico em 2023	Aumentar	INE; IEFP
Ações de formação, n.º de Inscritos e horas de formação	A	Qualificação da mão-de-obra e dos agentes económicos	Nº / ano	4 anos	Nº em 2023	Código do Trabalho pela Lei n.º 93/2019, de 4 de setembro (40 h/ano)	IEFP; Autarquia
Certificações empresariais e de produtos/serviços certificados	A	Certificação de práticas e produtos	Nº	4 anos	Nº em 2023	Aumento do n.º de empresas e de produtos/serviços certificados	Autarquia
Critério: Fixação de população e melhoria da qualidade de vida							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Crescimento efetivo da população residente e por grupos etários	E/A	Promoção da fixação de população ativa no concelho	%	4 anos	Censos 2021	Aumentar o crescimento efetivo da população com base no aumento do n.º de jovens e jovens adultos	INE
Intervenções na melhoria dos	E	Conservação dos equipamentos de uso coletivo	Nº	4 anos	2023	Melhoria contínua dos equipamentos públicos com vista à sua adequação ao uso	Autarquia

equipamentos públicos							
Cobertura da rede de transportes e dos transportes escolares	E	Promoção da fixação de população ativa no concelho	km	Anual	Km em 2023	100% população servida	Autarquia
Custo da utilização do transporte público	E	Potenciar o uso do transporte público à população e promover o acesso deste à população mais desfavorecida	€/km	Anual	Valor em 2023	Reduzir o custo	Autarquia
Alojamentos de habitação social	E	Promover o acesso a habitação condigna de pessoas com baixos recursos económicos	Nº	4 anos	2023	100% população carenciada servida	Autarquia

Quadro X.2.30. Indicadores de monitorização para o FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território

Critério: Equilíbrio do sistema territorial							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Crescimento da classe "urbano" no uso do solo	E/A	Conter o povoamento disperso	%	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	% definida no PDM	Autarquia

Crescimento da população residente fora dos aglomerados urbanos	A		%	4 anos	Censos 2021	Não aumentar o nº de licenças do Ano 0 para novas construções	INE
Crescimento do n.º de licenças administrativas em solo rústico	A		%	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Não aumentar o nº de licenças do Ano 0 para novas construções	Autarquia
Evolução do peso do n.º de alojamentos dentro dos perímetros urbanos vs fora dos perímetros urbanos	E/A	Conter os perímetros, colmatando as malhas com o preenchimento de interstícios	%	4 anos	2023	Manter ou aumentar	INE

Critério: Equilíbrio do sistema territorial

Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos	E/A	Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer para áreas degradadas e/ou subaproveitadas	N/m ^{2o}	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	PDM	Autarquia

Critério: Promoção do território

Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) /	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
-----------	---	-----------	-------------------	------------	------------------------	-------	----------------------

	Efeitos Significativos no Ambiente (A)						
Ações do plano de <i>marketing</i> territorial desenvolvidas	A	Criação de uma imagem de marca forte para o concelho	Nº	4 anos	Data de publicação do Plano de Marketing	Plano de Marketing	Autarquia
Volume de negócios	A	Criação/Recriação de produtos	€	4 anos	2023	Aumentar	INE; Autarquia
Eventos de promoção turística e cultural do concelho	A	Promoção do concelho	Nº	4 anos	2023	Aumentar	Autarquia

Quadro XI.2.31. Indicadores de monitorização para o FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança

Critério: Melhoria dos serviços de saúde e fomento dos mecanismos de proteção social							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Famílias alojadas através do Programa Local de Habitação	A	Redução da pobreza e da exclusão social	N.º residentes	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Risco de pobreza	A		%		2023	Diminuir	INE
Consultas nos centros de saúde	A	Melhorar as condições de saúde da população	N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Médicos e enfermeiros por habitante			N.º de médicos e de enfermeiros por habitante		2023	Aumentar	INE ARS- Alentejo
Critério: Elevação dos níveis de qualificação da população							

Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
População por nível de escolaridade	A	Incremento dos níveis de escolaridade da população residente e do sucesso escolar	%	4 anos	Censos 2021	Aumentar a % de níveis mais elevados de escolaridade na população residente	INE
Abandono e insucesso escolar	A		%	Anual	Ano escolar 2022/2023	Diminuir	Direção Regional de Educação do Alentejo (DRE Alentejo)

Critério: Modernização e Administração Pública							
Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Serviços <i>online</i> criados pelas entidades públicas	A	Modernizar as entidades públicas aperfeiçoando a eficiência e qualidade dos serviços públicos a articulação e a cooperação com a administração central e regional	N.º	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Duração dos procedimentos administrativos e número de entidades envolvidas	A		N.º de dias por entidade	4 anos	Ano de publicação da revisão do PDM	Diminuir até garantir CPA ou legislação aplicável	Autarquia
Critério: Participação Pública							

Indicador	Tipo de avaliação Execução do PDM (E) / Efeitos Significativos no Ambiente (A)	Objetivos	Unidade de medida	Frequência	Situação de referência	Metas	Fontes de informação
Participação pública <i>online</i>	A	Promover o uso de novas tecnologias nos serviços públicos e pelos cidadãos	Nº de acessos	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia
Ações de sensibilização e participação em Fóruns de acompanhamento da execução do PDM/ sessões da Assembleia Municipal	A	Assegurar a informação, sensibilização e a participação do cidadão, bem como mobilizar e incentivar a sociedade civil para os assuntos locais	N.º	Anual	Ano de publicação da revisão do PDM	Aumentar	Autarquia

X.2.5.3. DIRETRIZES DE GOVERNANÇA

As diretrizes de governança são o instrumento que permite verificar as responsabilidades institucionais associadas a cada um dos critérios enunciados. Estas entidades devem acompanhar os planos desde a sua fase de implementação até à fase de revisão, garantindo que todos os riscos identificados possam ser minimizados e que são concretizadas/potenciadas as oportunidades reveladas.

Assim, numa fase inicial procede-se à identificação de todas as entidades, e numa fase posterior, é realizada a caracterização das suas principais funções e objetivos. O envolvimento das diversas entidades para a implementação do PDM de Ferreira do Alentejo é um fator determinante para o seu sucesso.

O envolvimento, colaboração e articulação entre setores e as diversas entidades intervenientes na elaboração e implementação do PDM de Ferreira do Alentejo é essencial para que o mesmo atinja os objetivos a que se propõe, destacando-se, como entidade fundamental na execução deste, a Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo. Todavia, existem outras entidades que, face às suas competências, desempenham igualmente um papel de relevo na concretização e operacionalização do PDM, tais como:

1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
2. Assembleia Municipal de Ferreira do Alentejo;
3. Administração Regional de Saúde do Alentejo, I. P.;
4. Agência Portuguesa do Ambiente, I. P. - ARH Alentejo;
5. Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM);
6. Autoridade Nacional de Aviação Civil (ANAC);
7. Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil;

8. Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
9. Direção-Geral de Energia e Geologia;
10. Direção-Geral do Território;
11. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo;
12. Direção Regional de Cultura do Alentejo;
13. EDIA - Empresa de Desenvolvimento e Infraestruturas do Alqueva, S. A.
14. EDP;
15. IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
16. Infraestruturas de Portugal, S. A.;
17. Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. – Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo;
18. Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P.;
19. REN - Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S. A.;
20. Turismo de Portugal, I. P.;
21. Câmara Municipal de Beja;
22. Câmara Municipal de Cuba;
23. Câmara Municipal de Alvito;
24. Câmara Municipal de Alcácer do Sal;
25. Câmara Municipal de Aljustrel;
26. Câmara Municipal de Grândola;
27. Câmara Municipal de Santiago do Cacém.

A estas entidades deverão ainda associar-se:

1. a População, em geral;
2. as Associações Locais;
3. as ONG - Organizações Não Governamentais;
4. as Entidades/Associações Empresariais;
5. as IPSS - Instituições Públicas de Solidariedade Social;

6. a Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo.

A FUNÇÃO DO MUNICÍPIO DE FERREIRA DO ALENTEJO

1. Manter o diálogo institucional com as várias entidades competentes e com as várias escalas de planeamento supramunicipal;
2. manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas a nível municipal e assegurar o seu enquadramento nas orientações regionais e nacionais;
3. envidar esforços na atração de investimentos que assegurem a concretização da estratégia definida;
4. desenvolver ações e eventos que promovam e potenciem o turismo e a atração de visitantes ao concelho;
5. identificar as áreas com elementos de interesse cultural ou natural que se encontrem degradadas e promover a sua recuperação e preservação;
6. implementar estratégias que fomentem a reabilitação do edificado degradado e funcionalmente desadequado, promovendo novas ocupações com reforço da coesão social e economia local;
7. assegurar e promover a articulação com os concelhos adjacentes para efeitos de estruturação e implementação da Estrutura Ecológica Municipal de forma a garantir a continuidade dos processos ecológicos à escala regional;
8. promover, em parceria com as entidades competentes, ações de vigilância e controle que permitam prevenir a ocorrência de riscos (naturais, mistos, tecnológicos, ruído e qualidade do ar);
9. assegurar em colaboração as entidades competentes, uma correta e eficaz infraestruturação do território concelhio e a dotação dos equipamentos de uso coletivo necessários;
10. adoção e implementação de políticas e medidas destinadas ao combate às alterações climáticas, quer ao nível da **mitigação**, com incentivos que promovam a eficiência

energética e o uso de fontes renováveis de energia contribuindo para a redução das emissões de GEE, por fonte emissora e com ações de plantação/rearborização, quer ao nível da **adaptação**, interditando/condicionando a ocupação humana de áreas com risco de cheias e inundações;

11. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a detetar comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;
12. promover e apoiar os processos de participação pública;
13. promover ações de informação e de sensibilização das populações;
14. disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada sobre o território.

A FUNÇÃO DAS OUTRAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

1. Definir políticas e macro estratégias de ambiente e desenvolvimento sustentável e assegurar a sua integração nas diversas políticas setoriais e a nível municipal;
2. manter atualizados os diagnósticos, as perspetivas de desenvolvimento e as orientações estratégicas e as metas definidas em termos de ambiente e desenvolvimento sustentável;
3. implementar as medidas e recomendações identificadas nos planos e documentos estratégicos e promover ações de monitorização;
4. desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
5. disponibilizar estatísticas, indicadores e informação atualizada;
6. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A FUNÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

1. manterem-se informadas sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. promover a participação pública e o esclarecimento da população;

3. colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e minimização de impactes ambientais;
4. acompanhar a monitorização da implementação do PDM em matéria ambiental;
5. desenvolver ações e programas de formação e sensibilização da população;
6. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade.

A FUNÇÃO DAS ENTIDADES / ASSOCIAÇÕES EMPRESARIAIS

1. Manterem-se informadas sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente a Câmara Municipal;
3. adotar práticas diárias e modelos de responsabilidade no estabelecimento dos objetivos de produção e na gestão operacional que evitem a sobre-exploração e a degradação dos recursos;
4. adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética.

A FUNÇÃO DA POPULAÇÃO / ASSOCIAÇÕES LOCAIS

1. Manterem-se informadas sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente pela Câmara Municipal;
3. adotar práticas diárias e comportamentos que promovam a valorização ambiental, cultural e energética;
4. manter vigilância sobre o território concelhio de forma a alertar para comportamentos e situações não adequadas em termos de ambiente e de sustentabilidade;

5. criar comissões de bairro.

A FUNÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

1. Manterem-se informadas sobre os planos/projetos previstos e em curso e participar nos processos de Discussão Pública;
2. participar nas ações promovidas pelas associações locais e por outras entidades, nomeadamente pela Câmara Municipal;
3. colaborar com o município para a definição de estratégias de prevenção e minimização de impactes sociais;
4. colaborar com o município e acompanhar a implementação do PDMFA no que respeita às medidas de carácter social, nomeadamente em relação aos apoios sociais destinados aos idosos e crianças.

X.2.6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A AAE é um procedimento essencial no processo de revisão do PDM visto que permite aferir os principais efeitos do PDM sobre o ambiente, identificando as principais oportunidades e riscos existentes, uma vez que decorreu a par com a revisão do PDM e influenciou as opções estratégicas deste.

O Relatório Ambiental confirmou os cinco fatores críticos para a decisão (FCD) identificados na fase anterior de definição do âmbito da AAE:

- FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos;
- FCD2. População e Desenvolvimento Sustentável;
- FCD3. Desenvolvimento Socioeconómico;

- FCD4. Estruturação, Qualificação e Promoção do Território;
- FCD5. Inclusão, Coesão Social e Governança.

e permitiu concluir, que os mesmos se encontram fortemente associados aos objetivos estratégicos definidos na proposta de revisão do PDM de Ferreira do Alentejo, que visam:

- uma mudança gradual, alicerçada na valorização do seu território, das pessoas e das atividades, de afirmação da identidade e de projeção da sua atratividade e desenvolvimento sustentável;
- a revitalização, fortalecimento e diversificação da economia local, a salvaguarda dos recursos naturais e paisagísticos, a redução da vulnerabilidade do território aos riscos naturais, o ordenamento do território e a qualificação do espaço urbano;
- e, uma sociedade mais qualificada, com mais jovens, apoiada e menos excluída, cultural e economicamente resiliente, mais participativa e confiante no futuro.

Neste contexto, a estratégia preconizada na revisão do PDM de Ferreira do Alentejo encontra-se ancorada em desígnios de sustentabilidade ambiental, social, económica e institucional, abrindo caminhos e oportunidades para alcançar a visão assumida em sede de estratégia de desenvolvimento, nomeadamente:

Ferreira do Alentejo: um concelho empreendedor, criativo, sustentável e inclusivo, que atrai pessoas e empresas.

A necessidade de potenciar o crescimento da economia e o seu desenvolvimento assume-se como um dos objetivos plasmados na estratégia de desenvolvimento de Ferreira do Alentejo através de um conjunto de projetos norteados pelas seguintes linhas orientadoras:

- a criação de condições para a instalação de atividades complementares ao setor agrícola, preferencialmente, no domínio da inovação e tecnologia consubstanciada na aposta em ligações com as instituições de ensino superior;

- a promoção do concelho sustentada nos produtos endógenos com destaque para a fileira agroindustrial;
- e, ainda, na oferta turística sustentada em serviços de qualidade que promovam os valores naturais, paisagísticos e culturais do território.

O setor do turismo é assumido com o propósito de diversificar a base económica do concelho, alicerçada no setor agrícola, contribuindo para captar e fixar população, contrariando a tendência de decréscimo da população residente. Contudo, para o desenvolvimento sustentável do setor turístico é imperativo apostar na qualificação territorial, dos recursos e do ambiente.

Efetivamente, preservar e valorizar os recursos e apostar num ambiente mais saudável e seguro, menos vulnerável aos riscos naturais, bem como ordenar o território, promovendo o equilíbrio e o policentrismo da rede urbana e qualificar o espaço urbano (inclusivo e dotado de infraestruturas e equipamentos de qualidade) constituem linhas estratégicas orientadoras da revisão do PDM de Ferreira do Alentejo.

No domínio do ambiente, destacam-se as intervenções de valorização do património natural através da criação de recursos turísticos, nomeadamente redes de percursos, atividades de animação turística e de promoção da albufeira de Odivelas, das principais linhas de água, da Serra do Mira (ou Paço) e das áreas de montado. A preservação do ambiente natural e social no desenvolvimento das práticas agrícolas constitui também uma preocupação patente na estratégia de desenvolvimento do PDM de Ferreira do Alentejo, nomeadamente pela criação da Estrutura Ecológica Municipal e pela implantação de faixas de proteção aos aglomerados urbanos, respetivamente.

Ao nível do território, registam-se como principais objetivos estratégicos a criação e melhoria dos principais espaços públicos de recreio e lazer do concelho, numa lógica de acessibilidade

para todos, a qual se deverá estender, preferencialmente, para outros projetos municipais e privados, atentando ao enorme potencial de atração de visitantes e turistas para o território; e a promoção e dinamização do património cultural.

A concretização dos objetivos estratégicos associados ao ambiente e território deverá funcionar como fator propulsor do objetivo estratégico de crescimento económico e desenvolvimento e que, simultaneamente, seja impulsionado pelo mesmo. De forma complementar, o objetivo estratégico de promoção ambiental visa a minimização da vulnerabilidade do território aos riscos naturais, mistos e tecnológicos, que assumem especial importância num contexto de alterações climáticas.

Assim, e não obstante os riscos assinalados no capítulo X2.4, não foram identificadas incompatibilidades entre a estratégia proposta e os objetivos gerais de ambiente e sustentabilidade, o que se pode justificar pelas preocupações ambientais manifestadas em sede de concretização da estratégia de desenvolvimento. Este procedimento garantiu, por um lado, a coerência com as estratégias regionais, nacionais, europeias e internacionais e, por outro, a estreita relação entre o desenvolvimento das orientações estratégicas do plano e o processo de avaliação ambiental, concretizada na permanente troca de impressões com o intuito de conferir elevados índices de sustentabilidade à estratégia preconizada.

Por último considera-se que a revisão do PDM de Ferreira do Alentejo configura um conjunto de oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico, ambiental e institucional, que incrementarão a qualidade de vida e a coesão social e territorial do concelho.

X.2.7. BIBLIOGRAFIA

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo (2019) - "Diagnóstico Social e Plano Desenvolvimento Social de Ferreira do Alentejo 2019-2022".

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo; SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação (2019) - "Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ferreira do Alentejo"

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo; ClimAdaPT.Local (s/d) - "Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas" (EMAAC) de Ferreira do Alentejo.

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo; Rural Mark-Planeamento e Gestão de Recursos Naturais (2018, revisão) - "Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC) de Ferreira do Alentejo".

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo-Proteção Civil; Enhidrica (2019, revisão) - "Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) de Ferreira do Alentejo".

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, Mpt-Mobilidade e Planeamento do Território (2016) - "Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Ferreira do Alentejo".

Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo; Círculo Redondo-Consultoria e Gestão (2019) - "Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Ferreira do Alentejo".

Governo de Portugal (2020) – Plano Nacional de Investimentos (PNI) 2030 - O Programa Nacional de Investimentos 2030 (PNI 2030) tem como objetivo ser o instrumento de

planeamento do próximo ciclo de investimentos estratégicos e estruturantes de âmbito nacional, para fazer face às necessidades e desafios da próxima década e décadas vindouras. Governo de Portugal (2019) – Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 (PDR). Atualização

Ministério do Planeamento (2021) – “Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro”

Ministério do Ambiente Transição Energética; Fundo ambiental; Agência Portuguesa do Ambiente (2019) – “Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050” (RNC2050)

CCDR Alentejo (s/d) - “Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Alentejo (EREI) 2030”

CCDR Alentejo / Quaternaire Portugal (2022) - Avaliação Ex-ante e Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional do Alentejo para o período de programação 2021-2027

CCDR Alentejo (2022) - Programa Operacional Regional do Alentejo 2021-2027 (versão 1.2 | CCI 2021PT16FFPR005)

CCDR Alentejo (2020) - “Estratégia Regional Alentejo (ERA) 2030”

CCDR Alentejo (2018) – “Contributo Regional do Alentejo para a Estratégia Portugal 2030”

CCDR Alentejo (2010) - “PROT Alentejo - Plano regional de Ordenamento do Território do Alentejo”. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (2018) - Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Baixo Alentejo (PIAAC-BA)

Comunidade Intermunicipal do Baixo Alentejo (2016) - Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) do Baixo Alentejo, Fases 1 a 4.

COMISSÃO EUROPEIA (2019) - “Europa 2030 – Europa Sustentável até 2030: dos objetivos aos resultados. Bruxelas.

PORTUGAL 2030 - “Acordo de Parceria 2021-2027”

SPI-Sociedade Portuguesa de Inovação (2019) - “Plano Estratégico de Desenvolvimento de Ferreira do Alentejo (PEDFA)”, Fases 2 e 3.

Círculo Redondo-Consultoria e Gestão (2019) - “Operação de Reabilitação Urbana (ORU) de Ferreira do Alentejo”.

RuralMark (2021) – Plano Municipal de defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) de Ferreira do Alentejo, Caderno II, Plano de Ação (atualização).

Mpt-mobilidade e planeamento do território (2016) - Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) de Ferreira do Alentejo.

EY Parthenon (2020) - Estratégia Regional de Desenvolvimento Turístico do Alentejo e do Ribatejo para o período 2021-2027 (Relatório final).

Comissão Nacional do Território (CNT)/DGT (2020) - “Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais”

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Centro (CCDRC, 2019) - "Guia orientador – revisão do PDM",

APA (2020) - Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas

APA (2020) - A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas

LEGISLAÇÃO

Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro - Aprova a Convenção Europeia da Paisagem.

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto - Redefine o Plano Rodoviário Nacional (PRN) e cria estradas regionais.

Decreto-Lei n.º 137/2014 de 12 de setembro - Estabelece o modelo de governação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI), compreendendo o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o Fundo Social Europeu (FSE), o Fundo de Coesão (FC), o **Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)**, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (FEAMP) e respetivos programas operacionais (PO) e **programas de desenvolvimento rural (PDR)**.

Decreto-Lei n.º 80/2015, 14 de maio - Estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, alterado pelo Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 25/2021, de 29 de março.

Decreto-Lei n.º 242/2015, de 15 de outubro - Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho, que aprova o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade.

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro - Aprova o Plano Nacional da Água e cria a Comissão Interministerial de Coordenação da Água.

Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho - Estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem.

Despacho n.º 8277/2007, de 5 de setembro - Aprova a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI). A Estratégia para o período 2018-2025 foi apresentada publicamente a 30 de novembro de 2017 e submetida para apreciação do Governo no início de 2018. A ENEAPAI encontra-se em revisão.

Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril - Aprova a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por «PENSAAR 2020 - Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais».

Despacho n.º 111720-2019-PRE – Constituição e composição da Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal de Ferreira do Alentejo.

Despacho n.º 1230/2018, de 5 de fevereiro - Aprova o Código de Boas Práticas Agrícolas.

Aviso n.º 8999/2019, de 23 de maio de 2019 - Aprovação da Operação de Reabilitação Urbana (ORU) a executar na Área de Reabilitação Urbana de Ferreira do Alentejo

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro - Lei de Bases do Sistema Educativo, alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de setembro, Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto e pela Lei n.º 65/2015 de 3 de julho.

Lei 31/2014, de 30 de maio - Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, alterada pela Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 3/2021 de 7 de janeiro.

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro - Aprova a primeira revisão do Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

Portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro de 2014 - Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020), alterada pela Portaria n.º 241 -B/2019, de 31 de julho, que aprova o PERSU 2020+

Portaria n.º 54/2019, de 11 de fevereiro - Aprova o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo (PROF-ALT).

Portaria n.º 164/2010, de 16 de março - Aprova a lista das zonas vulneráveis e as cartas das zonas vulneráveis do continente.

Portaria n.º 259/2012, de 28 de agosto - Estabelece o Programa de Ação para as Zonas Vulneráveis de Portugal Continental, identificadas pela Portaria n.º 164/2010, de 16 de março.

Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, **estabelece disposições comuns e gerais relativas** ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao **Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural** e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho.

Regulamento (UE) n.º 1305/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 **relativo ao apoio ao desenvolvimento rural pelo Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER)** e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1698/2005 do Conselho.

Resolução da Assembleia da República n.º 11 /2003, de 25 de fevereiro - Aprova a Convenção de *Aarhus*.

Resolução da Assembleia da República n.º 279/2018, de 23 de agosto - Recomenda ao Governo medidas urgentes para acabar com o problema ambiental e de saúde pública relacionado com a laboração do bagaço de azeitona, em Fortes, Ferreira do Alentejo, e nos concelhos limítrofes.

Resolução da Assembleia da República n.º 154/2019 de 23 de agosto – Recomenda ao Governo que, na próxima legislatura, na análise dos investimentos para o período 2021-2030:

- a) Tenha em consideração as propostas que constam do relatório do Grupo de Trabalho - Programa Nacional de Investimentos 2030, anexo à presente resolução;*
- b) Em articulação com o Conselho Superior de Obras Públicas, consolide uma avaliação, em função de critérios de competitividade económica, coesão social e territorial e sustentabilidade orçamental, que permita definir os investimentos prioritários, tendo presente a restrição orçamental.*

Resolução da Assembleia da República n.º 176/2021, de 24 de junho - Recomenda ao Governo a salvaguarda do património arqueológico em risco no âmbito de atividades de produção agrícola e florestal

Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2015, de 7 de julho - Aprova a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho - Aprova o «Quadro Estratégico para a Política Climática», o «Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2030» e a «Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020». A Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020 de 10 de julho, revoga o Programa Nacional para as Alterações Climáticas 2020/2030 e prorroga até 31 de dezembro de 2025 a vigência da Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (ENAAAC 2025)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho - Aprova o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030). Revoga o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC 2030), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho, o Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE) e o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis (PNAER), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 10 de abril, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021. Prorroga até 31 de dezembro de 2025 a vigência da Estratégia Nacional para a Adaptação às Alterações Climáticas, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho

Resolução do Conselho de Ministros n.º 130/2019, de 2 de agosto - Aprova o Programa de Ação para a Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC)

Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2020 de 27 de março - Aprova a revisão do Programa de Valorização do Interior (PVI), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 116/2018, de 6 de setembro. Esta Resolução do Conselho de Ministros promove a

substituição do Programa Nacional para a Coesão Territorial (PNCT), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro, pelo PVI.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto - Aprova a versão final revista do Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas - PETI3+, para o horizonte 2014-2020.

Resolução de Conselho de Ministros n.º 69/99, de 9 de julho - Aprova o Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD), alterado e atualizado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 78/2014, de 24 de dezembro.

Resolução de Conselhos de Ministros n.º 113/2005, de 30 de junho - Aprova o Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - Bases e Linhas Orientadoras (PNUEA). Este plano encontra-se em revisão.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2005-2015 (ENDS).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2007, de 21 de dezembro - Aprova o Plano de Ordenamento da Albufeira de Odivelas (POAO).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 91/2008, de 4 de junho - Aprova o Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS).

Resolução de Conselhos de Ministros n.º 53/2010, 2 de agosto - Aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA) posteriormente retificado através da Declaração de Retificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6-B/2015, de 4 de fevereiro - Aprova a Estratégia Nacional para as Florestas (ENF).

Resolução de Conselho de Ministros n.º 46/2016, de 26 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional para o Ar (ENAR 2020). A ENAR preconiza as medidas e ações para cumprimento integral dos objetivos legais em vigor até 2020, permitindo ambicionar que, em 2030, Portugal se posicione mais próximo dos objetivos recomendados pela Organização mundial de Saúde (OMS) para a proteção da saúde.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 52/2016, de 20 de setembro - Aprova os Planos de Gestão das Bacias Hidrográficas integradas na Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 51/2015, de 21 de julho - Aprova o Programa Nacional de Turismo Natureza (PNTN).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro - Aprova a Estratégia para o Turismo 2027.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 76/2021, de 16 de junho - Aprova o Plano Reativar o Turismo | Construir o Futuro (PRT/CF).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2021, de 27 de julho - Define orientações e recomendações relativas à informação e sustentabilidade da atividade agrícola intensiva.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho - Cria o Programa de Transformação da Paisagem.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 86/2020, de 13 de outubro - Aprova a Agenda de Inovação para a Agricultura 2020-2030.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro – Aprova a Estratégia Portugal 2030.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio - Aprova a Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro - Estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021 -2027.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/2018, de 12 de outubro - Aprova o Programa Nacional de Regadios (PNR) que visa a expansão, reabilitação e modernização dos regadios existentes e a criação de novas áreas regadas, designadamente com potencial de ligação às existentes, com o objetivo de promover o regadio e outras infraestruturas coletivas, numa ótica de sustentabilidade, contribuindo para a adaptação às alterações climáticas, o combate à desertificação e a utilização mais eficiente dos recursos.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019 - Aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), adotando o compromisso de alcançar a neutralidade carbónica em Portugal até 2050, que se traduz num balanço neutro entre emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e o sequestro de carbono pelo uso do solo e florestas.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 190 -A/2017, de 11 de dezembro – Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal (PAEC), alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 108/2019 de 2 de julho.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/2022 de 25 de janeiro – Aprova a Estratégia Nacional para os Efluentes Agropecuários e Agroindustriais (ENEAPAI 2030).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2023, de 24 de março - Aprova o Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019, de 2 de agosto - Aprova a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030).

OUTRAS FONTES

<https://www.apambiente.pt>

<https://www.dgadr.gov.pt>

<https://www.fct.pt/dsi/tecnologiasemergentes/index.phtml.pt>

<http://www.iftf.org/home/>

<https://www.adp.pt/>

<http://whhttp://www.proder.pt/homepage.html>

<https://www.dre.pt/homepage.html>

https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/about_the_european_commission

<https://eurocid.mne.gov.pt/portugal-2030>

<https://www.portugal2020.pt/content/recuperar-portugal-e-o-novo-site-do-prr>

<https://recuperarportugal.gov.pt/plano-de-recuperacao-e-resiliencia/>

https://ec.europa.eu/info/strategy/recovery-plan-europe_pt

<https://dados.gov.pt/pt/>

X.2.8. ANEXO I - QUADRO SÍNTESE DA AVALIAÇÃO DAS QUESTÕES ESTRATÉGICAS DO PDMFA PARA OS CINCO FCD

FCD		FCD.1 Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos					FCD.2 População e Desenvolvimento Sustentável			FCD.3 Desenvolvimento Socioeconómico			FCD.4 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território		FCD.5 Inclusão, Coesão Social e Governança			
Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos (OE)	Critérios de avaliação	QUALIDADE DOS RECURSOS E AMBIENTE SONORO	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE E PAISAGEM	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	RISCOS NATURAIS, MISTOS E TECNOLÓGICOS	PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO	AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO	DINÂMICA ECONÓMICA	EMPREGO/EMPREGO QUALIFICADO	FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL	PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E FOMENTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
		EAE1. Qualidade e Sustentabilidade do Território - Promover a sustentabilidade dos recursos naturais e a qualidade ambiental, urbana e paisagística do território	OE.1															
OE.2																		
OE.3																		
OE.4																		
OE.5																		
EAE2. Coesão Social e Qualidade de Vida - Incrementar a atratividade residencial e garantir padrões elevados de qualidade de vida e a coesão social	OE.1																	
	OE.2																	
	OE.3																	
	OE.4																	
	OE.5																	
EAE3. Desenvolvimento Económico, Inovação e Emprego - Fortalecer a competitividade económica, promover a inovação e sustentabilidade das atividades e a criação de mais e melhor emprego	OE.1																	
	OE.2																	
	OE.3																	
	OE.4																	
	OE.5																	
EAE4. Identidade e Promoção do Território - Reafirmar a identidade local e promover Ferreira do Alentejo e os seus valores endógenos	OE.1																	
	OE.2																	
	OE.3																	
	OE.1																	

FCD	FCD.1 Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos					FCD.2 População e Desenvolvimento Sustentável			FCD.3 Desenvolvimento Socioeconómico			FCD.4 Estruturação, Qualificação e Promoção do Território		FCD.5 Inclusão, Coesão Social e Governança			
	QUALIDADE DOS RECURSOS E AMBIENTE SONORO	CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE E PAISAGEM	ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	RISCOS NATURAIS, MISTOS E TECNOLÓGICOS	PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO DO SISTEMA URBANO	AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO	DINÂMICA ECONÓMICA	EMPREGO/EMPREGO QUALIFICADO	FIXAÇÃO DE POPULAÇÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	EQUILÍBRIO DO SISTEMA TERRITORIAL	PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO	MELHORIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E FOMENTO DOS MECANISMOS DE PROTEÇÃO SOCIAL	ELEVAÇÃO DOS NÍVEIS DE QUALIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
Eixos de Ação Estratégica (EAE) PDM/Objetivos Estratégicos (OE) EAES.Cooperação e Cidadania - Cooperação territorial e institucional e a promoção da cidadania e mobilização da sociedade	OE.2																
	OE.3																
	OE.4																

OS
O
RS
R
SR
 OS - Oportunidades significativas; O - Oportunidades; RS - Riscos significativos; R - Riscos; SR - Sem relação

X.2.9. ANEXO II – PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE AO RFCD (ELEMENTOS INICIAIS)

Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
Devem ser propostos indicadores objetivos e mensuráveis, que permitam verificar ou comprovar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do plano, quanto à mitigação ou agravamento de situações de risco na área do mesmo	Foram introduzidos no Quadro X.1.10 as unidades de medida para todos os indicadores

APA – ARH Alentejo	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
Quanto ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), concorda-se globalmente com os documentos de carácter estratégico elencados. No entanto, julga-se que se encontra muito extenso. As boas práticas em matéria de AAE sugerem que não se ultrapasse os 30 instrumentos, pelo que se recomenda um esforço de síntese antes de avançar para a próxima fase desta AAE.	Relativamente ao número de instrumentos que compõem o QRE, concorda-se que o mesmo é extenso, no entanto há a considerar que cada caso é um caso, como aliás é mencionado no próprio Guia das Melhores Práticas de AAE, bem como, sendo a CA composta por diversas entidades, foi solicitado a introdução de outros instrumentos de relevante importância, sendo os mesmos considerados. Em síntese, foram retirados alguns instrumentos e adicionados outros conforme solicitação/comentário de diversas entidades que compõem a CC. Note-se ainda que existe uma relação intrínseca entre alguns dos instrumentos apresentados, pelo que se considera necessária a sua inclusão no QRE.
Em conformidade com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, recomenda-se que os critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três	Considera-se pertinente a recomendação. No entanto, foi opção da equipa manter os critérios apresentados. No que respeita aos indicadores, embora tenham sido retirados/agrupados alguns, há que atender às solicitações de outras entidades

<p>por critério de avaliação, de modo a que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere que seja retificado antes de avançar para a próxima fase da avaliação ambiental.</p> <p>Verifica-se, ainda, que não são apresentadas as unidades de medida para todos os indicadores adotados, nem identificadas as respetivas fontes de informação, pelo que importa retificar</p>	<p>que propuseram novos indicadores e que foram considerados relevantes para a avaliação.</p>
<p>De salientar que os indicadores devem ser mensuráveis e encontrar-se associados a valores de referência (correspondentes ao posicionamento do município) e a metas a atingir, as quais devem encontrar-se em consonância com as metas constantes nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE, o que terá de se verificar nas fases seguintes.</p>	<p>Foram referidas as respetivas unidades de medida para os indicadores considerados, bem como nos Quadros XI.2.27 a XI.2.31 do RA foram introduzidos, sempre que disponíveis os respetivos valores de referência e metas a atingir de diversos Planos, Programas e Estratégias</p>
<p>As medidas de adaptação identificadas no P-3AC, como forma de minimizar os impactes das alterações climáticas sobre o plano, devem também ser consideradas como referencial para efeitos de implementação de eventuais medidas de minimização dos impactos.</p>	<p>Foram consideradas diversas medidas do P-3AC no RA nos Quadros XI.2.9 e XI.2.13</p>
<p>Nas restantes fases do procedimento da AAE sugere-se ter adicionalmente em conta os seguintes documentos orientadores (...)</p>	<p>Foi atualizada a Bibliografia</p>
<p>A título de pormenor informa-se que nos vários volumes apresentados onde se lê "Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas Integradas na Região Hidrográfica do Sado e Mira (PGBRH6)" deverá ler-se "Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH6)".</p>	<p>Alterado em conformidade</p>

CCDR Alentejo

Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
<p>Perante o quadro dos problemas identificados é fundamental proceder a uma análise crítica da concretização do PDM ainda em vigor de forma a entender o que</p>	<p>O volume VI, no seu capítulo VII.1.2.2 procede a uma avaliação da execução do PDM ainda em vigor, embora a evolução registada nos indicadores de qualidade</p>

<p>esteve na origem de indicadores de qualidade ambiental, demográfica, social que parecem ser, na generalidade, piores dos que existiam.</p>	<p>ambiental, demográfica e social não possa ser totalmente imputada a este IGT. Há um outro conjunto de fatores que concorrem para explicar as tendências observadas, mas que não nos parece ser do alcance e âmbito do RFCD a respetiva análise.</p>
<p>Finalmente chama-se a atenção, no seguimento do procedimento de elaboração do PDM, para o facto de, mais do que minorar os efeitos negativos e potenciar os efeitos positivos de um plano a AAE deve influenciar o processo de planeamento. Tomando em consideração no processo de tomada de decisão, de forma sistemática e atempada, os efeitos das opções assumidas. Desta forma, é importante o relatório das consultas e reuniões de preparação e discussão das opções de planeamento.</p>	<p>A revisão do PDM foi acompanhada pela respetiva AAE (conforme o âmbito do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na sua redação atual) tendo a mesma sido elaborada por uma equipa multidisciplinar, o que permitiu uma forte articulação entre os seus técnicos e a CMFA ao longo de todo o processo, realizando reuniões e contactos sempre que necessário. Assim, evidencia-se que as opções tomadas em sede de ordenamento tiveram em consideração as melhores práticas e recomendações da AAE.</p>

DGADR

Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
<p>No ponto X.1.8.4 – Indicadores de Avaliação dos FCD, no quadro relativo ao FCD1, nos indicadores relativos aos objetivos 6 e 7 questiona-se como se definem os solos (áreas), ou como se delimitam as “bolsas estratégicas de solo criadas”. No objetivo 9, referem-se a áreas de pedreiras, recuperadas para a produção agrícola? E, no objetivo 11, em que medida a área de pedreiras recuperadas se articula com o incremento da utilização de energias renováveis?</p>	<p>Eliminados os indicadores 6 e 7. Eliminado o indicador 9, neste caso passou para o indicador 5: "Total de área de solos degradados (eg. Pedreiras, lixeiras a céu aberto) recuperada". Foi mantido o indicador 11 como: "Total de área de pedreiras recuperada nas quais é possível a implantação de infraestruturas de produção de energia renovável (solar fotovoltaica e/ou eólica)"</p>

DRC Alentejo

Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
--	-------------------------

3.2 Sugere-se apenas, por ser uma realidade, que no Quadro X.1.1, no campo Principais problemas - Ambiente e Território, Recursos Naturais e Património, seja incluído o seguinte item: Aumento da destruição e da pressão sobre o património arqueológico, decorrente das movimentações de solos associadas à expansão das áreas de monocultura intensiva e superintensiva

Introduzida sugestão no quadro referido.

ICNF	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
Da análise do Quadro de Referência Estratégico encontram-se identificados os instrumentos adequados à avaliação ambiental da presente proposta, com o qual se concorda, sendo que deve ser retificado e atualizado.	O QRE foi retificado e atualizado.
<p>No que respeita aos Critérios de avaliação, objetivos de sustentabilidade e indicadores, propõem-se alguns indicadores a incluir no Quadro X 1.10. (págs. 56 e 57) - FCD1. Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos.</p> <p>Critério: Conservação da natureza e biodiversidade e paisagem Objetivo: Preservar e valorizar os locais com interesse e conservação Indicador proposto: Estado de conservação dos locais (hectares) Indicador a alterar (proposto) Variação da área agroflorestal (área (ha) que alterou para olival, amendoal, vinha com especificação da área (ha) de cultura intensiva e superintensiva. Indicador proposto: Evolução da área (ha) dos locais com interesse conservacionista afetada por espécies infestantes (ha) Indicador proposto: Áreas afetadas por pragas florestais (ha) Objetivo: Evitar a fragmentação de habitats</p>	Atualizada a informação no RFCD. O indicador variação da área agroflorestal não foi alterado uma vez que, embora se possa considerar pertinente identificar as alterações propostas, não se enquadram no âmbito da AAE do PDMFA, mas num estudo específico. Os restantes indicadores propostos para o objetivo em causa foram integrados. O indicador Área (ha) com interesse conservacionista intercetado por infraestruturas é redundante com o seguinte, uma vez que "outras infraestruturas" podem ser quaisquer infraestruturas que não apenas as associadas ao EFMA.

<p>Indicador proposto: Área total (ha) dos locais com interesse conservacionista intersetados por infraestruturas. Indicador proposto: Área (ha) dos locais com interesse conservacionista intersetados pelo Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva e outras infraestruturas.</p>	
<p>Propõe-se a introdução de um novo Critério sobre a Erosão e Desertificação. Neste sentido devem ser incluídos o seguinte: Indicador proposto: Índice de suscetibilidade dos solos à desertificação Indicador proposto: Revestimento florestal como redutor de risco de erosão (em hectares).</p>	<p>Critério e indicadores integrados no RFCD.</p>

IMT	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
<p>a. Relativamente aos Fatores Críticos para a Decisão, apresentados pela CM de Ferreira do Alentejo, no âmbito da AAE, designadamente o seu âmbito/metodologia e as questões estratégicas, considera-se que o RFCD aborda os temas que poderão ter relevância para a decisão e sobre as quais a AAE se deverá debruçar. O RFC tem em consideração as limitações e as potencialidades identificadas, que podem suportar e determinar o desenvolvimento sustentável do município, de acordo com a estratégia preconizada para o Concelho. Contudo, recomenda-se que sejam tidos em consideração os seguintes documentos estratégicos de referência: A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável 2020-2030 (ENMAC 2020-2030), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2019,</p>	<p>Documento incluído no QRE e RFCD, bem como no Anexo I.</p>

de 2 de agosto, como contributo para a descarbonização da mobilidade, favorece opções de deslocação mais sustentáveis como a utilização da bicicleta. Simultaneamente, pretende maximizar os benefícios para a saúde dos cidadãos proporcionando-lhes hábitos de vida mais saudáveis.

Turismo de Portugal	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
1.7. Sobre o quadro referencial estratégico, remete-se para o comentário efetuado sobre o mesmo tema no Volume I;	Foi incluído o PNTN no QRE, no RFCD e no Anexo I
a) FCD 1 (Preservação de valores naturais e culturais, adaptação às alterações climáticas e minimização de riscos) /Critério: Preservação e valorização do património cultural / Objetivo: Promover a valorização do património histórico e cultural - O indicador "Nº de sítios arqueológicos", por si só não acrescenta nada. Parece-nos mais adequado de acordo com o objetivo definido "N.º de sítios arqueológicos preservados / valorizados";	O indicador foi alterado em conformidade
b) FCD 1 / Critério: Conservação da natureza e biodiversidade e paisagem / Objetivo: Promover a criação integrada de recursos turísticos baseados no património natural e na paisagem - em relação ao indicador "N.º de percursos/rotas criadas para promoção dos recursos naturais e da paisagem", considera-se que para além do n.º um parâmetro importante poderá ser a extensão (km), Sugerindo-se "N.º e km de percursos/rotas criadas para promoção dos recursos naturais e da paisagem". Propõe-se a introdução de dois novos indicadores: "N.º de empreendimentos turísticos reconhecidos como turismo de natureza", fonte: ICNF; "N.º de empresas de animação turística reconhecidas como turismo de natureza", Fonte: Câmara Municipal;	Indicador alterado; introduzidos os 2 indicadores propostos

<p>c) FCD3 (Desenvolvimento socioeconómico) / Critério: Dinâmica económica / Objetivos: Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; e Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade, baseados no património natural e cultural / Indicador “Número e Tipologia dos Empreendimentos Turísticos” - Substituir por “N.º de Empreendimentos Turísticos por tipologia”, fonte: SIGTUR;</p>	<p>Alterado</p>
<p>d) FCD3 / Critério: Dinâmica económica / Objetivos: Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; e Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade, baseados no património natural e cultural / Indicador “Taxa de crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais” - Deverá ser definido onde são as dormidas, sugere-se a seguinte redação: “Taxa de crescimento do n.º de dormidas nacionais e internacionais em estabelecimentos de alojamento turístico”;</p>	<p>Alterado</p>
<p>e) FCD3 / Critério: Dinâmica económica / Objetivos: Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; e Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade, baseados no património natural e cultural / Indicador “N.º empresas ligadas ao turismo de natureza” - Não se entende bem o objetivo deste indicador, julga-se que o que se pretende neste caso é aferir o n.º de empresas reconhecidas como Turismo de Natureza. Não obstante julga-se que este indicador fará mais sentido no FCD 1 /Critério: Conservação da natureza e biodiversidade e paisagem / Objetivo: Promover a criação integrada de recursos turísticos baseados no património natural e na paisagem, tal como já acima sugerido;</p>	<p>Alterado e retirado, passou para o FCD1</p>
<p>f) FCD3 / Critério: Dinâmica económica / Objetivos: Fixação de empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território; e Criação de produtos turísticos inovadores e de qualidade, baseados no património natural e cultural / Indicador “N.º e capacidade dos parques de caravanismo/autocaravanismo” - Parte deste indicador já está incluído no indicador “Número e Tipologia dos</p>	<p>O indicador foi retirado e foram introduzidos os indicadores sugeridos</p>

Empreendimentos Turísticos”, uma vez que os PCC são uma tipologia de empreendimentos turísticos. Quanto à capacidade, está igualmente incluída nos seguintes novos indicadores que se propõe incorporar neste critério e objetivos: “Capacidade de alojamento em empreendimentos turísticos por tipologia”, fonte: SIGTUR; “Capacidade de alojamento em estabelecimentos de alojamento local”, fonte: SIGTUR; “Capacidade total de alojamento a turistas”, fonte: SIGTUR; “N.º de Estabelecimentos de Agentes de Animação Turística”, fonte: SIGTUR; “N.º de Áreas de serviço para autocaravanas”, fonte: Câmara Municipal; “Capacidade das áreas de serviço para autocaravanas”, fonte: Câmara Municipal;

X.2.10. ANEXO III – PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE AO RA (1.ª CC)

APA – ARH Alentejo	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
Uma vez que o RA apresentado tem data anterior ao parecer sobre o Relatório de Fatores Críticos para a Decisão (RFCD), verifica-se que o último parecer da APA, de janeiro de 2022 não foi tido em consideração. Salienta-se que o RA só deve ser disponibilizado depois de recebidos e ponderados todos os contributos relativos à fase anterior do procedimento de AAE. O RA deve apresentar uma tabela com a ponderação dos contributos recebidos e justificação dos contributos eventualmente não considerados. Desta forma, o parecer S000749-202201-ARHALT.DRHI, de 5 de janeiro, mantém-se válido e deve ser considerado na próxima versão do RA a desenvolver.	A ponderação dos pareceres das ERAE ao RFCD e ao RA (1.ª CC) é apresentada nos anexos II e III do RA, respetivamente.

<p>a) O RA necessita de ser melhor identificado, no sentido de permitir entender que se trata do Relatório Ambiental da AAE da Revisão do PDM.</p>	<p>Alterada a capa, com referência à 1.ª Revisão do PDM</p>
<p>c) Relativamente ao Quadro de Referência Estratégico (QRE), reitera-se o já exposto no anterior parecer desta Agência. Considera-se que os instrumentos constantes do QRE são excessivos (cerca de 50 instrumentos). As boas práticas em matéria de AAE recomendam que não se exceda os 30 documentos, pelo que se recomenda um esforço de síntese, tendo em vista manter o foco estratégico desta avaliação ambiental.</p>	<p>Relativamente ao número de instrumentos que compõem o QRE, concorda-se que o mesmo é extenso, no entanto há a considerar que cada caso é um caso, como aliás é mencionado no próprio Guia das Melhores Práticas de AAE, bem como, sendo a CA composta por diversas entidades, foi solicitado a introdução de outros instrumentos de relevante importância, sendo os mesmos considerados. Em síntese, foram retirados alguns instrumentos e adicionados outros conforme solicitação/comentário de diversas entidades que compõem a CA. Note-se ainda que existe uma relação intrínseca entre alguns dos instrumentos apresentados, pelo que se considera necessária a sua inclusão no QRE.</p>
<p>d) No que diz respeito ao quadro de avaliação, apresentado no Quadro XI.2.5. Critérios de avaliação, objetivos ambientais e de sustentabilidade e indicadores por FCD, recomenda-se que, em conformidade com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, os critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três por critério de avaliação, de modo a que seja possível manter o foco estratégico, pelo que se sugere um esforço de síntese na próxima versão do RA a apresentar. Reitera-se que os indicadores devem apresentar as fontes de informação e valores de referência.</p>	<p>Considera-se pertinente a recomendação. No entanto, por solicitação do ICNF foi acrescentado um novo critério e por opção da equipa foram mantidos os critérios apresentados. No que respeita aos indicadores, embora tenham sido retirados/agrupados alguns, há que atender às solicitações de outras entidades que propuseram novos indicadores e que foram considerados relevantes para a avaliação.</p>
<p>e) No capítulo XI.2.5. Diretrizes para o Seguimento, foram definidas três categorias de diretrizes. No que diz respeito às diretrizes de planeamento e gestão, e uma vez que é apresentado um conjunto extenso de recomendações, por FCD, sugere-se que as mesmas sejam de alguma forma priorizadas, de forma a garantir o adequado e efetivo seguimento/ monitorização da AAE.</p>	<p>Sempre que pertinente foram priorizadas as ações.</p>
<p>f) Quanto às diretrizes de monitorização, verifica-se que os indicadores apresentados no Quadro XI.2.27 são excessivos. Recomenda-se um esforço de síntese antes de ser apresentada a versão final na próxima versão do RA. O</p>	<p>Embora tenham sido solicitados novos indicadores, por parte de outras entidades que compõem a CC, foi reduzido o número de indicadores e estabelecidas ações prioritárias.</p>

<p>programa de seguimento da AAE deve ser pragmático e verificável, não ultrapassando os 20 indicadores (a proposta excede os 100). A experiência mostra que Planos/Programas que definiram muitos indicadores de monitorização não conseguiram concretizar a avaliação e controlo da AAE. Relembra-se que os indicadores usados na avaliação e análise tendencial não têm de ser obrigatoriamente os mesmos do plano de monitorização e que a monitorização do Plano e da AAE do mesmo são dois processos distintos com objetivos diferentes.</p>	
<p>g) De acordo com as Boas Práticas existentes em matéria de AAE, recomenda-se que no RA sejam identificadas as autoridades ambientais e de saúde a consultar, bem como o público-alvo e as ONG que eventualmente se poderão pronunciar sobre este Relatório.</p>	<p>Estão identificadas as autoridades ambientais e de saúde. A população alvo é a do concelho de Ferreira do Alentejo. Relativamente às ONG as mesmas não foram identificadas per si, uma vez que não se dispõe dessa informação.</p>
<p>h) Nas restantes fases deste procedimento de AAE sugere-se ter adicionalmente em consideração os seguintes documentos de orientação e informação técnica:</p>	<p>Incluído na bibliografia</p>
<p>1) Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, DGT, 2020, disponível no sítio eletrónico da DGT; 2) Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0, DGT, 2021, disponível no sítio eletrónico da DGT; 3) Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', CNT, 2020, disponível no sítio eletrónico da DGT; 4) Guia orientador - revisão do PDM, CCDRC, 2019, disponível no sítio eletrónico da CCDRC; 5) Nota Técnica - A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, APA, 2020, disponível no sítio eletrónico da APA; 6) Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas, APA, 2020, disponível no sítio eletrónico da APA.</p>	
<p>i) Por fim, verifica-se que no RA não é feita referência ao estudo de alternativas. Importa salientar que uma das maiores vantagens da AAE é a identificação de opções alternativas de desenvolvimento, pelo que a AAE da Revisão do PDM</p>	<p>Justificado em conformidade.</p>

deveria ser focalizada na preparação da melhor opção possível numa ótica de sustentabilidade.	
a) Os comentários acima efetuados deverão ser tidos em consideração no desenvolvimento da próxima versão do RA e deverão refletir-se igualmente no RNT a desenvolver. A ponderação dos contributos das ERAE deve constar, em tabela própria, com justificação dos contributos eventualmente não considerados.	Foram atualizados o RFCD; o RA e o RNT

CCDR Alentejo	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
<p>Por fim é apresentada a metodologia do Relatório Ambiente, com reporte da estratégia utilizada para a Avaliação Ambiental Estratégica, no qual se integram os critérios de avaliação e os indicadores passíveis de uma avaliação futura da implementação do Plano Diretor Municipal e que nos parecem compatíveis e representativos dos critérios que pretendem avaliar.</p> <p>Não foram encontradas insuficiências ou incorreções que possam distorcer o sentido das análises propostas</p>	-

ICNF	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
<p>Apesar do referido sobre a estratégia estar em consonância com os objetivos gerais do ambiente e sustentabilidade, considera-se que não estão previstas medidas suficientes para proteção e salvaguarda dos valores naturais existentes face ao caracterizado, regulamentado e cartografado na proposta de PDM</p>	<p>Considera-se que as medidas incluídas na proposta do PDM são suficientes para garantir a proteção e salvaguarda dos valores naturais presentes no concelho. Acresce que nas áreas abrangidas por servidões administrativas e restrições de utilidade pública a proteção e salvaguarda dos valores naturais é assegurada pelos respetivos regimes legais. Refira-se ainda que as restantes áreas foram incluídas</p>

	na EEM, cujos objetivos asseguram a proteção e salvaguarda dos valores naturais identificados
--	---

Infraestruturas de Portugal	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
No âmbito do procedimento de AAE, da análise ao RA, elaborado em dezembro de 2021, considera-se nada haver a obstar ao mesmo, atendendo a que na elaboração do mesmo foram tidas em conta as recomendações vertidas anteriormente, quer no que respeita ao papel da IP, S.A. no presente procedimento, como "entidade representativa de interesse a ponderar" (ERIP), bem como à identificação do PRN como um dos instrumentos estratégicos relevantes, atendendo à relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos FCD e das QE definidas no âmbito da revisão do presente PDM. Por outro lado, no que respeita ao encadeamento metodológico desenvolvido, considera-se nada haver igualmente a obstar.	-

Turismo de Portugal	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
Tendo em conta que os indicadores de monitorização da relacionados diretamente com o turismo e atividade turística se repetem, remete-se para as observações efetuadas no ponto II.2. (relatório de ordenamento) desta informação.	Alterado em conformidade

X.2.1. ANEXO III – PONDERAÇÃO DOS PARECERES DAS ERAE AO RA (2.ª CC)

APA – ARH Alentejo	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
Relativamente ao RA agora apresentado, de julho de 2023, verifica-se com agrado que a maioria das sugestões e recomendações da APA relativamente ao RA (dezembro 2021) foram tidas em consideração, tendo sido incluída em anexo uma tabela de ponderação relativa aos pareceres emitidos pelas entidades nas fases anteriores deste exercício de AAE	-
Considera-se que o Resumo Não Técnico (RNT) apresentado se encontra um pouco extenso, pelo que se recomenda ainda um esforço de síntese antes de o disponibilizar para consulta pública.	Não foi considerado, uma vez que nova síntese tem como resultado poder desvirtuar o RNT, suprimindo informação importante para a sua compreensão.
Em suma, em matéria de AAE, considera-se que se encontram reunidas as condições para sujeitar o RA e o RNT a discussão pública.	-

Direção Regional de Cultura do Alentejo	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
6.1 Relativamente Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão verifica-se que foi incluída a proposta de identificar no Quadro X.1.1, no campo Principais problemas - Ambiente e Território, Recursos Naturais e Património, o item: Aumento da destruição e da pressão sobre o património arqueológico, decorrente das movimentações de solos associadas à expansão das áreas de monocultura intensiva e superintensiva.	-

<p>6.2 No que concerne ao Relatório Ambiental constata-se que os aspetos relacionados com o património cultural foram tratados de forma bastante apropriada e pensados em função da realidade do território de Ferreira do Alentejo. O Património cultural integra as "Questões Ambientais e de Sustentabilidade" do Fator Crítico para a Decisão 1 (FCD1). O quadro X.2.5, define como Critérios de Avaliação "Avaliar o contributo da proposta de revisão do PDM para a salvaguarda, preservação e recuperação do património, bem como de revitalização e de animação dos equipamentos culturais, proporcionando a fruição artística, facilitando a pesquisa e o estudo, sustentando a qualidade de vida das populações. Avaliar também, no domínio da cultura, a produção e a receção das atividades culturais, incentivando a preservação da identidade cultural e proporcionando mecanismos de sociabilidade."</p>	<p>-</p>
<p>6.3 Não obstante todos os aspetos positivos, deteta-se uma lacuna face aos objetivos da Avaliação Ambiental Estratégica, que é o Relatório Ambiental não identificar e avaliar os efeitos negativos das propostas do Plano no património cultural, em especial no património arqueológico. Esta situação coloca-se particularmente em relação à ampliação dos espaços empresariais e industriais para zona de elevada sensibilidade arqueológica e que coincide, parcialmente, com um troço da ZP do Povoado do Porto Torrão, em vias de classificação.</p>	<p>Foi introduzido como objetivo do critério de avaliação "preservação e valorização do património cultural" no Quadro X.1.8 do RFCD e no Quadro X.2.5 do RA. Foi atualizado o capítulo X.2.4.1 do RA, bem como o capítulo X.3.4 do Volume XII (RNT), Quadro X.3.1, por forma a incluir a questão aqui identificada.</p>
<p>6.4 Os Objetivos de Sustentabilidade definidos são: 1. Promover a valorização do património histórico e cultural; e 2. Conservar e valorizar o património cultural e edificado do concelho.</p>	<p>-</p>
<p>6.5 Os Indicadores de avaliação são, em termos de número: Sítios arqueológicos preservados / valorizados (N.º); Circuitos históricos e culturais (N.º); Visitantes dos museus (N.º); Eventos culturais (N.º); Imóveis classificados (N.º); Intervenções de valorização paisagística/ambiental (N.Q). Os indicadores afiguram-se adequados, no entanto, atendendo à realidade do município de Ferreira do Alentejo, solicita-</p>	<p>Foram introduzidos os indicadores solicitados e alterados os quadros X.1.10 do RFCD, os quadros X.2.5 e X.2.27 do RA e os Quadros X.3.1, X.3.2 e X.3.3 do RNT.</p>

se a inclusão de dois critérios: Trabalhos de minimização de impactes sobre sítios arqueológicos (N.Q) e Sítios arqueológicos afetados (N.Q).	
6.6 No que se refere às principais tendências, verifica-se que a informação constante dos pontos 1 e 2 se encontra desatualizada em relação ao n.º de elementos patrimoniais identificados no âmbito do PDMFA, incluindo em vias de classificação. Sugere-se que esta informação seja corrigida após a correções que se impõe nesta fase.	Corrigido
6.7. No que se refere ao Quadro X.2.7. da análise SWOT, para o FCDI, solicita-se que na coluna dos pontos fracos seja acrescentado um ponto que é intrínseco ao património arqueológico: O cariz invisível e vulnerável do património arqueológico. O número de elementos em vias de classificação não está correto. 11! Apenas 16 elementos patrimoniais classificados e 2 em vias de classificação.	Incluído. Corrigido o n.º de elementos patrimoniais.
6.8 As Oportunidades elencadas afiguram-se adequadas, bem como as Ameaças identificadas (Degradação do património cultural, por abandono ou sobre-exploração; Expansão e intensificação da atividade agrícola pode colocar em causa a preservação do património arqueológico), à qual seria interessante acrescentar a ameaça da expansão da zona empresarial e industrial.	Incluído (Volume X, capítulo X.2.4.2).
6.9. No Quadro X.2.8. é analisada a tendência para o critério de avaliação Preservação e valorização do património cultural. A Situação atual classificada como média e a tendências de avaliação sem PDM é considerada de estagnação e com PDM é classificada como positiva.	Foi atualizado o Quadro X.2.8 bem como o texto, incluindo a alteração efetuada no Quadro (Volume X, capítulo X.2.4.2 e Volume XII - Quadro X.3.2).
6.10. No Quadro X.2.9. é feita a Avaliação Estratégica face ao Quadro de Referência Estratégica para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos, a qual se considera adequada.	-
6.11 Em relação ao Quadro X.2.27. Indicadores de monitorização para o FCD1. Preservação de Valores Naturais e Culturais, Adaptação às Alterações Climáticas e Minimização de Riscos, solicita-se a inclusão de metas para os indicadores propostos no ponto 6.5. Para o indicador Trabalhos de minimização de impactes	ver ponto 6.5.

sobre sítios arqueológicos (N.Q), a meta será aumentar em proporção ao número de projetos com impacte patrimonial. Para o indicador Sítios arqueológicos afetados (N.Q) as metas serão (1) conseguir identificar o património afetado e (2) diminuir. Em ambos os indicadores, as fontes de informação seriam a Autarquia e a DRCALEN/DGPC.

Infraestruturas de Portugal

Aspetos a retificar/completar ou comentários

No âmbito do procedimento de AAE, da análise ao Relatório Ambiental (RA), elaborado em julho de 2023, considera-se nada haver a obstar ao mesmo, atendendo a que na sua elaboração se encontram acauteladas todas as preocupações da IP, S.A., quer no que respeita ao papel destes Serviços no presente procedimento, como "entidade representativa de interesse a ponderar" (ERIP), bem como à identificação do PRN como um dos instrumentos estratégicos relevantes na análise da revisão do PDM, atendendo à relevância que a temática da mobilidade e acessibilidades apresenta ao nível dos Fatores Críticos da Decisão (FCD) e das Questões Estratégicas (QE) definidas no âmbito da revisão do presente PDM.

No que respeita ao encadeamento metodológico desenvolvido, considera-se nada haver igualmente a obstar.

Alterações/justificação

-

CCDR Alentejo	
Aspetos a retificar/completar ou comentários	Alterações/justificação
<p>Em resposta às observações da CCDR é referido o seguinte, na tabela de ponderação:</p> <p>“Não sendo um elemento obrigatório da AAE, e tendo em conta os diversos momentos formais e informais de discussão das opções de planeamento, não foi elaborado o relatório das consultas e reuniões de preparação e discussão das opções de planeamento.”</p> <p>Apesar de justificada a ausência de elementos que informem da participação pública e das entidades no modelo territorial, a CCDR considera que essa informação é, porventura, a mais informativa do processo de AAE.</p> <p>O relatório está muito bem estruturado e sinaliza, na proposta de seguimento e monitorização, as questões fundamentais para um modelo de gestão. Embora se questione a operacionalização da globalidade da mesma no âmbito do Regulamento e da necessária articulação com outros setores e políticas setoriais.</p>	-